

Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História

Rafaela Bastos de Oliveira

**Mulheres de luta:
Trajetórias de vida na área portuária do Centro de Manaus (1990-
2024)**

Manaus

2024

Rafaela Bastos de Oliveira

**Mulheres de luta: trajetórias de vida na área portuária do
Centro de Manaus (1990-2024)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para a obtenção do título de Doutora em
História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva.

Manaus

Junho de 2024

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48m	Oliveira, Rafaela Bastos de Mulheres de luta: trajetórias de vida na área portuária do Centro de Manaus (1990-2024) / Rafaela Bastos de Oliveira. - 2024. 148 f. : il., color. ; 31 cm. Orientador(a): Patrícia Rodrigues da Silva. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2024. 1. Gênero. 2. Porto de Manaus. 3. História Oral. 4. Cotidiano. I. Silva, Patrícia Rodrigues da. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título
------	--

RAFAELA BASTOS DE OLIVEIRA

MULHERES DE LUTA: TRAJETÓRIAS DE VIDA NA ÁREA PORTUÁRIA DO CENTRO DE
MANAUS (1990-2024)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em: 03/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva

Presidente

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Membro Titular

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa

Membro Titular

Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas

Prof. Dra. Ana Paula Batista da Silva Membro

Titular

Instituto Federal da Bahia

Prof. Dra. Prof. Dra. Mônica Xavier de Medeiros.

Membro Titular

Departamento de História – Universidade do Estado do Amazonas

Agradecimentos

Agradeço à professora Patrícia Rodrigues da Silva com quem tenho trabalhado desde a monografia, depois no mestrado e doutorado. Sou grata por todas as leituras e correções nos textos ao longo desses anos. Além disso, pelas conversas que foram a fonte de energia e de coragem sempre em tom convidativo para a pesquisa e ensino em História.

Às mulheres trabalhadoras do Porto que compartilharam seu tempo, suas trajetórias e seus saberes. Não conseguiria expressar aqui todas as emoções que esse trabalho me trouxe, a conversa com a dona Rosângela, a Andreza, a Angélica, a Juliane, a Elizanete, a Sherlene, a Waldeneide, a Silvania, a Tatiana e Kelle, foram permeadas pela admiração e respeito. Esse contato não só proporcionou que o trabalho de pesquisa caminhasse, como também trouxe vínculos duradouros com algumas delas e aprendizagens que vou levar para a vida. Espero ter feito um trabalho digno com vocês e para vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, por acompanhar o trabalho de pesquisa e por discutir maneiras que pudessem ampliar os prazos para qualificação e defesa das pesquisas, além de procurar informações e soluções junto à Propesp e às Instituições de financiamento a aquisição e manutenção de bolsas, mesmo diante do quadro preocupante e desolador que se mostrava em 2016 com o congelamento de investimento público para setores de educação e pesquisas de modo geral, sobretudo, para as Ciências Humanas. Agradeço também que PPGH tenha sido espaço para ver de perto a organização de eventos, muitas vezes sugeridas por discentes e por docentes nas reuniões.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas por conceder a bolsa de Doutorado e pelo convite para ser consultora do Programa Ciência na Escola (PCE).

Agradeço os professores Davi Avelino Leal, Mônica Xavier e Jessyka Samya pelas sugestões para organizar o texto e indicações de leituras que foram importantes à construção do debate que venho proposto. Também agradeço aos professores das disciplinas do doutorado no ano 2019, que nos ajudaram indicando leituras, propuseram trabalhos que pudéssemos dialogar com as

fontes, incentivando e avaliando os debates em sala de aula.

À Laena Portela que auxiliou no processo de sustentação psicológica, encorajando dentro dos meus limites a circulação nos espaços após a pandemia. Obrigada pelos diálogos sobre as condições de saúde mental das mulheres e trabalho, ajudando a ampliar possibilidades e ter coragem para seguir em frente.

Às amigas de longa data, que não me deixam andar socinha, como a Cláudia Pinheiro, Cristhiane Barreiros, Chrisleide Costa e a Liviane Azevedo, que me dão segurança, amor, conselhos e perspectivas. À Paula Dantas que topou a missão de construirmos projetos no mesmo período e não soltarmos a mão uma da outra nas horas de desespero com nossas dificuldades e nem na alegria ao terminar disciplinas e os textos ao longo do doutorado.

Ao grupo que tenho a felicidade de dividir muitos processos da vida, com uma boa dose de amor e humor, que inclui a Raphaela Martins, Jéssyka Sâmia, Agda Brito, Sarah Araújo, Carol Gaspar, Talita Magalhães, Michele Pires, Isabel Saboia, o Richard Cândido e o Robert Pinho.

Agradeço à Kariny Pinheiro e à Priscila Araújo por tantas vezes me acompanharem ao porto, por conversarem com as mulheres de lá, se tornando pessoas queridas e constantemente lembradas por elas. Agradeço por vocês se interessarem pelo trabalho e pelas conversas com as mulheres da área portuária.

À Tamily Frota que é amiga e amor ao mesmo tempo. Obrigada pela torcida e pelos incentivos. Esses anos foram de muito trabalho, também de muita conexão e trocas de experiências. Que felicidade ter você como companheira para todas as horas da vida.

Agradeço aos familiares que acompanharam de perto e depois de longe todos os meus esforços e sacrifícios ao longo desses anos. Obrigada pelo apoio, pela paciência de visitas em atraso e pela força constante. À minha mãe, sobrinhos e sobrinhas, amo nossas conversas ao redor da mesa, são minhas conversas favoritas e cheias de desafios.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as trajetórias de mulheres trabalhadoras da área portuária do Centro da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no período neoliberal (1990-2024). As entrevistas foram a base para as reflexões das relações sociais constituídas por elas em suas famílias, nos trabalhos e nas estratégias que articulavam no em prol de sua sobrevivência e na busca pela participação cidadã no meio urbano.

As entrevistadas trouxeram questões como opressões de gênero, que tanto permeiam as formas de aprendizagem ou comportamento estabelecidos nos contextos familiares e nas relações de trabalho na área portuária, constituindo reflexões e ações que por vezes tendem a colocar limites ou rompem com as perspectivas que lhes são ensinadas. Em outros momentos, refletem as experiências de constituição das relações sociais em suas trajetórias, costurando laços de solidariedade entre mulheres, construindo redes de informações sobre direitos sociais e, oportunidades de trabalho, sobretudo, quando desde cedo precisam trabalhar e encontram formas de trabalho precarizadas, com baixas remunerações, violências de gênero reforçadas no período neoliberal.

Outras fontes como jornais e legislações foram analisadas dando a ver as orientações de projetos urbanos que remetem aos processos de exclusão de trabalhadoras e trabalhadores da área portuária e no restante da área central, bem como, o aprofundamento das relações de trabalho precarizadas que ganham força no período neoliberal iniciados na década de 1990 no Brasil, sobretudo, nos modelos de organização político-administrativa.

A leitura da bibliografia foi crucial para articular diálogos, observar metodologias para as fontes trabalhadas, ampliar as perspectivas dentro das Ciências Humanas sobre trabalho, gênero, cidadania, em especial dentro da Historiografia que é nosso ponto de partida e no nosso chão para as compreensões do mundo.

Palavras-chave: Gênero; Porto de Manaus; História Oral; Teoria da Reprodução Social

Abstract

This research aims to recognize the trajectories of female workers in the port area of central Manaus, Amazonas. Their trajectories, told in interviews, were the basis for reflections about the social relations built by them at their families, workspaces, and around the strategies that allowed their survival and search for citizen participation in the urban environment.

Regarding these women's work conditions, the interviewees brought up issues related to gender oppression, which permeate the forms of learning and the behavior established in their families and work relationships in the port, building reflections and actions that sometimes tend to be different by setting limits or breaking up with the perspectives taught and desired. At other times, they reflect about the impact on the social relations in their trajectories, about social rights, about work opportunities, and various other situations that they live on a day-to-day basis.

Throughout this research, other sources like newspapers and legislations were analyzed, revealing the guidelines for some urban projects that promoted exclusion processes of workers at the expanded port area, as well as the deepening of the precarious labor relations that gained special strength on the neoliberal period started in the 1990s in Brazil, particularly in the political-administrative organization models.

During this research, some references became crucial to articulate reflections, observe methods for a better use of the sources collected, and amplify the perspectives, within the Human Sciences, on work relations, gender, citizenship, and especially the Historiography which is our start point and ground for understanding the world.

Keys-word: gender; Manaus's Port; Oral History; Social Reproduction Theory.

Lista de Imagens

1. Angélica dos Santos.....	24
2. Elizanete Ruiz.....	24
3. Juliane Monteiro Silva	24
4. Silvania Gomes de Souza	24
5. Tatiane Salgado	24
6. Mapa da região portuária do Centro de Manaus.....	27
2. Fotografia da Balsa Ajato/ Laranja	27
3. Fotografia da Balsa Amarela.....	27
4. Fotografia da Balsa Boizão	28
5. Fotografia da Balsa do Produtor/Verde.....	28
6. Fotografia da Balsa Vermelha	28
7. Mapa do Estado do Amazonas (IBGE).....	29
8. Mapa do Estado do Pará (IBGE)	30
9. Jogo de futebol na praia em período de vazante	41
10. Praia da Manaus Moderna com barracas improvisadas.....	42
11. Porto em período de cheia do Rio Negro.....	43
12. Imagem geral da orla	44

Lista de Abreviaturas

Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

Codomar – Companhia de Docas do Maranhão;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

MPT – Ministério Público do Trabalho;

PnadC- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas;

Portobrás – Empresa de Portos do Brasil S.A;

SNCF – Secretaria Nacional de Cuidados da Família;

SNPH – Superintendência de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas;

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta;

OGMO – Órgão de Gestão de Mão de Obra;

OIT – Organização Internacional do Trabalho;

ZFM – Zona Franca de Manaus;

Sumário

Considerações Iniciais	11
 Capítulo 1 - A Cidade das Mulheres	
1.1 Mamãe Moderna: delineando os espaços da área portuária.....	27
1.2 “tudo aqui nessa beirada”: os caminhos até a área portuária.....	46
1.3 “eu trabalho lá no porto... eu sei daquilo que eu vivo”.....	60
 Capítulo 2 - A Carga das mulheres: o cotidiano do trabalho de cuidados	
2.1 A precarização das relações de trabalho	72
2.2 Lutando pelos espaços de trabalho na cidade de Manaus	84
2.3 Organizadas e ensinadas para o trabalho	96
 Capítulo 3 - Construindo Perspectivas: rede de apoio e acesso aos direitos sociais	
3.1 Organizando a vida: diálogos sobre a política do cotidiano.	109
3.2 Bolsa Família, educação e SUS e Educação na vida das mulheres trabalhadoras	122
 Coniderações Finais	132
 Acervos e Fontes.....	134
 Bibliografia.....	143

Considerações Iniciais

Esta pesquisa vem do esforço contínuo em refletir as experiências de vida e trabalho de um grupo de mulheres trabalhadoras na área portuária de Manaus entre os anos de 1990 a 2024. É um desdobramento da pesquisa de mestrado cujo o objetivo era compreender as condições de trabalho dos carregadores de mercadorias e bagagens na área portuária do Centro de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

No processo das entrevistas com os carregadores, alguns apontaram a presença das mulheres no serviço de transporte de mercadorias e bagagens, o que chamou a atenção por se tratar de uma especificidade que não conseguia ver nas primeiras visitas à área portuária. As formas como traduziram a presença das trabalhadoras deixava escapar o pouco interesse que tinham ao compartilhar relações de trabalho, definindo-as de acordo com o interesse por suas características físicas, elaborando nas entrevistas perspectivas limitadoras para a presença delas na área portuária. Então, como um primeiro passo para compreender como as mulheres estavam inseridas no mundo do trabalho na área portuária precisava conhecer quais eram os movimentos delas, como constituíram suas trajetórias e quais eram as experiências significativas a elas, e a partir dos diálogos compreender como participavam da vida na cidade.

Ao longo da pesquisa de 2014 a 2016 o contato com duas mulheres que trabalhavam no serviço de transporte de mercadorias foi iniciado, e uma delas cedeu somente uma entrevista de pouco mais de quarenta minutos. A segunda, que estava ligada ao sindicato de carregadores de bagagens e mercadorias do Porto não mostrou muito ânimo para o diálogo, o que conhecia dela era o que colegas de profissão mencionavam nas entrevistas.

Após o mestrado, os temas relacionados às mulheres na historiografia e outras áreas da Ciências Humanas foram tomando espaço no cotidiano de leituras, colocando muitos desafios, já que as obras se mostravam diversas, as realidades encontradas em meio social também se caracterizavam como amplas no que se referiam aos espaços, às demandas e nas constituições dos problemas levantados nas pesquisas.

Os temas lidos foram entrando com maior frequência entrando nos planejamentos das aulas no Ensino Básico e surgiu o interesse de inserir as memórias das mulheres no Projeto Memórias Militantes da Associação dos Docentes da UFAM – Seção Sindical do ANDES/SN, onde coordenava a organização do Acervo Documental e preparava material

para publicação no site e separava documentos e fotografias que pudessem constituir a exposição permanente da ADUA em 2018 e 2019. Essas atividades foram oportunizando a elaboração de algumas reflexões sobre as participações das mulheres em meio social.

Coincidindo com as entrevistas das mulheres na área portuária em 2018, houve a abertura do doutorado em História na Universidade Federal do Amazonas, a qual submeti projeto sobre as experiências de trabalho na Manaus Moderna com três entrevistas, depois, muitos ajustes seriam feitos.

Ao passo que se constituía o Doutorado em História na UFAM, e as pesquisas sobre as trabalhadoras na área portuária estavam em andamento, outras situações em contextos mais amplos embalaram uma série de transformações e debates políticos no Brasil, que se relacionavam diretamente com as relações de gênero e o modo como a direita e a extrema-direita no Brasil desdenham das práticas e da inserção de mulheres em diversos setores, sobretudo, na política partidária e nos meios institucionais – Dentre muitos exemplos de como as mulheres são vilipendiadas, principalmente quando rumam caminhos mais sociais e políticos, foi o golpe de 2016, quando grupos conservadores que possuíam interesses políticos no golpe à democracia que retirou do poder a primeira presidenta do país, Dilma Rousseff. No artigo escrito pela ex-presidenta Dilma, “A misoginia e a manipulação da mídia”, ela analisa como “a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar”¹. Durante e após o golpe, a onda conservadora no Brasil tem se reunido com o propósito de garantir um quadro desolador de desmantelamento dos direitos sociais, de produção e exploração de estereótipos distorcidos sobre os movimentos sociais, executando de diversas maneiras falas ofensivas às experiências e lutas das mulheres. Esse ato carrega além do ódio às mulheres, um projeto de controle da ascensão dos direitos no Brasil, já que diversos sujeitos historicamente subalternizados, tinham prerrogativas de participação política, social e direitos estabelecidas na Constituição, isso porque há séculos movimentam as experiências sociais através das suas práticas cotidianas de participação popular usando os meios necessários para conquistar dignidade e cidadania: homens e mulheres negras, indígenas, trabalhadoras e trabalhadores pobres.

Em 2018, o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo

¹ D’ÁVILA, Manuela (org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

Partido Socialismo e Liberdade, foi notícia ao redor do mundo. Uma mulher preta, periférica, lésbica, e feminista que atuava na viabilização e construção de cenários mais justos para a população brasileira. “Essa violência brutal evidenciou a importância de identificarmos a violência política de gênero como um problema de raízes estruturais na sociedade brasileira”, afirmou a irmã da vereadora, Anielle Franco, diretora do Instituto Marielle Franco, e, atualmente, Ministra da Igualdade Racial no terceiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-presente).

No ano de 2021, a historiadora Joan Scott em uma palestra do XXXI Colóquio Internacional de Estudantes de História da Pontifícia Universidade Católica do Peru aponta que a disseminação dos papéis tradicionais dos homens têm como perspectiva controlar as categorias de gênero, o que estava acontecendo nos Estados Unidos com o governo de Donald Trump, no Brasil com o governo de Jair Bolsonaro, e na Rússia com o governo de Putin, cujas práticas reverberavam perseguição, acusação e violência às mulheres.²

Outro momento que balizou as reflexões sobre o meio social e se constituiu como momento de construção dessa pesquisa e que dever ser considerado devido aos inúmeros impactos para a vida foi a pandemia de Covid-19, sobretudo no ano de 2020, quando muitos passaram a temer o contágio, além dos cuidados intensificados com os doentes, tendo ao mesmo tempo a preocupação em manter seus trabalhos, ainda que de forma remota. O lar se tornava um ambiente de isolamento, trabalho, reprodução e produção. As entrevistas foram suspensas, a internet em muitas ocasiões diminuiu o distanciamento entre as pessoas – em certa medida, mas não era universal o uso das ferramentas disponíveis como *meet* ou *zoom*. No caso das trabalhadoras com quem manteve contato, a preocupação maior estava em assegurar sua sobrevivência, manter os cuidados com os parentes, organizar os meios para conseguir benefícios sociais, e ainda, tendo que lidar com as notícias de falecimentos, desemprego e o aumento de circulação de *fake news*.

Diante da impossibilidade de dar andamento às entrevistas por causa da pandemia, porém, ocorreram outras atividades que aqueceram o contato com as leituras e as análises das entrevistas realizadas, como a publicação da coletânea “Entre vozes femininas: História Oral e memória no Amazonas Contemporâneo”, organizada pela Professora Patrícia Rodrigues da Silva, em 2020. Também houve a proposta do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, para fazer um circuito de apresentações dos próprios

² SCOTT, Joan. Historia, Género y Política. <https://www.youtube.com/@coloquiodeestudiantesdehis8962>

discentes e seus projetos e trabalhos disponíveis até aquele momento, que contou com a exibição em canal próprio no *YouTube*. Em 2021 e 2022, surgiu a tarefa de organizar junto com Tamily Frota, uma coletânea, que ganhou o mesmo título da série de apresentações “Caminhos da Pesquisa”, sugerida pelo professor César Augusto Bulboz.

Quando o prosseguimento das entrevistas foi possibilitado pelo arrefecimento da pandemia com o início das campanhas de vacinação em massa, outras trabalhadoras contribuíram com a tarefa de construção de diálogos sobre suas trajetórias, nem tudo pode ser inserido na pesquisa que se apresenta, pois não conseguiria dar conta de analisar todas as demandas com o tempo que sobrava, e algumas experiências e perspectivas surgiram como mais viáveis para que a pesquisa caminhasse e o texto fosse construído.

O contato com as mulheres e as percepções de como estavam inseridas na área portuária do centro de Manaus foram expandidas, pois elas estão em diversas atividades, como no comércio de bebidas e comidas, no manuseio e venda de carnes, no transporte de mercadorias e bagagens, na venda de ervas, no estacionamento de carros, na venda de passagens de barcos, nas embarcações, como profissionais do sexo e em tantas outras atividades. Assim, tentam construir cotidianamente suas histórias, se desdobrando nas atividades possíveis em casa e na área portuária na busca de sua sobrevivência.

Para o texto da tese foram inseridas as trajetórias de oito trabalhadoras, que tiveram entrevistas com duração diferentes, geralmente, por motivos relacionados ao tempo de trabalho, pelas dificuldades que contornavam o diálogo sobre certos temas ou com o deslocamento delas sem aviso prévio, ocorrendo ainda a trocas de números de telefones com alguma frequência. Dessas oito mulheres entrevistadas, uma delas, Juliane, foi entrevistada em cinco oportunidades e Greice Kelle uma vez, com ajuste de uma diálogo por telefone quando foi necessário acertar algumas informações enviadas por áudio. Outro motivo que ajudou muito no desenvolvimento da pesquisa foi a proximidade entre as entrevistadas, as seis últimas com exatidão: Juliane Monteiro, Sherlene Cardoso, Elizanete Lima, Silvania Gomes, Tatiana Salgado e, Greice Kelle.

Dona Rosângela Vieira foi a primeira mulher a ser entrevistada, em outubro de 2012. O encontro ocorreu quando estava ainda no mestrado, em uma conversa com um dos carregadores, seu Antônio; ela escutou a conversa e afirmou que entendia do serviço de transporte, pois era o que fazia. A entrevista ficou para o fim da tarde do mesmo dia, após seu horário de trabalho. Nessa época, ela tinha por volta de trinta e sete anos, nascida na cidade de Manaus, moradora do bairro Santa Etelvina (Zona Norte), e mãe de uma adolescente. Sua atividade era de repositora em uma loja de atacado e varejo de doces há

um ano e meio, mas era com transporte de mercadorias da loja para as embarcações atracadas nas balsas em frente à feira Coronel Jorge Teixeira ou para os carros dos clientes que aumentava seus rendimentos.

A segunda a conceder entrevista foi Angélica Silva, em 16 de maio de 2018, e foi possível depois de algumas voltas na região portuária, onde havia várias bancas armadas na calçada da Avenida Coronel Lourenço Braga, antiga Avenida Beira Rio. Era comum nessas visitas considerar algumas dessas paradas para consumir algo e puxar conversa rápida com as trabalhadoras e trabalhadores que estavam por ali. Foi assim que soube que Angélica tinha dezoito anos, que havia nascido em Manaus e que seu pai, após separar no casamento, levou Angélica e a irmã mais nova para Santarém. Ela retornou a Manaus aos treze anos para definitivamente conhecer melhor a mãe e para morarem juntas, foi com a mesma idade que começou a trabalhar na área portuária.

Quando chegou, estabeleceu-se no bairro Piorini (Zona Norte), e depois que teve uma filha aos dezesseis anos, precisou mudar de bairro para não apertar o tempo entre seus afazeres, observando que os quase 17km de distância entre o bairro na Zona Norte até a área portuária (equivalente a uma hora de transporte público) pesava na organização do dia a dia, tomando a decisão de partir com a irmã adolescente e a filha para um quarto alugado no Centro, de onde poderia se deslocar até o trabalho sem precisar de transporte público ou moto táxi.

A terceira trabalhadora entrevistada foi Juliane Monteiro. Na área portuária existem balsas flutuantes que servem de atraque para embarcações de diversas origens da região, diferenciadas por cores: laranja, amarela, verde e vermelha. Juliane trabalhava nos quiosques que movimentavam a procura de lanches preparados no local ou trazidos de casa pelas comerciantes. Algumas visitas foram necessárias até que ela reconhecesse a minha presença eu sempre estava por lá e passarmos a conversar sobre nossos respectivos trabalhos, no que ela passou a ser meu elo com todas as outras entrevistadas seguintes. A primeira entrevista com Juliane aconteceu em junho de 2020, quando estava com trinta e dois anos. A seguinte aconteceu em março de 2021, depois em março de 2023, outra em setembro de 2023 e a última em março de 2024. Nascida em Manaus, morava no bairro Glória (Zona Oeste) em um terreno compartilhado entre a mãe, irmãos, sobrinhos e uma filha de quatro anos. Vivenciando o desemprego por alguns anos, o trabalho na região portuária surge para ela em um momento de lazer com uma amiga na balsa amarela, onde observou que precisavam de atendente, e a dona do quiosque ofereceu uma vaga, caso ela tivesse interesse, no dia seguinte já estava lá trabalhando.

A quarta entrevistada foi Sherlene Cardoso. Juliane trabalhava com a irmã da Sherlene, e havia contado as entrevistas. Consegui falar com ela e, perguntei se podíamos conversar sobre seu cotidiano de trabalho e um pouco de sua trajetória. Sherlene nasceu na área rural do município de Alvarães e veio, ainda criança morar em Manaus. Quando ocorreu a entrevista, em 24 de março de 2021, a entrevistada tinha trinta e dois anos, morava com o pai e a mãe na Zona Leste de Manaus, é graduada por uma faculdade particular de Manaus. O trabalho no quiosque na balsa vermelha surgiu como uma maneira diferentes das demais entrevistadas, pois ela havia saído do setor administrativo e com direitos trabalhistas em uma rede de lojas de móveis de Manaus, decidida a trabalhar no comércio de alimentos e bebidas.

A quinta entrevistada foi dona Elizanete Muniz, que trabalhava no comércio de alimentos e bebidas da balsa verde. Ela também soube do meu trabalho por intermédio da Juliane, que me acompanhou nessa entrevista. Elizanete ou Lita, como é conhecida na região, tinha quarenta e um anos, nasceu em Manaus e, morava no bairro Mutirão (Zona Norte) com a filha mais nova, já era adulta, e o marido. O trabalho no porto foi oportunizado pela primeira sogra com a venda de alimentos na feira Coronel Jorge Teixeira (feira da Manaus Moderna).

A sexta entrevistada foi Silvania Gomes, em 17 de abril de 2023. Silvania nasceu no município de Rio Preto da Eva, e já havia morado no município de Novo Airão, quando era casada. Na entrevista, já com seus 35 anos, estava estabelecida no bairro Mutirão (Zona Norte) com três de seus quatro filhos. A região portuária do Centro de Manaus já era velha conhecida de Silvania, pois ela já havia passado uma temporada na cidade de Manaus no início do casamento, além de Manaus ter sido o lugar de nascimento de suas filhas, logo, suas idas e vindas foram motivadas por trabalho e pela busca por assistência à saúde pública. Com a separação no casamento e após, uma temporada na casa da mãe no Rio Preto da Eva com os filhos, tomou a decisão de vir definitivamente para Manaus, no intuito de encontrar meios para uma vida melhor e mais independente para ela e seus filhos.

A sétima entrevistada foi Tatiana Salgado que é dona de um box de lanches e bebidas dentro da feira Coronel Jorge Teixeira. Ela trabalha junto com Silvania com quem divide horários e atividades. Tatiana nasceu em Juruti, um município a oeste do estado do Pará, e atualmente mora com um filho recém-nascido numa vila na Avenida Major Gabriel, região do Centro. Manaus já era conhecida por Tatiana desde os quinze anos, quando veio morar com o primeiro marido. O trabalho no Porto também surgiu para ela

como uma oportunidade de garantir estabilidade na cidade de Manaus, no início e após a separação no casamento.

A oitava entrevistada foi Greice Kelle, à época com 38 anos. Nascida no Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, porém, passou boa parte da infância e adolescência entre as cidades de Rio Branco, onde morava com a mãe, e Manaus, com a avó materna. Aos quinze retorna à Manaus e se estabelece. Kelle é mãe de um rapaz adulto que mora em Rio Branco e outro adolescente que mora com a mãe da Kelle, aqui em Manaus. Há alguns anos mora sozinha, numa quitinete de um prédio situado na região da Manaus Moderna, justamente porque fica mais fácil deslocar-se entre suas duas atividades: que é frentista em um posto de gasolina na Avenida Brasil, no bairro Compensa e no comércio de bebidas na área portuária divide com a Juliane, atividade que divide com Juliane.

As narrativas das mulheres que trabalham no Porto do Centro de Manaus são fundamentais para compreendermos a constituição do seu cotidiano de trabalho, e suas relações estabelecidas no meio urbano que também ofereceram modos de vida e transformações a partir de suas referências e trajetórias contínuas ao chegarem à cidade, vindas de municípios do interior do Amazonas. Essas referências também se estabeleceram a partir dos contextos familiares na aprendizagem do trabalho, nas relações nos bairros, a partir dos modos costumeiros de alimentação, e das formas de transitar no meio urbano.

A análise das memórias dessas mulheres vai ao encontro da perspectiva trabalhada pelo literato Alessandro Portelli, em que, “a memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados³. Tendo esse aspecto como fundamento, tentamos examinar os movimentos considerados importantes para elas, como o reconhecimento de suas trajetórias, dos objetivos pessoais, interesses coletivos, e tantos outros momentos que tiveram e foram constituídos pela reflexão do que aconteceu e acontece no cotidiano.

É importante considerar que as relações de trabalho que elas desenvolveram ao longo de suas vidas são costuradas pelos efeitos do neoliberalismo na década de 1990 no Brasil, e, por momentos de trabalho vivenciados pelos pais, avós, e amigos de familiares que também trabalharam na área portuária. Isso tem se tornado um ponto complexo para compreensão, pois, muitas vezes, as expectativas das análises se aproximaram na divisão do trabalho formal e informal, do emprego e do desemprego, das relações que envolvem

³ PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.18.

direitos trabalhistas e daquela que não os envolvem. As mulheres trouxeram críticas às condições dos trabalhos que envolvem a produção e reprodução, colocando propostas de como visualizam melhores formas de inserção ao trabalho, e vez ou outra, apontando as necessidades e o desejo por direitos referentes à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas reconhecendo os problemas como desvalorização de seus trabalhos e os tratamentos recebidos nas atividades assalariadas.

Acabamos por circundar alguns aspectos que as entrevistadas compreendem sobre as relações de trabalho, pondo em questão as posições preconceituosas e violentas que passaram. Caminhamos no intuito de observar como o sentido de comunidade tem conectado as trabalhadoras e trabalhadores da área portuária com o foco em prosperar, alargando o comprometimento por melhores condições de vida. Outro objetivo que surgiu no decorrer de algumas entrevistas foram as exposições que fazem sobre os direitos sociais presentes, como o Bolsa Família, ou ainda, fazendo referências às escolas públicas e o Sistema Único de Saúde no uso e na garantia de manter a qualidade de vida e o direito à cidadania.

A área portuária, lugar onde estavam ou estão situadas as entrevistadas, possui uma historicidade ligada aos desejos das elites por riqueza e exploração no século XX, apesar de significativa desde o século XIX, quando as transformações na espacialidade tiveram como objetivo a aceleração de resultados dos lucros com o comércio variado, sobretudo a borracha. Ao longo do século XX, a área portuária esteve muitas das vezes relacionada aos diversos acontecimentos existentes: migração, chegada de novidades no comércio, e as memórias sobre o próprio meio urbano que ali parece dividir espaço com as formas de experiências diversas vindas de outras cidades da Amazônia.

A área portuária com o passar dos interesses, tem sido modificada através dos projetos que envolvem modernização e utilidade como a criação da Zona Franca, que foi inserida na região com organização da Ditadura Militar e empresariado do Brasil e outros países. No fim da década de 1980 para 1990, passa por transformações atendendo às demandas comerciais e industriais, o que reverbera na privatização dos serviços e na administração de uma parte da área portuária, conhecida como Roadway e hoje chamada Porto de Manaus. Além disso, houve também a expansão do atraque de embarcações e embarque/desembarque de passageiros e mercadorias para balsas às margens do Rio Negro, em frente à feira Coronel Jorge Teixeira. Para que tudo isso tivesse constituição, as relações de trabalho estavam presentes, bem como as divergências que dizem respeito aos usos da espacialidade e outros conflitos no cotidiano que podemos consultar e

aprender a partir das obras das historiadoras Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Patrícia Rodrigues da Silva, e do historiador Leno Barata Souza.⁴

Outra referência na região Norte que tem possibilitado um diálogo fundamental sobre as relações de trabalho no Amazonas do século XIX é o trabalho de Jéssyka Sâmmya Ladislau Pereira Costa, que sua tese pesquisou as experiências de liberdade e autonomia de indígenas, negros e não brancos pobres, no intuito de observar as práticas desses sujeitos quanto aos processos de trabalho, na busca por modificações das situações limitadoras as quais eram submetidos. A autora aborda situações que reverberam as “agências” desses trabalhadores nas práticas de comércio na região, práticas que foram consideradas pelo Estado e outros financiadores da exploração da mão de obra uma situação a ser resolvida através de controle. A historiadora buscou reconhecer por meio das “micropolíticas do trabalho”, um conceito de Ravi Ahuja, aspectos dentro das “relações de informalidade” do século XIX constituídas pelos trabalhadores como importantes para a experiência de autonomia, tais como “margem de decisão sobre o tempo de trabalho”, “a influência sobre o valor do trabalho e produtos produzidos pelos trabalhadores”, “trabalho mediante a pagamento”, “fugas de territórios controlados pelas missões” ou “reclamar em juízo quando práticas ilegais de escravidão eram realizadas”, dando a ver um complexo mundo de relações de trabalho para o Amazonas onde as configurações eram coexistentes (trabalho de sujeitos livres, libertos, compúlsório).⁵

O interesse por conhecer a área portuária através das perspectivas das mulheres, como elas passaram a trabalhar e como organizavam o tempo de trabalho reprodutivo e produtivo vai ganhando envergadura ao denotarmos que essas divisões não são totalmente bem definidas para as mulheres, sobretudo quando não remuneradas ou quando têm baixas remunerações. Elas reconhecem também que as práticas de violência de gênero, o racismo, a necessidade em priorizar o trabalho desde jovens – tendo como consequência o abandono escolar – limitam a expansão de outros projetos que desejam e elaboram.

As formas de organização das relações de trabalho dessas mulheres são significativas e um importante capítulo dentro das muitas histórias de vida que

⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: FUA, 2015; SOUZA, Leno José Barata. Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, 2010; SILVA, Patrícia Rodrigues da. Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM 1967-2010). Manaus: EDUA, 2016.

⁵ COSTA, Jéssyka Sâmmya Ladislau Pereira. Liberdade fraturada e o cotidiano de exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, 2002.

aconteceram e ainda acontecem na área portuária do Centro de Manaus. É a partir delas que teremos a oportunidade de pensar as referências que possuem de cidadania, do direito aos espaços urbanos, de dialogar sobre política, eleições, direitos sociais, trabalho, lazer e sobre sentidos históricos dos saberes. Isso pode ser exemplificado quando as entrevistadas se referem às suas famílias, aos processos de retorno ao porto, ou quando trazem memórias das situações em que tiveram que organizar novos meios de ganhar renda no período da pandemia e nos momentos que passavam a instruir umas às outras sobre o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial ou Estadual.

A empreitada não seria possível sem um diálogo com a historiografia, como os autores citados que foram importantes para entender as relações de Manaus nos séculos XIX ao XXI, envolvendo análises sobre os conflitos, as formas de organização e as reivindicações de trabalhadores e moradores do meio urbano que passaram por processos de migração. As fontes trouxeram também como foram constituídas as articulações das elites e do Estado nos períodos que constituíram as ordens liberais e neoliberais.

Os caminhos percorridos solicitavam ampliar a visão sobre o que significa cidadania, direitos sociais e trabalho reprodutivo e produtivo, sobretudo no período neoliberal. No diálogo com referências de outras áreas, nos deparamos com uma reflexão da filósofa Nancy Fraser, apontando que o período neoliberal é um momento de reinvenção do capitalismo, com o objetivo de desinvestimento estatal e corporativo do bem-estar social, enquanto recruta mulheres para a força de trabalho remunerada, penalizando sua própria reprodução social e mercantilizando o circuito de reprodução para que se mantenham no trabalho assalariado⁶.

Para a cientista política Ellen Meiksins Wood, a separação entre o econômico e o político tem sido longamente utilizada pelas elites burguesas, apresentando um objetivo “ideológico ao tratar a sociedade como algo abstrato”⁷. Essas percepções são muito próximas das leituras que Marx realizava criticando os interesses da burguesia que nada tinham a ver “com o interesse geral da sociedade”⁸, mesmo que a sociedade seja “o fundamento e o sujeito do ato social como um todo”.⁹

⁶ FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA (org.). Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023, p. 64-66.

⁷ WOOD, Ellen Meiksins. A democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 29.

⁸ MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 46.

⁹ MARX, Karl. Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 52.

As compreensões em torno de cidadania também se tornaram cruciais e, sabendo que as lutas por ela antecedem ao ano de 1988, a historiadora Tânia Regina de Luca afirma que a última Constituição Brasileira é a marca do Estado Democrático, pois lá estavam inseridos “os diversos sujeitos que antes ficavam de fora, ampliando direitos civis, direitos políticos e, direitos sociais”.¹⁰

Ainda que tivessem a perspectiva de maior participação popular, que segundo o historiador Murilo de Carvalho, é possível ver resultados positivos, ainda há uma precariedade do conhecimento dos direitos, apontado pelo autor a partir de uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1988, que considera que muitos dos que não recorreram à justiça, por exemplo, tinham como respostas não crer na justiça, por temê-la ou não ter a instrução sobre como funcionavam os direitos civis.¹¹

Essa seara não deve ser vista de modo pueril, então partimos das entrevistas com as trabalhadoras tentando compreender as suas expectativas e perspectivas sobre os processos de cidadania. É um assunto que permeia a pesquisa, não tendo a pretensão de esgotá-lo ou de possuir uma resposta conclusiva, mas sim, de avaliar, a partir das situações existentes no cotidiano e nas trajetórias das trabalhadoras da área portuária, os modos como foram construindo a noção de cidadania, muitas vezes, tendo que reconhecer os limites, fazer novas rotas para garantir seus direitos, aprender novos termos, se inserir em outros espaços e brigar pelo que é justo.

Com base no resultado das últimas eleições de 2022 para a Câmara dos Deputados Federais, o Congresso e a Presidência da República, é de se pensar como considerável o desejo da experiência democrática de muitas brasileiras e brasileiros, no sentido de ter interesse em ajustar proximidade e entendimento com as instituições públicas e nisso alguns pontos podem servir como referência: a própria participação política do sujeitos em diversos espaços, a manutenção e desenvolvimento dos direitos sociais, as lutas por justiça quando violados os direitos e a participação das mulheres no debate político. Ainda que aparentemente nem sempre nítida, – talvez porque assim se constitui o arsenal pesado da ideologia das elites – entre cortinas de fumaça, tem circulado diversas notícias manipuladas e falsamente publicadas nas redes sociais todos os dias, que se aproveitando da ausência de regulamentação das redes sociais, tem dado um trabalho gigantesco para

¹⁰ LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY (orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2016.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 211-213.

grupos populares e para as instituições públicas que combatem e denunciam tais atos, sabendo que elas promovem engano sobre os direitos sociais e sobre as instituições. O discurso de ódio disseminado não só gera tensão e gama variada de crimes, ele tem sido lucrativo dentro dos termos ditados por números de seguidores e visualizações, sem nenhum interesse na estabilidade seja da população que assiste, seja de modo geral nos impactos internos e externos ao país.

Também interessa observar quão estreitos estão os espaços da reprodução social, que de modo geral, corresponde ao autodesenvolvimento e renovação da trabalhadora, e o da produção, que consiste nos pontos de produção de bens e serviços como mercadoria. A perspectiva de olhar amplamente, tomando ambos como processos integrados, faz parte da proposta metodológica da Teoria da Reprodução Social, que indica que “a própria força de trabalho é a única mercadoria produzida fora do circuito de produção de mercadorias”, compreendendo as diversas maneiras que o capitalismo produz e se beneficia das opressões de gênero, raça e capacitismo.

Esses aspectos vão ser discutidos pela filósofa Nancy Fraser, a historiadora Tithi Bhattacharya e a filósofa Cinzia Arruza em trabalho colaborativo, afirmando que o capitalismo não inventou a opressão das mulheres, mas que se utilizou desse mecanismo, “Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção do lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo”.¹²

A historiadora Maria Izilda Santos de Matos no processo de compreensão sobre o “político no cotidiano”, cita o historiador Edward Thompson como responsável pelas reflexões sobre a “cultura de resistência” em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestação espontâneas de resistências. Maria Izilda aprofunda ainda mais, quando remete o cotidiano enquanto categoria de análise ao propor que a preocupação explícita é libertar-se de conceitos abstratos e universais e ao mesmo tempo resgatar as experiências de outros protagonistas, levando o historiador do cotidiano a restringir o objeto analisado e desconstruí-lo no passado, o que permitiria a redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso.¹³

O historiador Michel de Certeau, no trabalho em colaboração com Luce Giard e

¹² ARRUZZA, Cinzia [et.al.]. Feminismo para os 99% - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 37.

¹³ MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc. 2002, pp. 22-23.

Pierre Mayol, também foi importante referência no circuito de compreensões sobre o cotidiano, sobretudo com a perspectiva das “táticas de resistência do cotidiano”, tecendo que o sujeito no uso tático “deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha”. Para o autor, as táticas criadas são formas de sobrevivência no cotidiano, “habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas”, como modos de resistência ao poder dominante. Para Certeau, os conceitos de tática e resistência são históricas: as “estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder”¹⁴. Os caminhos sugeridos pelo autor para uma leitura mais ampla das experiências de vida social dos sujeitos, possibilitam o diálogo com os modos que as mulheres têm operado em suas práticas para se manterem inseridas no mundo do trabalho, nas possibilidades de cidadania, nos questionamentos referentes às expectativas de gênero as quais esperam delas ou mesmo nos caminhos traçados para conseguir o descanso quando a vida está envolta de atividades que tomam quase todo o seu tempo, como têm contituído as experiências sociais de comunicação, das relações em comunidades, dos usos dos espaços, do conhecimento e da utilização dos serviços públicos, e nas reflexões em torno dos direitos sociais.

Foram essas algumas das preocupações, atenções e caminhos que fomos nos aproximando ao tempo que os diálogos com as trabalhadoras aconteciam e optamos por estruturar o texto a partir de suas trajetórias.

O desenrolar da pesquisa também só se tornou possível mediante aos procedimentos relativos à História Oral, a qual nos possibilitou o trabalho com fontes narrativas orais, pelas quais, as mulheres transmitiram as reflexões e os sentidos que dão às próprias trajetórias.

A proposição do literato Alessandro Portelli, de que a história oral “nos conta menos sobre os eventos do que os significados” e que as fontes orais “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa o que fez”, foram tomadas como passos importantes na constituição, no tratamento e na análise das fontes orais. Quando o autor diz que a memória “não é um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de

¹⁴ CERTEAU, Michel de. [et. All]. A invenção do cotidiano: a arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 91-108.

significações”¹⁵, passamos a compreender que as narradoras colocavam no caminho de suas memórias os significados que consistiam nas relações comunitárias, nas experiências de trabalho e no estabelecimento definitivo em Manaus como processo de afirmação de seus sonhos e desejos.

Ao passo que os diálogos foram acontecendo, tomamos a importância de como as narrativas dessas mulheres sobre a vida cotidiana elucidavam suas próprias percepções sobre suas trajetórias, como decidiam reorganizar os caminhos percorridos, mostrando que muitas vezes suas histórias ou seus modos de pensar não chegavam a ser considerados. O que é necessário, então, para que as histórias das mulheres sejam consideradas?

A artista interdisciplinar, Grada Kilomba, em pesquisa intitulada “Memórias da Plantação”, incentiva um interessante comportamento que possamos conhecer os sujeitos em sua constituição política, social e individual, elaborando, portanto, uma pesquisa centrada nos sujeitos, o que equivale também, considerar uma relação não hierárquica.¹⁶ Esperamos ter alcançado êxito neste sentido ao escutar e trabalhar com as memórias das mulheres do porto, de que como agentes do cotidiano, suas experiências e significados passam por elaborações e reelaborações dando ver que estão sempre em movimento.

Outras fontes foram surgindo ao passo que tivemos a necessidade de saber como os processos de conflito foram estabelecidos, no intuito de emergir as relações e perspectivas da classe trabalhadora em Manaus, a partir das práticas conservadoras inseridas nas instituições por grupos políticos que mais interessados estavam em fazer uma linha temporal de suas próprias famílias e reviver a cópia do sonho da belle époque, tendo o viés neoliberal em suas condutas. Também foram úteis algumas notícias de jornais locais, matérias produzidas pelos setores de comunicação da Prefeitura e do Governo do Estado.

Houve o contato com algumas legislações que ajudaram a visualizar aspectos que dizem respeito às reivindicações de grupos que têm lutado e desenvolvido práticas de cidadania, como proteção a menores de idade, leis trabalhistas, no desenvolvimento de programas sociais, na constituição de espaços de debate, propondo ampliação de direitos, difundindo e organizando socialmente suas perspectivas.

No primeiro capítulo, abordamos as trajetórias de vida das trabalhadoras no que

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz da História Oral diferente? Revista Projeto História. São Paulo, fev.1997.

¹⁶ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

se refere às suas experiências e perspectivas sobre a cidade e o processo de migração de algumas delas, além das relações sociais e com os espaços da cidade, sobretudo na área portuária, uma vez que algumas se dirigiram à Manaus na perspectiva de melhores oportunidades de emprego, para a criação dos filhos e para desenvolver novas relações. Percorremos os espaços na cidade que emergem a partir de histórias relacionadas aos familiares. Dentre muitos lugares que lembram, o porto é um espaço que para algumas das entrevistadas foi o local de uma nova vida no meio urbano, traduzido como um lugar não só de trabalho, mas também de relações afetivas, que foram constituídas e muitas vezes mantidas a longo de suas trajetórias.

O segundo capítulo foi organizado com a pretensão de apresentar e dialogar com alguns aspectos históricos do capitalismo, e principalmente sua renovação chamada de Neoliberalismo, situando as precarizações que submetem às trabalhadoras e aos trabalhadores, dando a ver os diversos impactos e alternativas procuradas pelas trabalhadoras e seus familiares para manter atividades que deem conta da sua sobrevivência no meio urbano. Buscamos compreender as práticas de lutas pelo espaço de trabalho, que são refletidas por elas como lutas contínuas, reverberando e apontando os conflitos existentes no meio urbano. Interessou também entender como lidam com as atividades reprodutivas e produtivas desde a infância ou adolescência colocando referências de aprendizagem dos trabalhos domésticos, de venda de alimentos e entre outras coisas que precisaram aprender com a perspectiva de adquirir renda.

Por fim, o terceiro capítulo é destinado a discutir aspectos das políticas públicas sociais no Brasil na última década, encerrando com as experiências das mulheres entrevistadas com o Bolsa Família, Auxílio Emergencial e benefício do Governo do Estado do Amazonas, além, dos usos do SUS e escolas públicas. Aqui, o contato com as referências de outras áreas das Ciências Humanas foi importante para conhecer as proposições sobre os anos em que o capitalismo neoliberal propôs a ideia de Estado mínimo, ampliando os tentáculos da financeirização dos serviços e a destituição de políticas públicas sociais.

O intuito da pesquisa é refletir sobre essas trajetórias, tomando como importante o reconhecimento das lutas cotidianas travadas pelas mulheres trabalhadoras, pobres, periféricas e que fazem da cidade um lugar de reafirmação dos seus espaços e pensamentos, ainda que saibam e sintam a falta de oportunidades e a manutenção de desigualdades sociais que as atinge por todos os lados.

Entrevistadas



Angélica Santos (direita) e a irmã (esquerda)/2018



Juliane Monteiro Silva/2022



Sivania Gomes de Souza/2023



Elizanete Lima Ruiz/2021



Tatiane Salgado dos Santos/2023

Capítulo 1 – A cidade das mulheres

1.1 “Mamãe Moderna”: delineando os espaços da área portuária

Nas primeiras visitas à área portuária do Centro de Manaus, fica difícil conhecer os significados de toda a espacialidade, mesmo que se saiba o nome das ruas ou algumas direções para as balsas, para o Porto de Manaus, para as feiras Coronel Jorge Teixeira (Manaus Moderna) e da Banana. Mais promissor é o conhecimento que as trabalhadoras constituem e trazem ao narrar suas experiências nesses locais, tornando esses saberes a ponta de lança para as estratégias em busca das relações sociais e das práticas de sobrevivência no cotidiano, pois a partir dele vão estabelecendo o direito à cidade com suas demarcações próprias que se constituem no processo de reconhecimento e usos dos espaços, assim como no processo de aprendizagem e de observação que também guardam referências ligadas às gerações anteriores a elas.

Essas trabalhadoras recorrem às memórias muitas vezes para dar significado e perpetuar o direito de ir e vir ao porto sempre que necessário, seja pela sobrevivência, seja pela oportunidade de construir uma vida melhor ou pelas histórias das famílias. Isso ocorre de tal modo que a área portuária do centro, estabelecida às margens do Rio Negro, se apresenta como um local de Manaus que guarda memórias de trabalho para centenas de trabalhadores e de trabalhadoras – estas em especial – que vão ganhando a vida na cidade, ao passo que exprimem seus valores e práticas sociais nos espaços e juntamente com outras pessoas como seus familiares, amigas e amigos, conhecidas e conhecidos que, auxiliam o desenrolar da vida e a constituição das trajetórias.

Começamos essa caminhada nas balsas, onde conhecemos a maioria das trabalhadoras entrevistadas. As balsas da área portuária consistem em superfícies flutuantes com capacidade de atracque de embarcações regionais e lanchas, permitindo embarque e desembarque de passageiros, de bagagens e mercadorias que transitam entre Manaus e as cidades do interior do Amazonas e estados próximos, como o Pará.

As balsas situadas nas proximidades das escadarias da Manaus Moderna são propriedades de particulares, fruto de uma necessidade para o atracque de embarcações no início de 1990, pois somente o porto flutuante chamado Roadway (Porto de Manaus) não parecia o suficiente para dar conta da organização de todas as atividades das chegadas e partidas das embarcações.¹⁷

¹⁷ OLIVEIRA, Rafaela Bastos de. Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras de bagagens e mercadorias da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (1990-2016). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 25.

A primeira balsa, conhecida como *Terminal Ajato* (marcador laranja possui indicado na imagem 01 e na imagem 02), atende somente atraque de lanchas para embarque e desembarque de passageiros e bagagens. Algumas viagens identificadas na frente de cada lancha, anunciam destinos e rotas: Santarém e Oriximiná, o Pará; para o município de Tabatinga, com escalas em Codajás, Tefé, Alvarães, Fonte Boa, Jutai, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant; Japurá com escalas em Codajás, Coari, Tefé, Alvarães e Marã; Novo Aripuanã com escalas em Nova Olinda e Borba; e Carauari e Manicoré (imagem 07).

A *Balsa Amarela* (imagem 03), assim como o Terminal Ajato, fica em frente ao Mercado Adolpho Lisboa¹⁸, com acesso pela Avenida Lourenço da Silva Braga. Atendendo ao atraque de lanchas com passageiros e bagagens, além das embarcações regionais que também são usadas por passageiros e para o transporte de mercadorias entre Manaus e os municípios de Faro e Terra Santa no Estado do Pará e para os municípios de Tapauá e Parintins no Estado do Amazonas.

A Balsa seguinte é conhecida pelas trabalhadoras e trabalhadores como Balsa do Boizão (imagem 04), geralmente usada para fazer o transporte de mercadorias para outros municípios do Amazonas.

A Balsa do Produtor, também conhecida como Balsa Verde (imagem 05), atende ao atraque de embarcações regionais que transportam passageiros e mercadorias entre as cidades de Caapiranga e Manacapuru, por exemplo.

A Balsa Vermelha (imagem 06) atende igualmente o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias de Manaus para os municípios de Urucará, Codajás, Boca do Acre, Tapauá, Parintins e Santarém.

¹⁸ O Mercado Adolpho Lisboa foi planejado para atender as necessidades de acomodação e venda de alimentos e outros produtos. Foi inaugurado o pavilhão central do mercado, em 15 de julho de 1883, sob administração municipal do Prefeito Adolpho Lisboa. Outro pavilhão foi inaugurado somente em 1908. O prédio do Mercado Adolpho Lisboa foi tombado como Patrimônio Histórico, em 1º de julho de 1987, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1215



Imagem 1: Google Earth/2024



Imagem 02: Balsa Laranja. Google Earth/2024

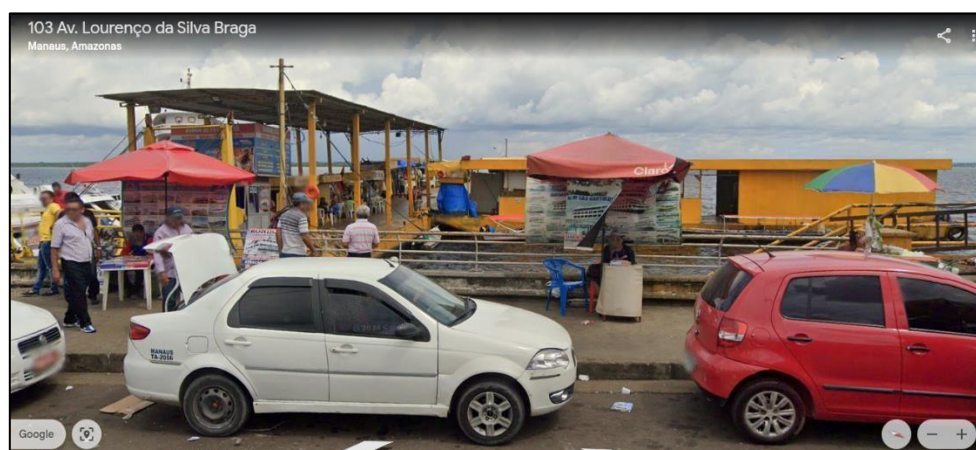


Imagem 03: Balsa Amarela. Google Earth/2024



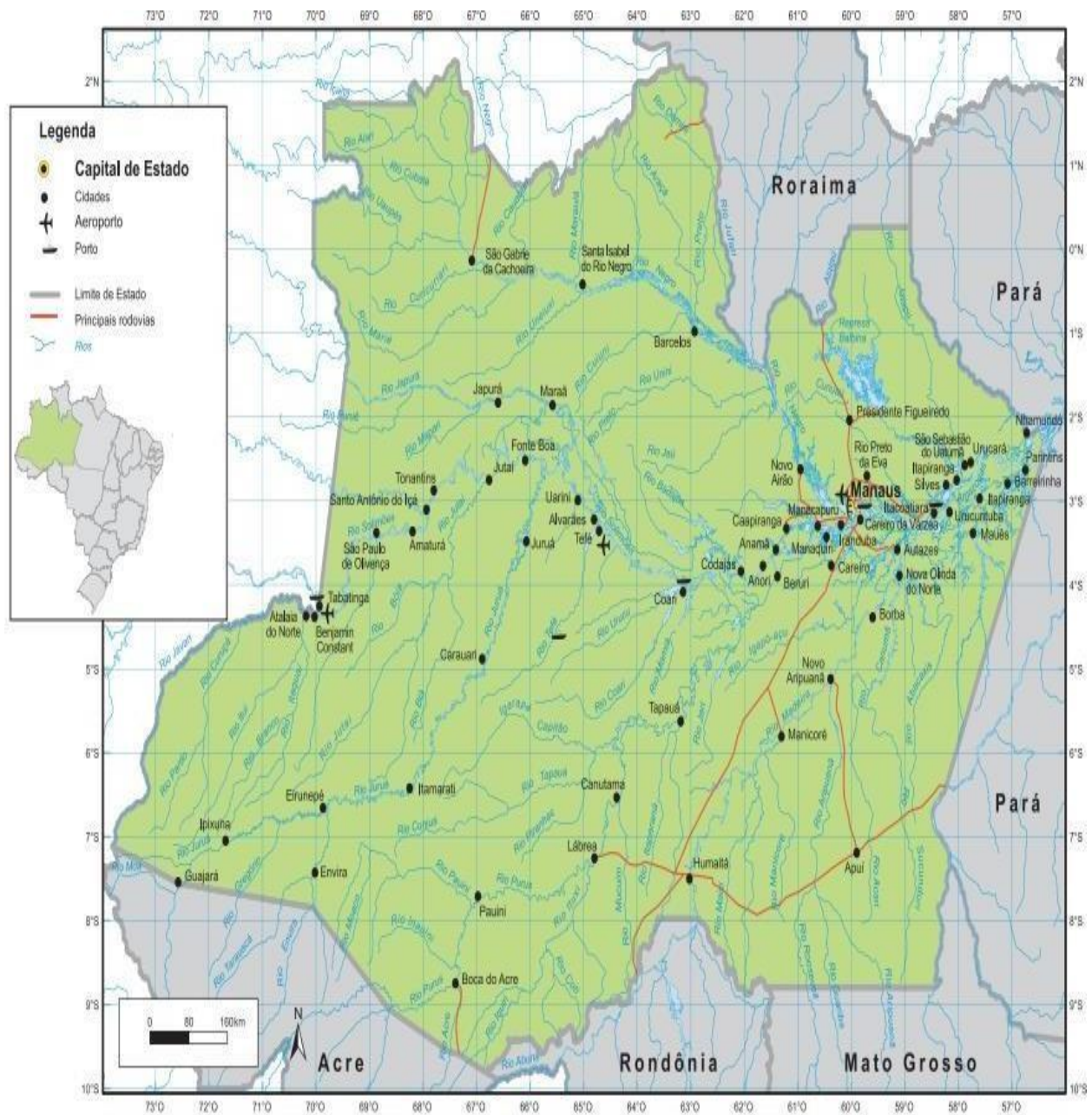
Imagem 04: *Balsa do Boizão*. Google Earth/2024



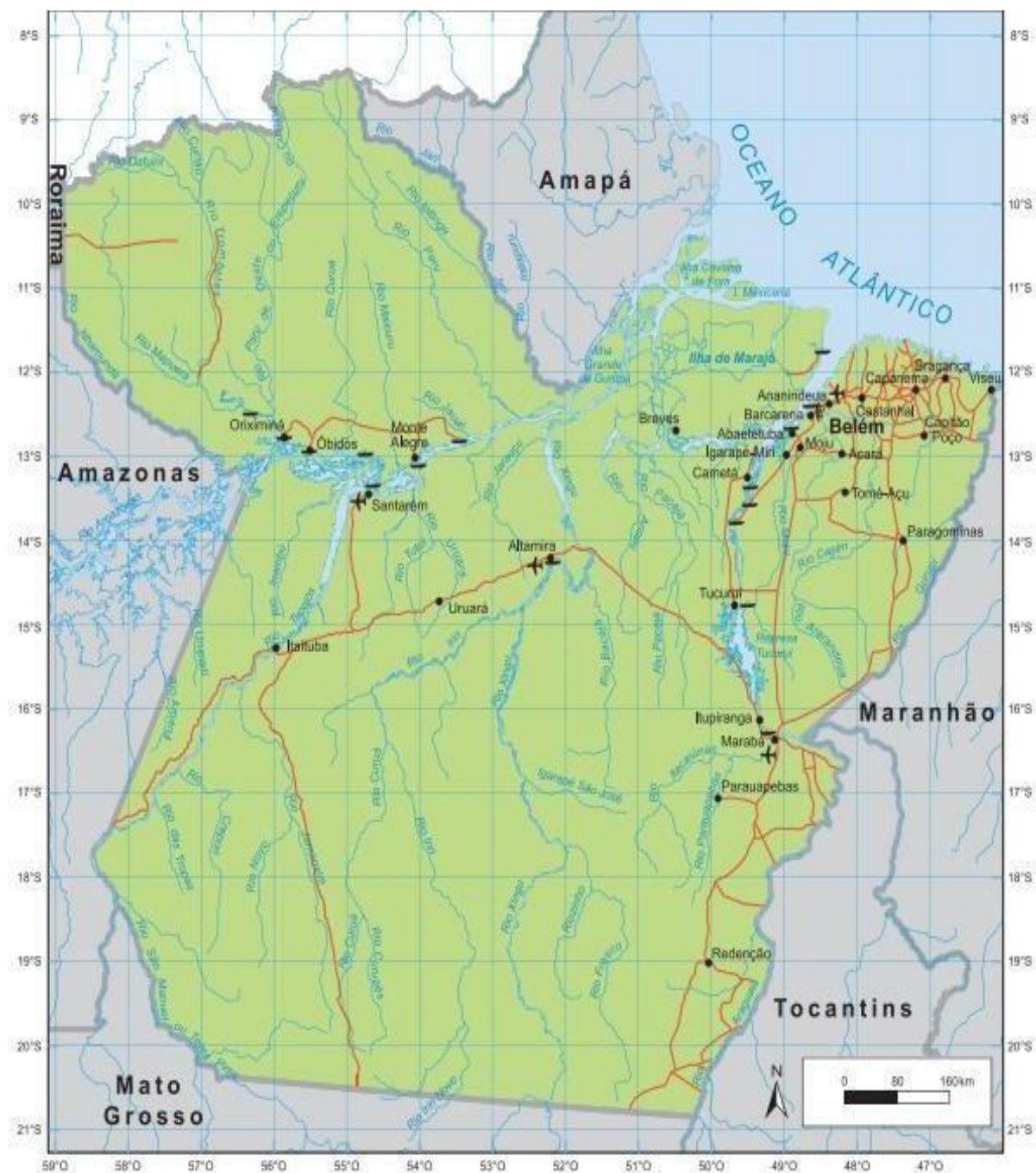
Imagem 05: *Balsa Verde*. Acervo Rafaela Basto/2024



Imagem 06: *Balsa Vermelha*. Google Earth/2024



Mapa do Amazonas (IBGE) <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa107>



Mapa do Estado do Pará (IBGE) <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#117>

As mulheres entrevistadas trazem muitas referências dos trabalhos e das relações que constituíram nas balsas. Etas foram para algumas delas, os espaços que embarcaram e desembarcaram várias vezes em busca de trabalho, saúde pública e educação públicas, ou mesmo, um recomeço após a separação no casamento.

A partir de algumas experiências de trabalho, elas notaram que as balsas precisavam de melhorias, apontando, por exemplo, que ainda que fossem de propriedade particular, os custos de aluguel para o uso do espaço e os serviços oferecidos por elas nas balsas, deveriam beneficiá-las também, não somente aos proprietários.

Uma das mulheres que qualifica as condições nas balsas, em especial, a Balsa Amarela, é Juliane Monteiro da Silva, que trabalhou em um quiosque de lanches e bebidas por alguns anos servindo as mesas, cuidando para que todos os clientes pagassem, listando os itens para reposição nos dias seguintes, além de limpar, organizar, abrir ou fechar o quiosque todos os dias.

Eu lembro que uma vez você falou de uma reunião para melhorar a Balsa Amarela, porque havia vários problemas que vocês conseguiam ver. Quais que eram esses problemas?

Sim. Mas aí, agora, aconteceu até uma “revolução” [fala em tom de ironia e ri] que todo mundo tá se impressionando, veio para melhorar pelo menos para nós que estamos aqui, a gente estava realmente contando: os donos dos lanches e boxes contando para se reunir e reclamar a questão do banheiro que não era legal, a limpeza do banheiro que não era legal, a manutenção da balsa, a energia que era do jeito que eles queriam, as lâmpadas não funcionavam todas. A gente trabalhava quase no escuro, então, era toda uma precariedade. Aí, como veio o negócio do vírus e parou tudo, acho que deu um estalo neles e eles consertaram quase tudo. Graças a Deus! Já deu uma melhorada.

Mas ele melhorou mediante à reclamação de vocês ou... Não. Meio que a gente reclamava por alto. Essa reunião não chegou a acontecer pra ir todo mundo ir lá reclamar, mas a gente reclamava por alto, e daí veio a pandemia e eles pegaram o embalo e estão ajeitando.

Tu achas que chegou aos ouvidos dele que vocês estavam reclamando das condições?

Sim. Porque um falava daqui outro falava dali. Não ia todo mundo lá, mas sempre tinha uma que ia e falava alguma coisa.

Chegou a reclamar pra ele?

Várias vezes, tanto que ele parou de falar comigo porque todos os dias quando eu chegava e isso daqui? [apontando para o teto da balsa] **A viga.** É. Ficava vazando e bem ali a gente colocava umas mesas e aí não dá. E teve um dia que tava chovendo mais dentro do que fora e quando eu cheguei para abrir o lanche e tava debaixo de um temporal do tamanho do mundo eu fui falar com ele “Não tem como trabalhar lá”, e

eu filmei [as goteiras] e mandei pra Val dizendo “Val, se eu não vender bem hoje é porque nem consegui abrir as mesas porque tá vazando tudo aqui, tá chovendo mais dentro do que fora da balsa”, eu falei tudinho. E na mesma hora ela ligou pra ele, e ela disse pro Paulinho resolver isso, e o Paulinho é o gerente da Balsa.

Aí, quando ele veio já veio com ódio de mim, né? Ele “não tem nada que ficar filmando e tal”. E eu, “tenho sim e sabe por quê? Porque se a Val chegar aqui e perguntar o porquê eu não vendi nada eu tenho que provar pra ela porque eu não vendi nada, porque gente tinha. E nesse dia tinha muito movimento, o bar daqui estava lotado [apontando para esquerda], esse outro bar daqui estava lotado [apontando para a direita], e eu não consegui vender muito justamente porque eu não consegui abrir mesa porque estava chovendo e estava molhando tudo. **Deixou os clientes embaixo de chuva?** Sim, e aí eu disse a ele “eu vou ter como explicar

pra ela o porquê eu não vendi nada, e eu filmei mesmo”, eu falei pra ele. Ele “tu tem que me ajudar”, ele falou, “tu tem é que me ajudar e não é fazendo isso que tu vai conseguir alguma coisa”. E eu “Mano, o dono da balsa é tu, o responsável pela balsa é tu, que tem que fazer alguma coisa não é eu não”. **Mas Paulinho é o dono, então?** Sim. Ele é filho do dono, é o gerente. Quando o pai dele não tá, é ele quem manda. **E eles estão todos os dias?** Todos os dias.¹⁹

As reclamações das entrevistadas entregam as interações nas balsas, anunciando que ficam fora dos processos de ajustes que elas compreendem como importantes, pois afinal, trata-se das condições de trabalho que as envolvem. Essas decisões sem diálogo, sem aviso mais formal, como indica a Elizanete “não veio um ofício” parecem ser comuns e de longa data, envolvendo algumas instituições públicas e os donos das balsas, deixando por último as trabalhadoras sem possibilidade de diálogo sobre as decisões tomadas, quase sempre no susto e as pressionando a pensarem em formas alternativas e a curto prazo a manutenção de suas atividades e por conseguinte a manutenção do seu sustento.

Para as entrevistadas, o aluguel mensal do espaço no valor de um mil e duzentos reais pago aos donos das balsas deveria conferir algumas melhorias, já que também apontam que o pagamento ocorre de forma regular para manter os quiosques funcionando, pesando sobre a situação não existir um contrato também que defina as regras a serem estabelecidas entre proprietário e locatário e vice-versa. As mudanças são lentas e acabam trazendo transtornos contínuos às trabalhadoras, que vão repetindo as formas de reivindicação

E as lâmpadas, ele trocou? Não. Isso ele disse que vai trocar, mas deixar por último, a maioria tá queimada, mas ele disse que vai trocar ainda. Aí estamos no aguardo. [risos]. Qualquer coisa, qualquer falta de consideração a gente vai lá na frente pentelhar o juízo dele. **Mas tá certo.**

Mas sabe por que tá certo? Porque quando chega no sábado meio-dia ele tá aqui querendo receber o dinheiro dele. **É por aluguel, né?** Sim. E aí de você, se ele chegar aqui e você não tiver seu aluguel completo. **Quanto é o aluguel?** Trezentos [300]. **Por semana?** Por semana.

Mas é trezentos pra todo mundo ou tem diferenças? Tem diferença, porque esses dois aqui [apontando para direita] é do pai dele, né? Então, era um valor menor. O nosso era alugado, mas agora vai diminuir também porque agora o lanche [quiosque] é da Val mesmo, porque uns é do dono, outros são alugados e assim vai. **Trezentos reais por semana, mil e duzentos reais por mês?** Sim. Fora o vigia que é 6 reais por dia pro vigia. **Ele não paga o vigia?** Não. É nós que paga. **O que mais vocês pagam por aqui?** Só. Tem aluguel e vigia.

E os barcos que atracam aqui também pagam um valor?

[balança a cabeça positivamente] Cada um tem seu valor, de duzentos, trezentos reais por aí.

E os outros trabalhadores que entram aqui? Eles pagam também pra entrar?

Pra entrar não. **Pra fazer o serviço deles aqui?** Sim, mas cada um tem o valor deles. Aqui dentro da balsa tem uma associação, né, acho que são em média uns quinze trabalhadores que eles trabalham vendendo acessórios, negócio de cabelo, com docinhos, com bijuteria. **É vendedor ambulante?** Sim.²⁰

¹⁹ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida no dia 20 de junho de 2020.

²⁰ Elizanete Lima Ruiz. Entrevista cedida no dia 24 de março de 2021.

As mulheres trabalhadoras não faltam com suas obrigações no dia a dia: limpar, cuidar, abastecer, pagar em dia o aluguel, ter uma rotina de atenções sobre as demandas para quem busca os serviços de embarcações e lugares para compras variadas ou mesmo de lazer na área portuária. Porém, suas reivindicações são vistas não como um diálogo sobre seus direitos e o desejo por melhorias nas condições de trabalho, mas como uma difamação aos responsáveis pelos cuidados das balsas (como na ocasião mencionada por Juliane quando o administrador vocifera que ela não pode registrar o problema das goteiras que anunciava há tempos).

Um importante modo de operar aos desleixos que ocorrem por parte dos gerentes e donos, é o ato de reclamar, tomando as reivindicações de tempos em tempos, como coloca Juliane “Porque um falava daqui outro falava dali. Não ia todo mundo lá, mas sempre tinha uma que ia e falava alguma coisa”, e depois Elizanete, “A gente tá esperando ele, a gente conversou [com o gerente] e ele disse que não podia fazer nada que “foi o dono da balsa que mandou”. Filmar, reivindicar, discutir sobre as necessidades com outras trabalhadoras e trabalhadores possibilita que cheguem às estratégias, elaborem provas sobre os problemas e manifestem o desejo pelas melhorias. São elas que travam no dia a dia a frente para que aconteçam as mudanças, realizando os movimentos necessários para que suas reivindicações possam ser consideradas, denota também o processo desgastante que é ter de recorrer sempre aos mesmos modos de reclamações “individuais” esporádicas.

Esse circuito de diálogos entre trabalhadoras e outros trabalhadores assume um propósito importante, se revelando como estratégia para elencar outras reflexões e experiências em torno das condições de trabalho, bem como as dificuldades de acesso à uma comunicação com os donos das balsas e posteriormente com os agentes das instituições públicas na cidade de Manaus, sobretudo com a Prefeitura que possui atividades recorrentes na área portuária. Organizar meios de interação que os coloquem a par das rotinas de cada um também fortalece a relação como um grupo, e tornar-se grupo coloca em jogo muitas referências que são valorizadas por quem participa da vida cotidiana no porto, inclusive, para ajudar uns aos outros em tempos de práticas autoritárias que são penalizados com sua retirada do trabalho, humilhações e apreensão ou destruição de bancas e produtos.

Os problemas nas balsas se estendem por muitos anos e já foram avaliados pelo Ministério Público do Trabalho no Amazonas, como em 2009, quando multou uma das proprietárias das balsas localizadas na Manaus Moderna por irregularidades.

A proprietária das balsas deverá pagar uma multa no valor de 28 mil reais por permitir o acesso aos atracadouros de pessoas que não sejam tripulantes de embarcações, passageiros, trabalhadores dos serviços de carga, descarga e mercadorias ou prestadores de serviços das embarcações, ou ainda, o acesso a seus atracadouros de menores de 18 anos de idade.

A empresária ainda deixou de garantir a liberdade de circulação e movimentação de cargas e passageiros nos atracadouros, ao permitir a estadia de barracas de vendas de mercadorias no local; não dotou os locais de trabalho próximos à água e

ponto de transbordo com boias salva-vidas e outros equipamentos necessários ao resgate de vítima de queda na água e, também, não adequou as instalações elétricas em conformidade com o exigido na NR 10.²¹

Emergem considerações e justificativas quanto à ilegalidade das balsas da área portuária também nos jornais locais, como o A Crítica²², que a partir das referências do MPF no Amazonas aponta: “embarque e desembarque de mercadorias, transportes de passageiros de forma desorganizada”; “condições precárias de higiene”, “lanchonetes e vendedores ambulantes causando danos ambientais à orla do Rio Negro”. Há uma referência na mesma matéria sobre ajustes a serem adotados pelos donos e administradores da balsa, em que o procurador da República Rafael da Silva Rocha diz que, “Não se trata, como bem comprovado nos autos, de exercício de atividade portuária organizada, mas sim de atividade clandestina, exercida de forma irregular, sem licença ambiental ou outras autorizações do Poder Público”.²³

O caráter de clandestinidade e ilegalidade recai sobre os proprietários, mas é sobre as trabalhadoras e os trabalhadores que recaem os danos ambientais, a falta de higiene e os tumultos entre outras coisas pejorativas que são relacionadas a quem trabalha na área portuária, como se a necessidade pelo trabalho e as reivindicações cotidianas que incluem limpeza, segurança e organização não fossem relevantes.

O impacto desses conflitos reverberou na atitude dos proprietários, que retiraram as trabalhadoras e os trabalhadores dos quiosques em abril de 2021, deixando que ficassem com os custos de retirada das estruturas dos quiosques, a busca por nova localização de trabalho e demais prejuízos, como foi o caso de Val, Juliane e Elizanete. Os donos das balsas retiraram as trabalhadoras que vendiam água, alimentos, bebidas aos tripulantes e passageiros das embarcações e permenceu somente com os serviços de atraque das embarcações e desembarque de mercadorias e passageiros.

Outra localidade que se insere no complexo portuário do Centro é o Porto de Manaus. Em sua obra, a historiadora Maria Luiza Ugarte, descreve que foi no século XIX que surgiram as transformações às margens do Rio com o intuito de definir e organizar o espaço portuário a partir

²¹ Em 2009, O Ministério Público do Trabalho realizou um grupo móvel interinstitucional junto com o Ministério do Trabalho e Emprego e constatou que o local de atracação e desatracação das embarcações estavam completamente irregulares. Porém, mesmo tendo sido celebrado, em 2009, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o MPT para ajustamento das irregularidades sob pena de pagamento de multa, as obrigações não foram cumpridas. Após a constatação da reincidência das falhas, uma vez que a situação ainda permanece inalterada, e tendo sido expedidos diversos prazos anteriores para adequação. A aplicação da Norma Reguladora 10 implementa medidas de controle e segurança e saúde aos trabalhadores que direta ou indiretamente interajam com instalações elétricas e serviços com eletricidade. (Internet).

<https://prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/615-proprietaria-de-balsas-na-manaus-moderna-deve-pagar-28-mil-reais-por-irregularidades-nas-embarcacoes>

²² O Jornal A Crítica tem sua tiragem de forma periódica desde 1949, e o jornal tinha sede em uma sala da avenida Eduardo Ribeiro. O dono do Jornal Umberto Calderaro levanta a bandeira: de mãos dadas com o povo, defendia também o modelo econômico da Zona Franca de Manaus, “Não houve pleito regional em que eu não estivesse à frente dos interesses deste povo amigo de quem sou escravo. A Zona Franca está aí, queiram ou não”, escreveu em uma carta em 1995, de título: “Puxa, que luta!”. (Internet) <http://acritica.uol.com.br/noticias/manausAmazonas-marcadacorage>

²³ “Balsas funcionam sem autorização na Manaus Moderna”, matéria publicada em 08 de dezembro de 2021.

<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/balsas-funcionam-sem-autorizacao-na-manaus-moderna>

dos interesses comerciais. O território urbano em Manaus no século XIX circundava a área portuária e, em 1850, a entrada da cidade tinha um “ancoradouro em frente à Igreja da Matriz”. Em 1855, a autora menciona a criação da “Ribeira dos Comestíveis”, local para abastecimento de gêneros. Em períodos posteriores, a construção de rampas, e aos fins do século XIX e início do XX, uma série de construções de prédios, trapiches, organização de serviços e arrecadação entre particulares e o Estado, além do investimento dessas transformações físicas aos fins do século XIX por meio de concessões a empresas estrangeiras. A autora também observa que esse espaço portuário passou a ser local de passeios das elites, “tanto para dele receber o sopro do progresso, quanto para mostrar-se como sua própria encarnação”, sugerindo que para essas pessoas o porto era uma dádiva do progresso passando a chamá-lo de “Roadway”²⁴. Dessa forma, percebe-se que o porto de Manaus tem sido emblemático para a cidade de Manaus há bastante tempo e sua história na década de 1990 guarda vestígios de todo um processo histórico remontando aos aspectos de variadas administrações, concessões privadas e disputas.

O Porto de Manaus (antigo Roadway) é de responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas desde 1996, sob a administração da Superintendência de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas²⁵.

Conta com armazéns, espaço para atracque em plataforma flutuante e é utilizada por centenas de pessoas todos os dias para viagens aos outros municípios do Amazonas e regiões vizinhas, além do embarque e desembarque de mercadorias de todos os tipos. Diferencia-se da Manaus Moderna pelas condições espaciais que dão a ver que possuem estruturas definidas para bares, restaurantes, lojas de artesanatos e de roupas, guichês para compras de passagens, agências de turismo regional, controle de entrada e dos usos dos espaços, além do estacionamento taxado para o desembarque de passageiros e de veículos de transportes de mercadorias. Por muito tempo, um dos pátios do Porto de Manaus recebia *containers* carregados de produtos para o comércio e indústria (a partir da criação da Zona Franca de Manaus).

Anualmente a prefeitura utiliza os espaços do Porto de Manaus para eventos culturais voltados à música, além da venda de alimentos, bebidas e artesanato por terceiros, por meio de concessão. A área portuária, atualmente, abrange a Feira da Manaus Moderna, o Porto de Manaus, a Feira da Banana, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa e uma diversidade de comércio no atacado

²⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: FUA, 2015, p. 36-54.

²⁵ Antes chamada de Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas, criada em 1996, pela Lei nº 2.389, de 02 de maio. Dez anos depois, a Lei 3.127, de 10 de maio de 2007, transforma a empresa Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH, em autarquia SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE NAVEGAÇÃO, PORTOS E HIDROVIAS – SNPH, compondo a Administração Indireta do Poder Executivo, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. Em 1997, há um Convênio de Delegação nº. 07/97 entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e o Estado do Amazonas para a administração e a exploração do Porto de Manaus e dos portos fluviais integrantes de sua estrutura, localizados nos municípios de Itacoatiara, Tabatinga, Coari e Parintins. Em 08/06/2001, a SNPH firma contrato de arrendamento para a exploração do Porto de Manaus com a empresa privada de nome Estação Hidroviária do Amazonas Ltda, porém, em 2010, a União retoma como autoridade portuária após algumas denúncias de irregularidades e “falhas certificadas naquele porto organizado”, como mencionado na Resolução Nº1.579, de 03 de dezembro de 2009, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

e varejo.

A historicidade mais recente do Porto de Manaus (Roadway) é voltada à privatização dos serviços desde a década de 1990, com o fim da Portobrás e o início da administração pela Companhia de Docas do Maranhão - Codomar, empresa de sociedade de economia mista, que teve suas atividades encerradas no Porto de Manaus em 2015. Em 2018, após uma série de acontecimentos na administração do Roadway, ela retorna as mãos do Estado, após assinatura de convênio entre o Governo do Estado do Amazonas e a Secretaria Nacional de Portos, Hidrovias e Aviação Civil, do Ministério dos Transportes²⁶. Para se ter uma dimensão das relações que envolvem a privatização e suas consequências no Porto de Manaus, nas reuniões registradas em atas do Conselho de Administração do Porto²⁷, formado por representantes do poder público, da classe empresarial e representantes dos trabalhadores portuários, onde as pautas, as propostas e as formas de organização dos projetos são recepcionadas de modos divergentes, destacamos: aquelas que chamam a atenção por solicitar a diminuição de vários atores (Federais, Estaduais e Municipais); adaptações de contrato entre arrendatárias e SNPH, com observações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o que deixou o contrato suspenso por algum tempo; e algumas que referenciam as preocupações da representante dos trabalhadores portuários que questiona o destino dos trabalhadores que estavam na Portobrás, que ao ser extinta passaram a trabalhar na SNPH, e outro ponto, que coloca como um grande problema aos trabalhadores portuários a Medida Provisória 595 de 2012²⁸, e posteriormente a Lei 12.815 de 2013, que dava aos operadores portuários fora do porto público o direito de contratar trabalhadores fora do órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO)²⁹, deixando na mão cerca de 128 trabalhadores de capatazia sem serviços nos novos portos privados.³⁰

Para além das grades do Porto de Manaus, encontramos nas narrativas das mulheres os movimentos por trabalho e pela circulação na região da Manaus Moderna que foram suscitadas inicialmente por Greice Kelle e depois por Juliane Monteiro a partir da expressão de costume “Mamãe Moderna”. Quando questionada sobre, Juliane explica:

Prestei atenção que há um tempo vocês chamam “Mamãe Moderna” e não Manaus Moderna. Por que vocês usam essa expressão? O que significa?

Sim. Mamãe Moderna, assim, porque no meu caso, tu me conhece, sabe que sempre

²⁶ Matéria do dia 02 de fevereiro de 2018, intitulada “Após a extinção da Codomar o Estado passará a administrar o Porto de Manaus”.

²⁷ Instituído no art. 20, da lei 12.815 de 05 de junho de 2013, a qual a presença e participação desse Conselho seria de 50% de representantes do poder público, 25% da classe empresarial e 25% de representantes da classe trabalhadora, e a seguir como parágrafo único: A indicação dos representantes das classes empresarial e trabalhadora que será feita pelos respectivos representantes no conselho de autoridade portuária. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12815.htm

²⁸ A Medida Provisória 595 de 26 de dezembro de 2012, tinha por objetivo instituir regime jurídico para a exploração da infraestrutura portuária brasileira, modificada pela Lei 12.815 de 2013.

²⁹ No art. 18 da lei 8630 de 1993, observava sobre a necessidade de formação um órgão gestor da mão de obra que tinha por finalidade de fornecer mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso (trabalhador sem vínculo empregatício, mas que tem os mesmos direitos que um trabalhador em CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Na legislação de 2012, há permanência da sua atuação do OGMO a partir do art. 32

³⁰ ATA 162ª do Conselho de Autoridade Portuária – CAP, do Porto de Manaus, páginas 07-09.

<http://transparencia.snph.am.gov.br/transparencia/porto-de-manaus/>

tive força de vontade para trabalhar. O que eu vejo aqui que é legal e eu posso tirar proveito, eu meto a cara e vou. A Kelle quando chegou comigo perguntou, *“Juli, por que tu não pega o carrinho e vai trabalhar?”*. Se eu tivesse colocado mil dificuldades como: poxa ali na beira da rua. Tu viu ontem a situação que tem sol, tem chuva, tem ventania, tem tudo, tem bêbado chato, tem abuso dos outros. Se eu colocasse mil dificuldades, eu estaria na merda, cheia de dívidas, agoniada para resolver minha vida. Eu tive essa oportunidade aqui e estou sabendo aproveitar, é por isso que a Manaus Moderna é a Mamãe Moderna, porque sabendo o que dá pra fazer e tendo oportunidade e tendo ajuda dá pra viver.³¹

Os significados levantados por ela têm a ver com uma noção de oportunidade de trabalho, as possibilidades de executar as atividades por um tempo e dentro da condição que outras mulheres estejam próximas umas das outras para auxiliar, dividindo as atividades e as rendas conseguidas semanalmente. A preocupação em manter-se em atividade, em organizar meios de sobrevivência na espacialidade, de não sucumbir às dificuldades que são diversas, organizando o tempo e os modos de trabalho é o que caracterizam os motivos para chamarem de “Mamãe Moderna”.

A Greice Kelle menciona na entrevista que chama de “Mamãe Moderna porque se você precisar de uma renda, se tiver sem trabalho e você for perguntando de box em box, de barco em barco, nas lojas perguntando se tem algo pra fazer pelo menos uma diária você ganha fazendo qualquer serviço”.³²

A necessidade de itens básicos no dia a dia, do pagamento de dívidas para manter crédito, a preocupação quando não conseguem colocação, além do entendimento de que não podem esperar muito, a não fazer uso da própria força de trabalho, evidencia uma série de condições da classe trabalhadora que vivem e são penalizadas pelas desigualdades continuamente. A tensão para as trabalhadoras entrevistadas se estabelece no eixo da reprodução delas e demais pessoas sob sua responsabilidade e na produção que estabelece as rendas adquiridas nos serviços, o que envolve circuitos conectados, atrelados às aprendizagens e organizações que circulam nesses eixos.

A ideia de a “Mamãe Moderna” ser um lugar de possibilidades para muitas das entrevistadas está relacionada aos modos de como essas trabalhadoras têm sentido o impacto de viver numa cidade urbanizada, onde precisam lidar com a própria sobrevivência, por meio dos serviços que já sabiam fazer, permitindo que elas participem diretamente dos usos dos espaços, das possibilidades de relações mais duradouras e que expressem na localidade o desejo por mudanças relacionadas às dificuldades.

Elas encontram ali no porto uma rede de organização e relações comunitárias, o que não significa que não passem também a conviver com os conflitos existentes na cidade de Manaus, que fica evidenciado nas formas de controle exercidas pela Prefeitura, que organizada institucionalmente com o Estado toma, como objetivo primordial a ideia de retirada de trabalhadores que não tenham cadastro e autorização para o comércio, muitas vezes fazendo uso da força e violência. Essa prática

³¹ Entrevista com Juliane Monteiro da Silva, cedida no dia 28 de março de 2024.

³² Entrevista com Greice Kelle, cedida no dia 27 de março de 2024.

não é recente, assim como o processo de resistência que se dá pelo retorno deles e delas para os mesmos locais, sempre reivindicando o direito à cidade e valorizando o trabalho e as memórias de seus antecessores.

Podemos tomar o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus e suas Leis Complementares de 2019, como tentativa de elaboração de uma cidade pretensamente organizada pela Prefeitura de Manaus, ao impor limitações sobre determinadas formas de trabalho.

Art. 132. Entende-se por barraca, para efeito deste Código, o mobiliário urbano de caráter provisório, formado por cobertura, tabuleiro e estrutura de sustentação simples, destinadas ao comércio fixo ou itinerante, devendo ser desmontadas após o exercício da atividade.

§ 1º A autorização de localização de barracas, para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos, será dada apenas nos seguintes casos:

I - Prestação de serviços considerados de utilidade pública, como informações turísticas, culturais, campanhas educativas e sanitárias;

II - Comércio informal devidamente cadastrado;

III - Feiras livres e de artesanato;

IV - Postos fluviais de salva-vidas;

V - Feiras beneficentes ou culturais e durante festas de caráter popular ou religioso nos dias e locais determinados pela Prefeitura.³³

As narrativas em que elas denotam a participação do meio urbano, não à toa colocam suas ações como necessárias: a limpeza, a venda de alimentos, os modos de organizar os familiares e agregados que partilham dos mesmos desejos por uma cidade que tome suas experiências e seus saberes como parte dela, repudiando os processos de exclusão.

As evidências de valorização dos espaços de trabalho são notáveis pelos diálogos com Juliane que elenca os espaços da área portuária como sinal de vida ativa das trabalhadoras e dos trabalhadores, que podem ser lidos para além do caráter funcional, elaborando e considerando os significados que estão alicerçados nos modos de vida entre os sujeitos. Essa reflexão surge quando Juliane perspicazmente pergunta o banheiro dentro da Feira Coronel Jorge Teixeira (feira da Manaus Moderna).

E aí, conseguiu encontrar lá? [o banheiro] Tu viu lá? É chique lá, tem ar-condicionado, é chique lá, né?

No lugar que eu trabalhava é um mini shopping, pagava dois reais pra usar quem era de fora, quem trabalhava não pagava nada. Mano, um papel daqueles furreca, banheiro podre, às vezes. Não tinham nem tranca na porta, não tinha um espelho decente lá pra gente se olhar, era a maior onda. E sempre que eu ia lá eu falava, nem lá na feira que todo mundo vive assim. O pessoal fala “*ah tu bebe na Manaus Moderna, não sei o que tu gosta de lá*”. Mano, só o fato de tu ir lá no banheiro, tem um banheiro limpinho, um papel legal, tem ar-condicionado no banheiro. Ali no outro do meio tem televisão, tem ventilador, ar- condicionado, tem tudo lá. Tem absorvente, tem barbeador, pra todo mundo que trabalha tem o banheiro pra tomar banho. **Tem gente que passa o dia todo aqui, né?** Sim, passa o dia todo, aí traz uma roupa. Eu acho que tu já percebeu que tem vários caras aqui trabalhando, sujo de sangue, aí termina, vai lá, toma seu banho e vai pra casa.

Tu passa o dia aqui, tu vai lá, toma um banho. Pronto! Já tá pronta pra outra. Tem

³³ Seção IV – Das Barracas, p. 129. (Internet). <https://www.manaus.am.gov.br/implurb/legislacao-urbana/plano-diretor/>

umas situações ruins como qualquer em outro lugar, mas as pessoas já têm uma visão muito feia daqui.

Mano, eu acho que nem banheiro de shopping tem, eu nem sei se tem assim, um lugar pra tu tomar um banho lá, acho que tu nem pode. São as mínimas coisas que fazem a diferença, e por essas e outras é que eu gosto daqui.³⁴

A historiadora Patrícia Rodrigues da Silva menciona que a feira Coronel Jorge Teixeira foi construída no início de 1990 e inaugurada em março de 1994. Segundo ela, o desenvolvimento do “Projeto Manaus Moderna” tinha o objetivo de modificar a capital do Amazonas, a partir da efetivação da Zona Franca de Manaus. Silva explica que dentro desse grande projeto de modificação da capital, houve atenção para a adequação do espaço às margens do Rio Negro com a construção da Avenida Beira Rio – hoje denominada Avenida Lourenço da Silva Braga –, a construção da Feira Coronel Jorge Teixeira conhecida popularmente como a Feira da Manaus Moderna e construção de passagens de acesso entre a praia e a avenida.

O Projeto Manaus Moderna chama atenção pois, se estabelece a partir do caráter higienizador idealizado pela Prefeitura e o Governo do Estado do Amazonas, empenhados em dinamizar o transporte de insumos utilizados no Distrito Industrial que são descarregados na área portuária, além do interesse pelo desenvolvimento do comércio na área central da cidade. A historiadora observa ainda as diversas memórias e sentidos construídos sobre o uso do espaço no processo de desenvolvimento do Projeto Manaus Moderna, refletindo como trabalhadores e trabalhadoras viveram perdas e promoveram resistências aos modos de controle das Instituições Públicas.³⁵

O diálogo com as mulheres também passa pela diversidade de alimentos e pelos custos mais baixos comparados a outros lugares, como mencionado por Juliane ao expressar sua insatisfação com os preços elevados em outros estabelecimentos fora do porto.

Não sei se tu conhece ali, ele [um rapaz com quem ela tem saído] sempre me leva para almoçar, é no Sassá, no Mercado Adolpho Lisboa. É vinte e cinco reais, aí vem duas sardinhas e as porções, tu escolhe com baião ou arroz e feijão, vem farofa e essas coisas. A gente sempre vai lá. É vinte e cinco reais, lugares fora [da área portuária] é quarenta ou quarenta e cinco. Quarenta reais pra comer um peixe, eu não pago não.³⁶

Essas são formas fundamentais de reconhecimento de como na área portuária os serviços e os produtos atendem ao gosto e à possibilidade de consumo dos trabalhadores. Acrescenta também, os espaços de lazer e de alimentação, indicando o mundo fértil para a construção de memórias para a classe trabalhadora.

Em tempos de baixa do Rio Negro, a praia também é uma referência costumeira para elas. Algum tempo após a retirada das trabalhadoras das balsas, Elizante Lima conseguiu construir uma

³⁴ Juliane Monteiro. Entrevista cedida no dia 18 de março de 2023.

³⁵ SILVA, Patrícia Rodrigues da. Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM 1967-2010). Manaus: EDUA, 2016

³⁶ Juliane Monteiro. Entrevista cedida no dia 18 de março de 2023.

barraca na praia, onde ficaria temporariamente trabalhando com venda de alimentos e bebidas, por volta de novembro de 2021, onde ficaria temporariamente trabalhando com a venda de alimentos e bebidas. A estrutura feita de madeira e lona não era a única, contando com mais um modo de organização para garantir alguma renda.³⁷

O período de vazante do rio³⁸ entre os meses de junho a novembro, proporciona outras opções de lazer ao fim de muitas horas de trabalho (imagem 08), visto que é comum encontrar uma partida de futebol acontecendo, com traves de madeiras e times compostos por trabalhadores da área. Em visita a Elizanete para saber como estava e se havia conseguido manter-se em atividade, ela menciona que aos sábados aconteciam pequenos torneios com premiação em dinheiro ou caixas de cervejas, em que algumas vezes, parte do valor arrecadado nas inscrições dos torneios ajudava algum trabalhador ou trabalhadora que estivesse precisando com mais urgência. (imagem 07 e 0



Imagem 07. Novembro/2021. No canto inferior a barraca da Elizanete. Acervo Rafaela Bastos.



Imagem 08. Janeiro/2023. Acervo Rafaela Bastos.

³⁷ Chegamos a marcar uma entrevista para o fim de 2022, o que acabou não acontecendo porque ela acabou saindo da praia depois que um furto aconteceu a sua barraca, me explicando que tinham levado quase tudo. Alguns companheiros e companheiras de trabalho fizeram contribuições para que ela voltasse a trabalhar, conseguindo fazê-lo por alguns dias, mas depois desanimou. Decidindo ficar entre Manaus e a casa da mãe no Novo Ayrão.

³⁸ SCHOR, Tatiana. OLIVEIRA, José Aldemir [et. Al.]. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2016. DOI: 10.18468/pracs.2016v9n1.p09-35. Os autores afirmam que “Na Amazônia dos grandes rios e extensas florestas é determinante para as redes urbanas o regime fluvial de enchente e vazante dos rios Solimões e Amazonas. É este regime que determina diversas atividades ligadas ao extrativismo, caça e pesca, além de mudanças em termos do acesso a água, produção rural e a aspectos relacionados a vida cotidiana. As relações entre o regime hidrológico, elementos da biodiversidade, produtos extrativistas foram e ainda são variáveis importantes no estudo do urbano e das cidades no Amazonas”.

Outras observações das entrevistadas embalam a crença de que o contato com outras pessoas torna a área portuária um lugar vivo e cheio de interações. O contato com a natureza também desperta sentidos e sensações, sobretudo com o Rio, que segundo a entrevistada ajuda as pessoas a ficarem mais sossegadas, e afirmando que não somente elas que têm essa perspectiva, inserindo os diálogos que têm com os visitantes da área portuária que também apreciam o rio.

Ontem? Não. Ontem eu não vim, acho que foi segunda-feira. Chegou um casal do interior e eles nunca tinham vindo pra cá e eles estavam contando que eles gostaram daqui, eles acharam aqui bem tranquilo. A água traz uma leveza, eles beberam [cerveja], não tinham muitos barcos, então, estava bem bonito.³⁹

Juliane menciona que esse costume de apreciar o Rio afasta as agitações e as preocupações, colocando as tensões de lado por alguns instantes, sugerindo que essa sensação acontece, ainda que tenha dúvidas sobre algumas concepções.

Eu não acredito em muitas coisas, mas esse negócio do Rio é verdade, algumas vezes que eu cheguei aqui na balsa muito carregada, muito estressada de problemas lá de casa. Eu pegava uma cerveja, eu sentava lá na frente olhava pro Rio, pro verde do outro lado, parece que aquilo era levado, por experiência minha.⁴⁰

A área portuária quase que o dia inteiro é agitada pelos inúmeros trabalhos que acontecem ali, a venda de alimentos, de bebidas, as feiras funcionando, a Avenida Lourenço Braga e adjacências com tráfego lento pela quantidade de caminhões e outros veículos. Então, com o fim da tarde, já com a maioria dos barcos a caminho dos seus destinos, a diminuição do trânsito e das atividades do varejo e atacado, chega a hora de arrefecer, viver em outro movimento, delinear atividades que possam trazer algum sossego, falar com mais calma, comer sentindo o sabor da comida, conversar e pensar sem ser atropelada pelo tempo da produção.

A importância que tem refletir como a vida pode seguir, considerando as adversidades, chega com as táticas de sobrevivência criadas em redes de solidariedade, pois como escutado, a área portuária em geral não foi a primeira localidade idealizada pelas entrevistadas, surgindo a partir das necessidades e da rede de comunicação que tinham disponíveis como moradoras da cidade de Manaus ou que construíram ao visitar ou chegar em Manaus, tornando-a local de organização com outros sujeitos e formulações de outras oportunidades.

Elas estão rotineiramente observando os espaços, elaborando formas de trabalho e questionando as formas que subalternizam às mulheres e aos outros trabalhadores, porque compreendem a existência dos processos de exclusão que tornam a cidade de Manaus um lugar difícil para viver e garantir suas expectativas. Partir para ações que se constituem em organizar

³⁹ Elizanete Lima Ruiz. Entrevista cedida em março de 2021.

⁴⁰ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista em março de 2021.

pequenas comunidades de solidariedade potencializam aspectos políticos de permanência no meio urbano, porém, é importante também lembrar que essas formas de organização coletivas não surgem apenas no espaço urbano, na verdade, o que elas têm apontado, é que isso tem uma estratégia constante em suas vivências, seja no meio urbano, no meio rural ou nos momentos de travessia de uma cidade para a outra.

No tópico seguinte, trabalhamos junto com as entrevistadas referências de como foi chegar em Manaus e os motivos dea terem escolhido como um lugar para fazer a vida, avaliando as lembranças de como se desenvolveram no espaço urbano dos bairros e na região portuária, vivendo uma cidadania possível no esforço de atrelar suas noções sobre moradia, organização familiar ou com pessoas que foram essenciais para que a permanência delas fosse possível.



Imagem 09. Período de cheia do Rio Negro.

<https://www.radioencantodorio.net/files/2020/07/manaus-moderna-1-1024x577.jpg>

1.2 “Tudo aqui nessa beirada”: os caminhos até à área portuária

Os finais de semana e dias festivos na cidade ou no interior agitam a área portuária, evidenciando as ligações entre os municípios da região e a cidade de Manaus, já que o movimento de idas e vindas de passageiros/passageiros e trabalhadoras/trabalhadores é o que aquece o comércio. Para os turistas, é o momento de compras planejadas e aquelas de última hora, antes da partida das embarcações. Para as trabalhadoras, é o momento de aumentar suas rendas com a venda de tudo que é possível, fazendo serviços solicitados ou oferecendo sua força de trabalho momentaneamente, para depois desses agitos conseguir um tempo de descanso e com renda suficiente para adquirir algo para si ou familiares.

Além das vendas ou oferecimento de serviços, elas acompanham outros trabalhadores, observando os movimentos – uma prática necessária para circular no meio urbano – e interpretando os modos existentes de vida de outros grupos e as tensões que circulam o meio urbano. As práticas de observações e interpretações que vão aprendendo ao longo de suas trajetórias são úteis em todos os momentos da vida, muitas vezes, no convívio em família as aperfeiçoam, e para o cotidiano de trabalho que começa desde cedo, na infância ou adolescência, isso as ajudam a desenrolar uma série de táticas para alcançar os ganhos, para conseguirem alguma proteção quando possível.

Quando passam a narrar a necessidade dessas aprendizagens, remetem aos processos migratórios que a maioria das entrevistadas vivenciou pelo desejo de se instalar na cidade de Manaus, de conseguir emprego e estudos, mas atentas aos preconceitos e violências relacionadas ao gênero, para algumas delas, foram estes últimos que impulsionaram a mudança definitiva. Este tópico centraliza os significados de constituir a vida no espaço urbano de Manaus como um espaço de possibilidades, dando a ver os caminhos que foram possíveis às entrevistadas que contaram com redes de solidariedades.

Nascer e crescer em Manaus também requer boas doses de aprendizagem de como tudo funciona, no bairro, na área portuária, no cotidiano de outras pessoas. A única entrevistada nascida em Manaus, relembram uma memória que tem do pai, de quando ainda era uma criança, morando no bairro de Aparecida⁴¹ – explicando em partes os caminhos conhecidos por ela desde a infância que vão ser significativos em sua trajetória.

Nessa época [na infância de Juliane] quando ele chegava, eu já estava pronta. Tinha uma taberna assim, um comércio lá perto de casa e ele ia lá todo o dia tomar uma cervejinha, só uma todos os dias. Ele ia pro mercado e pra onde ele ia, ele me levava também. Dia de domingo, ele me levava pra trabalhar com ele, como eu estudava durante a semana, não dava pra ele me levar. No sábado e domingo ele

⁴¹ O bairro Aparecida fica localizado na zona Sul de Manaus, limítrofe com a região portuária do Centro, com os bairros São Raimundo, Glória que são os citados pela Juliana. O bairro da Aparecida possui Associação de Moradores, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, uma feira fronteira à Igreja que funciona às terças acompanhando as missas. No bairro também existe a Escola de Samba Mocidade Independente de Aparecida.

me levava pra vender melancia com ele. Tudo aqui nessa beirada, desde criança.⁴²

Juliane remonta as memórias expressando como a circulação na área portuária faz parte de suas referências de identificação como um dos lugares que aprende as relações de trabalho que também está envolto do afetivo desde a infância, reforçando o saber adquirido no lugar que vai retornar depois na vida adulta.

Em entrevista mais recente, Juliane menciona usar aplicativos de viagem para deslocar-se de carro ou moto do bairro Glória, onde mora atualmente, justificando que é o meio mais rápido para ir ao Porto do que o deslocamento até o ponto de ônibus e para aguardar a chegada. Mas essa não era a maneira que seu deslocamento dela acontecia para o Porto durante a infância, inserindo novamente uma memória do pai que a levava ao porto e à escola pelo rio.

Quando era criança a gente morava na Aparecida.

E vocês chegavam como aqui? Digo, tu vinha com teu pai de ônibus, de carro?

[Ela ri] Ele era de rio, né? Nunca andou de ônibus. A única vez que ele andou de carro foi quando adoeceu e precisou ir pro hospital. Onde nos criamos era área de risco, o rio enchia até a nossa casa, quando a enchente era grande chegava até alagar a casa e tínhamos que fazer outro assoalho por cima daquele que já tinha. Então, como o rio enchia até a nossa casa, papai guardava a canoa dele bem do lado da casa e já servia de transporte pra irmos pra escola. Pois, tinha uma rua que no final dela dava no rio e o papai deixava a gente ali de canoa pra irmos pra escola.

Qual era a escola que estudavam? O que tu achava dessa rota, vindo pelo rio?

Se tu pesquisar vai ver que a mesma rua que passa na frente do Cônego Azevedo [Escola Estadual] e o rio ainda passa no fim dela. Eu achava massa, né? [risos].⁴³

Nesse diálogo, a entrevistada descreve seu cotidiano, remontando duas características comuns em famílias que moram às margens dos rios: habitações de palafitas e o transporte aquaviário.

Na dissertação de Matheus Vieira Areb, ao estudar as dinâmicas de vida dos moradores das margens do Igarapé do Bairro Educandos na Zona Sul, o autor estabelece a definição para essas moradias chamadas palafitas.

Para quem não tem acesso a casas em terra firme, a construção junto aos rios, em palafitas, é uma das possibilidades para habitar. Palafitas são construções de madeira, sobre os rios, elevadas por estacas de pau, sendo comuns ao meio amazônico. A vida de quem habita em casas desse tipo é uma experiência diferente de quem habita na rua, de quem tem à beira das portas, a calçada e o meio fio, enquanto os habitantes das palafitas têm as marombas e, abaixo, o rio. Três características podem ser traçadas para uma contextualização desses espaços: (1) são casas construídas com uma técnica própria para um meio híbrido, (2) estão em terrenos considerados de risco pela declividade do relevo e (3) estão entre dois domínios: da água e da terra. A vida nesse espaço apresenta uma lógica permeada pela influência e impacto das águas no cotidiano.⁴⁴

⁴² Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida março de 2021.

⁴³ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida março de 2024.

⁴⁴ AREB, Matheus Vieira. A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos – Manaus/AM. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da

(...)

Nos becos estão as marombas, tábuas de madeira transformadas em pontes para caminhar sobre as águas. Esses espaços são de uso coletivo e são o cenário das relações de proximidade que se formam entre os vizinhos, os conhecidos e os amigos, neles as pessoas transitam, conversam, sendo o próprio lugar praticado que o torna, de fato, um lugar familiar.⁴⁵

Há uma rotina comum entre as trabalhadoras e trabalhadores dessa região que consiste em morar e trabalhar juntamente com familiares ou amigos próximos à família, que vão ao longo dos anos constituindo possibilidades de trabalho também e ampliando as redes de apoio para diversas demandas da vida: no casamento, na criação dos filhos e filhas e na organização de familiares.

Quando relembra como foi sua criação, Juliane menciona que toda ela foi no bairro da Aparecida morando com os pais e uma irmã mais velha na mesma casa, e na casa em frente, morava um irmão mais velho que também trabalhava como comerciante no Centro, o que facilitava o trânsito pela região e resolução das demandas familiares como o cuidado com os pais, a compra de alimentos em feiras, tabernas e supermercados próximos.

As formas de encontro com as pessoas e as necessidades de trabalho vão sendo demarcadas nas trajetórias das entrevistadas, que organizavam suas aprendizagens e com isso, criavam também a habilidade de circular a cidade: com o uso de transportes, a criação de rotas para o trabalho, os locais para comprar os alimentos e para o descanso. Desenvolver laços ao longo da vida auxilia as mulheres a estenderem seus espaços, como ocorreu também com Juliane, ao trabalhar ainda muito jovem com a entrega e venda de salgados:

Já comecei assim: foi toda a vida fora de casa, né? Primeiro, eu trabalhava com uma vizinha que trabalhava com salgado, fazia entrega de salgado, e nessa não tinha ninguém pra ajudar ela na parte da entrega, e ela me chamou e tal, se eu queria e eu falei que eu queria. Eu era muito nova, eu acho que tinha uns treze para quatorze anos, e aí, eu já fui trabalhar com ela pra ajudar nas entregas do salgado. E fazia entrega aqui no Centro.⁴⁶

Algumas vezes por semana, enquanto morava no bairro Aparecida, Juliane saía de casa com uma bandeja de salgados até a Avenida Eduardo Ribeiro, no Centro, para entregá-los aos comerciantes dos quiosques que haviam feito a encomenda. Neste contexto, ela aponta a intervenção na cidade que retirou os camelôs da Eduardo Ribeiro, acomodando alguns nos chamados *shopping* dos camelôs, o que segundo ela desmobilizou seu serviço e dos demais trabalhadores do ramo, já que necessitavam de autorização da Prefeitura para continuarem.

A preferência por morar em lugares próximos ao centro vai tecendo o trânsito não apenas dela, mas de sua família. A primeira mudança foi decidida pelo pai, a qual ela explica de modo muito passageiro: “Foi porque aconteceu uma confusão lá com o vizinho”. O pai, então, vendeu as

Universidade Federal do Amazonas, 2022, p. 12.

⁴⁵ Ibidem, p.18.

⁴⁶ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida no dia 26 de junho de 2019, na Balsa Amarela.

três casas que possuía, depois adquiriu uma casa no bairro Glória para a mãe da Juliane morar com os filhos, e comprou também um flutuante em Iranduba, onde foi morar sozinho. A segunda mudança ocorreu após o casamento, quando foi morar com o marido em uma casa alugada no bairro São Raimundo, que faz limite com o bairro Glória, também próximo ao Centro: “É porque ele trabalhava no São Raimundo e eu trabalhava no Centro e tudo era pertinho, não tinha como ir pra longe”. A última, o retorno a casa da família na Glória, após sua separação do marido.

Dona Sherlene Cardoso Gurgel, proprietária de um quiosque de bebidas e lanches conta que em sua trajetória também tinha que tomar decisões e seguir estratégias de acordo com o contexto familiar, principalmente quando o assunto foi a vinda para Manaus, um interesse dos pais de que os filhos pudessem concluir os estudos. Sherlene – ou dona Sherlene, como ela gosta que algumas pessoas do porto a chamem – nasceu na região rural de Alvarães, município cerca de 530 Km a oeste da capital do Amazonas e chegou em Manaus em 1998, aos nove anos de idade, acompanhada pelas três irmãs (todos mais velhos que ela), em uma viagem articulada pelos pais.

E vocês são de Alvarães? Eu conversei com a Val, não a entrevistei, mas estávamos conversando, que ela veio com vocês antes dos pais. Acho que foi isso que entendi.

É isso mesmo, ela que cuidava de todos nós. Nós somos cinco, ela trabalhava e a minha irmã que é depois dela [a segunda mais velha] cuidava da gente, mas só era nós cinco mesmo e nossos pais ficaram lá [Alvarães], moravam lá, trabalhavam lá e mandavam o dinheiro pra gente, farinha e essas coisas do interior. **E todos moravam sozinhos enquanto crianças e adolescentes?** Sozinhos. **Tu é a mais nova?** Sim, sou a mais nova.

Eu lembro quando eu vim morar pra cá eu tinha uns... do tempo que eu tive que ficar com ela, porque de início só veio eles quatro pra estudar, porque lá não tinha estudo no interior que a gente morava, e aí, resolveram trazer a gente e eu me lembro que eu tinha de oito para os nove anos, e lembro que eu fiquei pra eu estudar, a mamãe me deixou, mas eles já moravam aqui já os quatro [irmãos mais velhos], eu lembro que quando eles vieram pra morar mesmo eu tinha uns cinco para seis anos, eles quatro ficaram em Manaus.

Logo no primeiro ano foi complicado porque eu era criança e era muito apegada à minha mãe e quando ela saiu de Manaus, ela saiu escondida de mim, e aí, eu passei uma fase bem ruim: chorava, chorava, mas depois fui me acostumando e na escola onde a gente estudava que era escola pública, sempre foi escola pública porque o meu tio era porteiro, e praticamente ela me deixou nas mãos dele pra ficar na escola.⁴⁷

A cidade de Manaus como lugar de um futuro, onde pudessem estudar e trabalhar em outros serviços que não o da roça circulava as expectativas dos pais da entrevistada. Essa mudança foi possível a partir da organização dos pais com os filhos mais velhos, em meados da década de 1990, com a articulação também de outros parentes que já moravam em Manaus e receberam os irmãos na cidade, acomodando-os, observando se lhes faltava algo ou acompanhando-os em algumas atividades, como ir à escola. O que Sherlene lembra desse período, é de chorar e sentir saudades da

⁴⁷ Entrevista com Sherlene Cardoso Gurgel no dia 24 de março de 2021. O quiosque dela situado na balsa vermelha, às margens do Rio Negro, em frente à feira da Banana, na Avenida Coronel Loureço Braga.

mãe, e da força que foi compreender os objetivos no início da jornada. O intuito de estudar e trabalhar, analisa a entrevistada, possuía uma orientação muito viva e objetiva.

Nunca desistimos de estudar. Nunca. E uma coisa é certa, nós nunca repetimos de ano, todos se esforçavam. A Val nem precisava se preocupar com isso, porque a gente tinha o ensinamento, meu pai disse “olha! Vocês estão indo pra estudar”, e nunca tivemos dor de cabeça pra o negócio de estudos. Tinha minha irmã que era antes de mim que ela batia nos coleguinhas na escola porque ela não gostava que ninguém mexesse com ela, e aí ela metia porrada, mas a reclamação de que não estava indo pra escola ou não estava fazendo tarefa nunca teve não.⁴⁸

A prática relacionada ao envio de crianças e adolescentes do interior para a capital não é recente, porém, a dinâmica de introduzi-los ao processo de continuidade escolar nem sempre foi uma realidade para todas as jovens.

No trabalho da historiadora Janaína Artiago, ao analisar as trajetórias de trabalho de menores que saíram de outros municípios com destino a Manaus, a fim de conseguir uma vida com melhores possibilidades, ela observa que suas entrevistadas contam sobre o trabalho doméstico, no qual eram inseridas no status que escamoteava a atividade de empregadas ao usar a expressão “Como se fossem Filhas”, apontando a autora o significado dubio “recebido pela família poderia integrar essa menina na família de forma que ela não seria uma empregada, mas também não era filha”⁴⁵. Nesse trabalho também é possível denotar que o propósito comum para as famílias e para as crianças era estudar, mas nem sempre a realidade encontrada possibilitava o êxito, por causa de uma série de acontecimentos na vida que vão de mudanças entre casas, idas e voltas dos municípios para Manaus e o trabalho árduo na casa dos patrões que deixa o cansaço. É a partir dessas narrativas e de trabalhos que vai dialogando que Artiago propõe que “A questão da circulação de crianças na Amazônia, em casas de terceiros tem suas peculiaridades. Não causa estranheza doar uma filha, para ajudar um amigo ou parente, seja por laços de fraternidade ou porque a menina está ficando moça e precisa de rumo na vida”.⁴⁹

Tal diálogo com a historiografia é importante para darmos conta de que existe uma jornada para as meninas muito próxima ao que se refere ao trabalho doméstico, como foi para as irmãs mais velhas de Sherlene. A responsabilidade em cuidar dos irmãos mais novos, trabalhar e estudar na adolescência; corresponder às expectativas dos adultos aparece como um sinônimo de conquista dos objetivos traçados, denotando que trajetórias familiares, apesar de intimamente ligadas, podem sugerir que tiveram caminhos diversos dentro desses objetivos, como foi para Sherlene, suas outras irmãs e irmão.

Os arranjos da família compostos por olhar de tempos em tempos as crianças e adolescentes que se viraram muitas vezes morando sozinhos, aconselhados a lembrar sempre os significados da

⁴⁸ Sherlene Cardoso Gurgel. Entrevista cedida em março de 2021.

⁴⁹ ARTIAGO, Janaína, p. 32. Importante observar que a autora também coloca que essa prática não acontece somente no Estado do Amazonas, tendo histórias em outras localidades e temporalidades.

mudança e das rotinas adquiridas em Manaus, também se juntam ao envio de alimentos plantados no interior, a casa cedida pela avó em Manaus, os cuidados de ida e volta da escola pelo tio, além, das visitas constantes dos pais em Manaus que são esforços validados por ela, de maneira que não estivessem à própria sorte ou sob responsabilidade de pessoas desconhecidas à família.

Esse trânsito se desenvolve entre o meio urbano da cidade de Manaus e as cidades do interior do Amazonas dialogando com as experiências, os meios de sobrevivência e as relações constituídas em ambos os lugares.

Essas experiências carregam o orgulho de “dar certo”, gerando a noção e sensação de que todo o trabalho é recompensado por manter a família próxima, ainda que tivesse que se acostumar com processos dolorosos: parar de chorar de saudade da mãe para manter o foco no estudos ou a percepção de que a mãe saiu às escondidas de volta para a roça para que não houvesse desistência por parte dos filhos.

Na cidade de Manaus ou no meio rural de Alvarães, viver exigia movimentação e perspectiva da família, como a formação completa no Ensino Básico (que parece não ser uma possibilidade na época na área em que moravam). Então, essa rede de sujeitos envolvidos no trânsito de crianças entre uma cidade e outra, pelo rio, com chegada em Manaus, podendo ter cuidados de outros parentes assim que chegavam, se refere ao mesmo tempo, aos modos como esses adultos e crianças articulavam o direito de acesso à educação. A possibilidade de formação na área do centro de Alvarães nem aparece também na entrevista, talvez a comunidade familiar tenha ajudado no processo de escolher Manaus como destino para as crianças, sendo possível viver a partir do sentido de coletividade, no arranjo das relações que possibilitem as experiências de partilha, de reconhecimento de mudanças de estratégias ao longo do processo de permanência, ao tempo que muitas outras situações vão surgindo na vida delas e de outras pessoas próximas. Estudar na cidade pode ser também uma perspectiva de se organizar a partir de outras funções desejadas e que foram possíveis ao longo das trajetórias.

Uma conexão pertinente com a historiografia é o trabalho de Agda Lima Brito, historiadora que se debruçou em compreender as experiências de vida das mulheres trabalhadoras no meio rural, em específico, nos seringais, apontando uma diversidade de atividades executadas por elas para manutenção doméstica e com o trabalho na roça adquirir renda para a família, porém, ainda por vezes, atribuindo às mulheres significativa participação no processo reprodutivo.

À medida que os anos avançam, percebe-se que homens e mulheres estão cada vez mais afeitos ao serviço que anteriormente era realizado, em sua maioria, por mulheres, como, por exemplo: a roça, nesse sentido, realizam o plantio de gêneros alimentícios e o cultivo da juta e malva para a venda de fibra, este serviço que antes era tratado como “serviço de mulher”, na década de 1950 em diante, passou a ser realizado por homens também, ainda assim elas ainda acabaram trabalhando muito mais, se levamos em consideração afazeres como cuidar das crianças, cozinhar, atividades domésticas.⁵⁰

⁵⁰ BRITO, Agda Lima, “Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022, p. 149.

A referência constituída pela historiadora no processo de diálogo com suas entrevistadas, coloca importantes aspectos da vida das mulheres, como uma rotina de diversas atividades enquanto moradoras da área rural e o envolvimento dos homens nos processos de produção de alimentos, atividade antes construída e definida como divisor dos gêneros.

Essa avaliação é algo que ainda se coloca como fundamental, pois, as trajetórias dos sujeitos se mostram interessantemente como um movimento com possibilidades de mudanças na própria relação em comunidade, inclusive em situações que as relações de produção se estabelecem para um bem comum, como o caso da produção de alimentos. Igualmente importante são tantas outras atividades que estão no eixo dos acontecimentos da vida, como, preparar o alimentos, cuidar dos filhos, cuidar da saúde e tantas outras que precisam ser manejadas.

Sherlene pode estudar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Superior com o de Administração, o que possibilitou a sua inserção no mundo do trabalho com carteira assinada no setor administrativo de uma loja de venda de móveis, porém, após alguns anos sem aumento salarial e com poucas expectativas de melhores cargos resolveu pedir demissão e retornar ao porto com a expectativa de assim como a irmã mais velha abrir um ponto de lanches e bebidas na balsa Vermelha.

A busca pelos estudos em Manaus é um dos muitos planos elaborados antes das partidas das cidades onde nasceram ou viveram, além da procura por empregos oferecidos no comércio ou indústrias da Zona Franca de Manaus⁵¹. Ao longo dos acontecimentos da vida, os empregos, as inúmeras atividades nos cuidados da casa e dos familiares, delineam a sobrecarga que enfrentam, muitas vezes afastando-as dos estudos.

Esse desejo de viver na cidade também pode estar relacionado às notícias que chegam a essas mulheres de que a cidade seria próspera o suficiente para quem deseja novos rumos de trabalho, como os investimentos propalados na Zona Franca de Manaus, que a partir de incentivos fiscais para a indústria e comércio estariam assegurados a oportunidade de consumo e emprego.⁵²

Outra historiadora que fez importantes considerações ao estudar os processos migratórios e de permanência de mulheres nordestinas para o município de Parintins, no Estado do Amazonas, é Patrícia Regina Lima da Silva. Em sua dissertação, autora elenca os movimentos migratórios de nordestinas até o mencionado município de Parintins, investigando esses processos, que ampliam a

⁵¹ A Zona Franca de Manaus trata-se de um projeto implantado durante o período da Ditadura Militar, no intuito de privilegiar negócios com o capital estrangeiro, efetuado através de isenções fiscais para indústria e comércio, com disponibilidade de mão-de-obra entre moradores locais e aqueles que fossem chegando de outros municípios, estados e regiões. No artigo 1º do decreto 288 de fevereiro de 1967, menciona “A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos”. Alguns autores locais têm se debruçado a estudar as condições de planejamento e introdução da ZFM, além de seus efeitos na região: Marilene Correa da Silva com a obra *Metamorfoses da Amazônia*; Patrícia Rodrigues da Silva com a obra *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna*; O artigo de José e Marcelo Seráfico *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo do Brasil*; Renan Freitas Pinto *Como se produzem as Zonas Francas. Trabalho e Produção Capitalista*.

⁵² SILVA, Patrícia Rodrigues da. “A gente vê a cidade assim”: memórias de mulheres interioranas em Manaus. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). *Gênero e Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.

importância de a historiografia manter-se observadora no que diz respeito à pluralidade dos estudos do processo migratório das mulheres, incluindo as motivações, as perspectivas e as experiências que surgem ao longo do caminho. Em certa altura do texto, a autora aponta que

entender a migração como fenômeno social, significa dizer que, ao migrar o sujeito não está isento de exercer o seu desejo de mudar, e essa mudança pode se dar em várias óticas, como moradia, cidade, estado, região ou até mesmo de país. Nesse ato de partir, o lugar de origem se apresenta como um espaço de saudade ou não, espaço que fala sobre o não conformismo de quem está saindo, a não aceitação por uma vida marcada por dificuldades, por isso a decisão de ir embora. Nesse caso, os que tomam essa decisão de querer sair só ou levando consigo os familiares rompem com vínculos estabelecidos e abrem caminhos na intenção de construir outros rastros de oportunidades.⁵³

A saída da cidade de origem pelo desejo de conquistar outros caminhos através da educação nem sempre é uma conquista alcançada entre as entrevistadas, porém, permanece como uma perspectiva importante e central na concepção de uma vida melhor, passando a ter esperança de que as próximas gerações tenham êxito. Essas projeções também só são possíveis a partir das estratégias cotidianas elaboradas pelos mais velhos, podendo os mais novos estudar por causa de todo um movimento articulado por seus familiares.

As possibilidades de trabalho para esses pais e mães nem sempre tinham como esteio os direitos trabalhistas, colocando em situação preocupante em momentos de doenças ou na necessidade de ausentar-se das atividades, pois redefinia a possibilidade de conquistar o necessário para si e para os familiares.

O arranjo de estudos dos filhos foi atravessado também pela necessidade de compor renda junto com os pais (e no caso, da Sherlene com as irmãs mais velhas para que a continuidade dos estudos fosse possível, indo trabalhar com a irmã na venda de alimentos e bebidas no porto), processo que a entrevistada lembra ter feito durante o período que estava na graduação e, posteriormente, no emprego com carteira assinada, de onde pediu demissão.⁵⁴

Essa perspectiva de sair do trabalho assalariado para o trabalho no comércio de alimentos ou outras atividades no porto nem sempre aparece como uma escolha delas, depende sempre de uma série de situações que também etão direcionadas à desqualificação dos serviços exercidos pelas mulheres, ainda que tenham um grau de estudo e qualificação. No porto, elas também passam por situações de desrespeito, indicando que reconhecem situações de preconceito, por terem vivido ou visto durante a vida. Pensar que elas preferem circular e se organizar em grupos de mulheres, é uma das direções presentes em suas narrativas, como algo que parece a elas menos tenso que outras configurações vividas.

⁵³ SILVA, Patrícia Regina Lima da. Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2017, p.41.

⁵⁴ Sherlene Cardoso. Entrevista cedida em março de 2021.

Isso não significa atribuir ao trabalho formal, com direitos trabalhistas, um sentido negativo. A dinâmica do próprio sistema capitalista, que inclusive, apresentaremos no capítulo 2, se deleita ao usar a força de trabalho de mulheres, onde quer que estejam, muitas vezes invalidando o seu trabalho, reforçando a divisão em meio social a partir do patriarcalismo, do paternalismo, da exploração e das diferenças entre os gêneros⁵⁵. Uma reflexão a ser considerada é como as dinâmicas e as experiências e de tantas outras mulheres poderiam ser dialogadas e inseridas como ponto de partida para a igualdade de gênero, sem deixar de considerar as vivências relacionadas à raça.

As trajetórias de vida das mulheres que acompanhamos até aqui nos possibilitam compreender que suas conquistas não tem sido alcançadas e mantidas de maneira fácil, sem processos de lutas e disputas a exemplo disso, toda a vida marcada pela busca de uma vida melhor, que guarda significados relacionados à liberdade financeira, às melhores condições de moradia, de educação e acesso aos serviços de saúde. Importante lembrar que elas também estão sob o jugo do neoliberalismo com a narrativa de menos direitos por mais trabalho se difundido largamente, aumentando a precarização das relações de trabalho, e nisso adicionar o cotidiano com ganhos mínimos, demissões, preconceitos e desigualdades também são formas que a elite empresarial insere nas relações de trabalho para desgastar as trabalhadoras e os trabalhadores.

Na avaliação de Sherlene e seus familiares que vieram para Manaus com a intenção de estudar, a cidade se tornou um lugar de oportunidades: onde todos puderam terminar o Ensino Médio e conseguiram empregos com direitos trabalhistas, mas não sem os sacrifícios; foram conquistas demoradas, a custo de trabalhos de baixa remuneração, sendo pagos em diárias: babás, trabalhos domésticos e a venda de alimentos nas ruas, que foi o que sustentou a família durante a década de 1990.

Outra experiência no processo de migração é narrada por Angélica dos Santos Souza que se estabeleceu no Centro de Manaus, no mesmo ano em que migrou, em 2013.

Por que você veio para Manaus?

Eu vim ver minha mãe, eu morava com meu pai em Santarém. Ah! gente veio conhecer a minha mãe!

Conhecer a sua mãe?

É. A gente foi muito pequena para Santarém com meu pai, e a gente falava com ela por telefone, mas não era muito assim, aí a gente veio morar com ela.

E sua irmã tá aqui contigo desde que você começou a trabalhar?

Ela não. Ela trabalha há pouco tempo, ela morava com o papai. A mamãe trouxe ela, ela veio trabalhar ontem à noite aqui e a gente vem só ver ela porque ela é de menor, né? Ela tem dezesseis anos, e eu tenho dezoito!⁵⁶

⁵⁵ BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. IN: Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão, 2023, p. 126-131.

⁵⁶ Angélica Souza Santos. Entrevista cedida na Avenida Coronel Lourenço Braga (Antiga Av. Beira Rio), no dia 13 de maio de 2018. Angélica possuía dezoito anos de idade à época da entrevista e trabalhando em uma banca, na calçada da Avenida Coronel Lourenço Braga, nascida em Santarém, migrou para o Amazonas aos treze anos de idade para morar e conhecer a mãe.

A distância entre Angélica e a mãe foi o que motivou a saída de Santarém, situada a oeste do Pará e a 595 quilômetros de Manaus, equivalente a quase dois dias de viagem de barco, subindo o Rio Amazonas. A entrevistada não detalha como foi a viagem de vinda, apenas que estava sozinha durante o percurso e encontraria a mãe no Porto de Manaus, e vez ou outra, menciona como o desejo de ver a mãe e conhecê-la circulava os pensamentos durante anos de sua infância e adolescência. Para ela, a cidade se revela pelo Porto, pois além de se tornar o local de chegada e encontro com a mãe depois de muitos anos, é o local que começou a trabalhar e logo depois, por onde desembarcou com a mesma intenção, morar com a mãe, estudar e trabalhar. O trabalho de venda de bebidas em barracas na Manaus Moderna foi a forma que a família conseguiu articular sua sobrevivência, acreditando que na cidade de Manaus como um lugar de oportunidade de melhora de vida.

Angélica também avalia sobre a necessidade de trabalho e a proteção da irmã na atividade noturna em relação às importunações existentes e insistentes de clientes e transeuntes. Sua mãe, que mora na Zona Norte da cidade, no período da entrevista estava doente, sem previsão de melhoras e possível retorno ao trabalho, mas foram ela e o irmão, tio de Angélica, que lhe ensinaram a trabalhar e organizar seus horários, indicando que os melhores dias são quarta e quinta, em função do maior movimento de embarcações e a distribuição e chegada de mercadorias. Assim como outras entrevistadas, Angélica dividia seu tempo entre estudar e trabalhar quando chegou a Manaus, mas não conseguiu ir adiante com os estudos, parando na nona série quando ficou grávida, lembrando que ficava muito cansada e que era difícil encontrar um tempo em que pudesse estudar.

O trabalho na área portuária toma horas de seu dia e os cuidados com a filha, passam a ser compartilhados com a mãe e a irmã mais nova, revezando os horários de trabalho no porto. Quando a mãe mudou-se para a Zona Norte, a estratégia foi deixar a filha com ela por um ou dois dias. Angélica e a irmã passaram a alugar um pequeno quarto no Centro, próximo ao porto, tendo que pagar semanalmente até que fosse possível conseguir outra moradia. Essa medida foi pensada para diminuir os gastos com transporte e ganhar mais algumas horas de descanso após o trabalho. Ela esclarece contando que ainda assim há dificuldades, como na manhã antes da entrevista, em que teve que acordar a irmã aos gritos, pois estava atrasada para cumprir seu horário e substituir o tio, que tinha passado a noite inteira sozinho na venda de bebidas.

O morar na cidade requer um conhecimento do transitar por Manaus, conectar suas necessidade por trabalho e pela continuidade dos estudos, colocando como prioridade o apoio familiar, reverberando que muitas dessas experiências só se tornam possíveis com uma organização coletiva.

Outras duas entrevistadas chegaram a Manaus motivadas a encontrar trabalho e sair das relações de dependência financeira dos ex-maridos. Manaus se abria para elas com a perspectiva de uma nova vida, no desejo pela independência financeira para poder viver as expectativas que possuíam quando comparadas àquelas vividas no casamento.

Dona Sylvania Gomes de Souza, nascida em Rio Preto da Eva, com 35 anos no período da

entrevista, moradora do bairro Mutirão/ Cidade Nova, que fica cerca de 19 quilômetros do Centro de Manaus, mãe de três filhas e dois filhos, dona de um olhar examinador e de fala firme. Após breve explicação de que as entrevistas estavam sendo feitas com as trabalhadoras do porto, ela inicia a conversa com um “se você soubesse da minha história, daria um livro longo”.

Você é casada, solteira, tem filhos?

Solteira, separada.

Separada, desquitada, abandonada. [Juliane comenta isso na entrevista e as duas caem na gargalhada]

Qual o bairro que você mora?

Mutirão, Novo Aleixo.

Sempre morou lá ou já passou por outro lugar?

Quando eu era casada, eu vivia com meu ex-marido no Novo Ayrão, vivi doze anos lá. Aí, quando não deu certo, eu peguei meus filhos, minhas três bolsas... quer saber? Eu vou é embora, lá pro Rio Preto da Eva com minha família, passei três meses lá, depois minha prima me ligou dizendo “*vem te embora que eu vou te dar um quarto*”.

Aqui em Manaus?

Isso aqui em Manaus. Eu vim embora com um ventilador e mais três bolsas, ficou tudo pra lá, eu perdi muita coisa, já era pra eu ter um monte de coisa, mas desses negócios, pra mim não interessa nada. Quando eu cheguei aqui, a minha prima falou “*tu nem sabe, a outra prima estava precisando muito e ficou com o quarto*”.

E agora? Eu

lembro que meus três filhos ainda eram pequenos, eu não tinha nada, nem cama, nem rede, num quarto pequeno com minha prima. Eu e meus filhos, nós quatro dormíamos num colchão de solteiro. Hã! Mana, eu passei muita coisa na minha vida, da história dos meus quinze anos pra lá. Quando eu cheguei, eu arrumei um trabalho de vender comida, eu ganhava 70 reais trabalhando sexta, sábado e domingo. E eu pensei “quer saber de uma coisa, eu vou alugar um quarto pra mim com meus filhos, não tem como viver assim não”, então eu trabalhei a semana toda durante uns tempos e consegui arrumar um quarto de trezentos e cinquenta reais pra mim e meus filhos.

Eu conheci meu marido quando tinha dezoito anos, lá em Japurá, onde eu fui pra ser cozinheira, eu conheci meu marido que era comandante de embarcação, a gente começou a namorar e depois decidi morar em Manaus, a gente não tinha nada, e começamos a morar num quarto lá na Compensa [Zona Oeste de Manaus] porque o patrão dele deu um dinheiro pra gente se instalar, a gente cozinhou num fogareiro improvisado de barro, usava álcool. Ele viajava e me deixava aqui sozinha, depois eu engravidei e ficou difícil, o aluguel não tava mais dando. Então, eu passei a viajar com ele, ia pra Japurá, ia pra Santa Isabel, passava temporal, o barco batia nas pedras, a balsa soltava do empurrador. Aconteceu muita coisa na minha vida, e eu acompanhando ele, a agente ganhando dinheiro para conseguir as nossas coisas. Até que deu nove meses e eu estava com um buchão [grávida] e não dava mais pra mim não.

O meu ex-marido falou com a mãe dele, que não dava mais pra mim, e ela me deu um quarto pra ficar, no Novo Ayrão. **Lá você trabalhava com o quê? Dentro de casa, fora de casa?** Eu não colocava os pés pra fora de casa, porque ele morria de ciúmes de mim, eu não podia nem ir à taberna. Ele não bebia, não gostava de sair, e eu gostava disso tudo. Acho que foi isso que me desgastou.

Ele me trouxe pra Manaus de novo, segundo filho, eu tava com dor. Eu chamei uma amiga pra me buscar, e ele não podia sair do barco, ele me deu um dinheiro, e essa amiga me pegou no Porto e me levou para o Grande Vitória [Zona Leste de Manaus], e quando a gente chegou perto do terminal 5, eu disse vamos na maternidade Ana Braga, quando a gente ia atravessar a rua, minha bolsa estourou.⁵⁷

⁵⁷ Silvania Gomes de Souza. Entrevista cedida no dia 17 de abril de 2023.

Ela narra uma vida cheia de viagens e desejos enquanto acompanhava o marido que trabalhava como marítimo pelas cidades do interior do Amazonas. Os momentos em que estavam na capital ou em outros municípios exigia que tivessem uma rede de apoio, geralmente dentro das relações familiares ou amigos, escolhendo levar com eles o que seria necessário, algo que persistiu para ela quando decidiu terminar o casamento de doze anos. Manaus não parecia o destino definitivo, mas passou a ser quando Silvania se viu sozinha com os filhos, necessitando de uma oportunidade de trabalho.

A importância de vir à Manaus também esteve atrelada ao nascimento do segundo filho, momento em que teve auxílio de uma amiga para se deslocar até a Zona Leste, onde fica a maternidade. Outra importante demarcação que faz dos períodos em Manaus são definidos pela moradia logo no início do casamento, estabelecendo-se com o marido no bairro da Compensa e, posteriormente morando no bairro Mutirão.

Para dona Silvania, a garantia de moradia temporária foi possível com o auxílio de outras pessoas, nos municípios do interior ou principalmente em Manaus, até o momento que pudesse encontrar emprego para pagar aluguel. Essa trajetória foi significativa para ela, que após se estabelecer na casa no Mutirão pode auxiliar outras pessoas que precisavam de moradia, acolhendo-as em sua casa até que também tivessem condições de ter alguma estabilidade.

A decisão de vir com os filhos para a capital imprime o desejo por conquistar seu espaço e uma possível liberdade, visto que no casamento viveu sob as escolhas e comportamento do marido: ciúmes, controle dos espaços, a longa espera das viagens a trabalho dele e os modos de diversão que o agradavam quando estavam juntos. Os cuidados dos filhos e casa recaíam sobre ela, o que não aparente ser um problema já que ela conseguiu lidar com os cuidados naquele momento, com a diferença de não viver mais cerceada pelos interesses do marido.⁵⁸

A amiga de Silvania, Tatiana Salgado dos Santos, que hoje trabalha em um *box* dentro da feira da Manaus Moderna, também conta como foi sua experiência na decisão de mudar-se para Manaus, e que aos poucos passou a ser para ela e o marido, um lugar de trabalho e experiências diferentes daquelas vividas no interior.

Eu tinha uns 15 anos quando cheguei aqui com o pai da minha primeira filha, como se diz minha mãe, a gente chegou aqui sem eira e nem beira. A gente alugou um quartinho, pagava 120 reais por semana. Aí, ele trabalhava e eu ficava em casa, mas eu achei foi bom porque eu fui conhecendo [os espaços da cidade], saindo, vim pra cá e até hoje estou na Manaus Moderna.
Eu gostava de sair, era louca [risos], mas agora não. Hoje venho aqui, depois vou pra casa, porque hoje tenho mais responsabilidades.

⁵⁸ Esses casamentos indicados pelas entrevistadas quando adolescentes aconteciam na descoberta da gravidez, não eram casamentos civis. Só em 2019, no Brasil o casamento civil de menores procedia a partir da autorização dos pais dos menores. Sobre a maternidade, a idade da mãe na ocasião do parto, dados apontam que na Região Norte, 19,5% dos registros de nascimentos eram de recém-nascidos cujas mães, na ocasião do parto, eram adolescentes com menos de 20 anos – um padrão jovem que se assemelha à estrutura de nascimentos observada no Brasil em 2010 e diferencia essa Região, no que tange à sua estrutura etária de outras regiões (Internet).
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2020_v47_informativo.pdf

Quando a gente chegou aqui a gente morava no Educandos, no Beco Universal, era só um quartinho, me lembro bem, duas redes e um fogão elétrico. A gente veio pra trabalhar, quer dizer, ele né, que era o cara, eu tava com um bebê. Viemos, depois a gente se separou, ele foi embora e eu fiquei. Eu me separei dele quando tinha uns vinte anos, ainda fiquei cinco anos casada.

Conheci uma moça que vendia farofa e ela me trouxe pra vender farofa em pote [na Manaus Moderna]. Comecei a trabalhar, ela pagava por semana uns 200 reais, ela colocava num portinho de plástico. Eu fiquei trabalhando uns meses assim. Essa senhora até hoje trabalha, mas trabalha com a irmã, porque ela quebrou nas vendas.⁵⁹

Com 32 anos no período da entrevista, Tatiane conta que conseguiu estudar e terminar o ensino médio, mas que o sonho de terminar o curso técnico em enfermagem ainda era só uma perspectiva. Ela conseguiu juntar dinheiro para alugar um pequeno *box* em que organizou seu comércio de alimentos e bebidas, na feira Coronel Jorge Teixeira, possuindo também um quiosque que estava desativado, que antes servia para o trabalho por alguns anos para o trabalho na Balsa Amarela. De aluguel em aluguel, ela tem se estabelecido numa vila na Avenida Major Gabriel, onde mora como filho recém-nascido, a filha adolescente ficou em Juruti morando com os parentes. Tatiane mantém um relacionamento com um trabalhador de embarcação (pai de seu filho), mas não são casados, apenas namoram.

As histórias das mulheres apresentadas têm em comum o desejo de se estabelecer em Manaus, e cujos os trabalhos encontrados, ainda que temporários, aparecem como importante fio condutor que permitiu que elas pudessem iniciar seu processo de estabelecimento na cidade. Cada uma das entrevistadas nos possibilita um retrato da cidade por meio de, seus percalços pessoais, dos desafios do viver urbano e outros problemas que passaram a fazer parte da vida delas. Para elas, o viver na cidade ainda hoje necessita de uma série de relações, trocas e redes de solidariedade que funcionam não somente dentro de uma perspectiva de favorecimento individual, mas que vai se estendendo aos familiares, amigas e amigos. As estratégias que buscam ou encontram para si estão relacionadas ao trabalho e para os filhos os estudos.⁶⁰

O trabalho fora e dentro de casa vai se constituindo como parte das experiências delas. Existe uma enorme quantidade de preocupações e atividades que ficam responsáveis, tendo auxílio de alguns parentes e outras mulheres do porto, mas as outras também precisam dar conta de suas próprias atividades em suas casas entre seus familiares, colocando uma sobrecarga nas mulheres que parece não ter fim.

Essas experiências na busca por empregos, moradia e com a organização do tempo para a continuidade educacional se apresentam para além dos desafios pessoais; são sistemáticas quando

⁵⁹ Tatiana Salgado dos Santos, 35 anos, nascida em Juruti, moradora do Centro, numa vila nas proximidades da Major Gabriel, que facilita bastante a sua locomoção da sua casa até o Porto de Manaus.

⁶⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia (1970-2000). IN: FENELON, Déa Ribeiro [et.al]. Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004. Nesse artigo, algumas referências são encontradas no que se estabelece pelos entrevistados como motivadores para saída do campo e a chegada e permanência na cidade, considerando as possibilidades futuras que são oferecidas pela cidade, como a possibilidade de vida melhor aos filhos, p. 139-154.

percebidas no contexto mais amplo das experiências sociais vividas no Brasil, sejam pelo impacto da desigualdade social ou violências de gênero que são destinadas às mulheres nos espaços que circulam: no ambiente doméstico, na participação política, nas relações de produção e reprodução.

Vender farofa, trabalhar como atendente de bar, cozinheira ou tantas outras atividades foram se encaixando no cotidiano delas, pois era o que estava ao seu alcance, tomando como “tática”⁶¹ para a mobilidade do tempo de trabalho produtivo e outros afazeres necessários. Essas imagens das experiências dentro da cidade vão reconstituindo as definições que essas mulheres tomaram para efetivar seus caminhos, assim como analisam aspectos tão importantes que são aqueles que constituem as relações na cidade: dos vizinhos nos bairros que moraram, das companhias no trajeto do trabalho até em casa (vice-versa), das relações nos trabalhos e nas relações afetivas-amorosas que possuíram ou possuem.

⁶¹ Op. Cit, p. 103. Na obra coletiva, Michel de Certeau aponta que tática é a arte do mais fraco, quando este se encontra ausente de poder, sugerindo maneiras de pensar as práticas cotidianas, colocando a tática como ponto de partida para o aproveitamento de ocasiões, como forma de ação no momento que precisam.

1.3 Eu trabalho no porto, sei aquilo que vivo

Ao dialogar com as mulheres que trabalham na área portuária do Centro da cidade de Manaus, podemos compreender que parte das relações formadas no trabalho também integram os momentos de lazer, amizades duradouras e redes de solidariedade. As mulheres entrevistadas analisam os acontecimentos do trabalho, organizam momento festivos, tiram pausas e desfrutam das trocas de ritmos de trabalho. Tais práticas de lazer e sociabilidade na área portuária, sobretudo quando referenciamos às vivências de mulheres, são parte das dinâmicas urbanas e revelam o movimento constante das relações sociais desenvolvidas por elas. Este tópico tem o objetivo de apresentar, com base nas entrevistas, os modos de fazer e viver relacionados às sociabilidades.

Durante as entrevistas, geralmente no trabalho delas, lugar estabelecido pelas entrevistadas, há intenso movimento não só pelas atividades que desempenham, mas também pelos momentos de interação e lazer. Isso inclui a celebração de aniversários, jogos de futebol na tv ou um campo improvisado na área portuária, e o preparo de alimentos durante ou após o serviço. Esses momentos de interação são cercados por amigos e amigas, por familiares e pessoas que vão chegando como convidados. A importância dessas experiências na vida ajuda a explicar algumas das afirmações que fazem durante as entrevistas, que são parte das motivações para permanecer na área portuária.

A primeira entrevista aqui apreendida refere-se ao sentimento de dignidade pelo trabalho e à percepção dos espaços do Porto. A partir de ideias sobre tensões e organização, Sherlene destaca outras particularidades do Porto ao valorizar sua história como trabalhadora.

Você diz “ah, eu trabalho lá no porto” [quando alguém lhe questiona o motivo dela trabalhar no Porto], pra mim não tem problema nenhum porque eu sei daquilo que eu vivo e sei daquilo que não vivo, que as pessoas falem pra mim que não conhecem tudo bem, daí vem e conhecem dizendo que é um lugar totalmente diferente por mim tudo bem, eu não tenho problema nenhum.

Vai saber que eu trabalho no porto? Não. Se me perguntar eu vou falar, não terei vergonha de falar.

Aí como eu tava te falando, tem um local que eu vou que eu digo “ali é o porto, o porto mesmo de Manaus”, mas eu considero e tento o máximo não fazer parecer assim. Assim, eu quero que seja um ambiente legal, que meus amigos possam vir aqui e tomar uma cerveja e depois irem embora.⁶²

Ao responder sobre a estigmatização do Porto, ela sugere que existem duas realidades distintas. A primeira é aquela que ela designa como um lugar fora da sua realidade “ali é o porto, o porto mesmo de Manaus”. Essa expressão que ela utiliza para indentificar o lugar que não se parece em nada com o espaço onde ela trabalha. Ela não nega a existência, mas chama a atenção que o que falam desse porto é que “é bagunçado, é jogado”, e conclui que esse espaço precisa de cuidados. Em segundo lugar, Sherlene fala da existência de uma área portuária mais proveitosa, valorizando o seu local de trabalho, tornando-o um ambiente de interação e acolhedor.

⁶² Sherlene Cardoso Gurgel. Entrevista cedida em março de 2021.

É importante considerar que, ainda que ela aponte a existência de um porto que nada tem a ver com ela, não deixa de observar que outras pessoas julgam o porto pelo que ele aparenta ser, sem que essas pessoas compreendam a complexidade existente desse espaço, “que as pessoas falem pra mim que não conhecem tudo bem”.

Tatiana Salgado dos Santos, durante a entrevista, tenta explicar o que a motiva a continuar, dia após dia, na área porutária. A referência dela é que, com os anos de trabalho, surgiram as amizades, que são fundamentais, inclusive para ajudar a lidar com os pensamentos e saudade que sente da família que mora na cidade de Juruti, no Estado do Pará.

Eu trabalho aqui desde os dezoito anos, né? Agora eu tenho trinta e dois anos. A minha família não mora aqui, até penso em voltar porque dá saudade, mas não é como aqui, lá não tem como trabalhar e ganhar como aqui. Conheci a Paulinha, conheci a Juliane. Com a Juliane, a gente se conhece há menos tempo lá da balsa [quando a Tatiane tinha um quiosque lá], faz pouco tempo que a gente se conhece e passou a beber. E aqui eu escuto música das antigas que eu gosto, gosto de bolero. Não gosto de forró e nem bate-bate. Tem gente aqui que já me conhece, me chamam de cabeluda por causa do tamanho do meu cabelo [longo], então é assim.⁶³

A dona Elizanete, declara que, às vezes, só consegue ver a família no Porto. Isso acontece devido a intensidade de trabalho realizado por ela, e chega ao ponto de não ter tempo para voltar para casa. Nos fins de semana, ela organizada pequenos lanches ou comemorações na área portuária, enquanto trabalha.

É isso, não tenho tempo de tá lá, é tudo apegado comigo e eles vêm pra cá. Coloca a churrasqueira aí e faz churrasco. E as pessoas pensando que é são tudo meus clientes, mas é tudo parente. O pessoal pensa que é pra vender churrasco, mas a gente faz pra nós mesmo, pra comemorar⁶⁴.

Outras observações das entrevistadas embalam as convicções de que ver outras pessoas e trabalhar fora ampliam um senso de espacialidade que difere do estar em casa, “a gente vindo trabalhar e as pessoas vindo aqui já é diferente que está em casa trancada.”⁶⁴

Angélica considera que o Porto é um lugar de movimento, diferente de ficar em casa, colocando sua observação e sua interação com colegas de trabalho e o movimento do comércio como mais um incentivo para ir ao Porto, “Eu gosto de ver as pessoas, acho muito engraçado aqui. Não gosto de ficar em casa, acho chato! Me vem aquela chatice, ficar lá sem fazer nada. Eu gosto de ver as pessoas, o movimento. Aqui eu tenho muitos amigos”.⁶⁵

É comum nas suas falas as referências aos modos de vida no Porto: os alimentos compartilhados, os gostos musicais, o cotidiano de trabalho delas e de outras pessoas, as sensações realizáveis e projetadas nos espaços, colocando-as como parte integrante da região, e não deslocadas,

⁶³ Tatiana Salgado dos Santos. Entrevista cedida em 19 de maio de 2023.

⁶⁴ Elizanete Lima Ruiz. Entrevista cedida em 24 de março de 2021.

⁶⁵ Angélica Santos Silva. Entrevista cedida em 18 de maio de 2018.

à margem. Como se percebem ao longo de suas trajetórias, ou como percebem as interações das outras pessoas no Porto vão ajudando-as a elencar quais visões existentes são negativas, e enquanto trabalham e vivem suas vidas, vão remontando nas entrevistas interpretações e elucidando quais contribuições estariam ao seu alcance para melhorias do Porto.

A forma como vivem e como usam o tempo na área portuária está relacionada à urgência pela sobrevivência, que é manifestada por elas ao negarem à estagnação, por elas traduzido como “ficar em casa assistindo televisão”. A organização do tempo de trabalho por si já é árdua, afinal, é necessário pensar em estratégias para que as contas sejam pagas: aluguel, alimentação, transporte, luz, água, entre outras que chegam regularmente. O tempo de qualidade é igualmente importante para elas, que é traduzido pelos momentos de comemoração de aniversários, nos almoços com os amigos e familiares. Ao fim tarde, quando percebem que os barulhos dos barcos e da Avenida Lourenço Braga começam a diminuir, elas podem contemplar a natureza que cerca a área portuária.

O historiador Edward Palmer Thompson, no texto “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, explica como as formas do usar o tempo mudaram para as pessoas quando a Revolução Industrial passou a exigir que o tempo dedicado à produtividade fosse medido em lucro. Observa também, que os trabalhos com características de escala doméstica, gerida pelos próprios trabalhadores, possuíam variedade de usos do tempo, alguma vezes, ocorrendo o desenvolvimento de outras tarefas e de intensidade alternada “momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva”⁶⁶.

O autor menciona que as formas de organização do tempo de trabalho são parte considerável das discussões no século XIX. Havendo críticas patronais sobre o tempo de trabalho realizado sem a disciplina e ritmo industrial, pois permitia aos trabalhadores uma certa autonomia de uso do tempo.

Em sua análise, considera também aspectos de intensidade de atividades, como as realizadas pelas mulheres, situando as que estavam nas atividades rurais. Denotou que além da criação de crianças, lidavam também com as tarefas domésticas e do campo. No mesmo texto, o autor, faz referência também dos trabalhos nas olarias na Inglaterra que, tinham o trabalho de mulheres e crianças como importantes para organização do trabalho homens, podendo definir ritmos de trabalho e dias de descanso aos oleiros.⁶⁷

A partir das referências sobre relações de trabalho na área portuária ou no ambiente doméstico mencionadas pelas trabalhadoras, observa-se que elas encontram maneiras de conciliar a convivência com seus familiares, com amigos que também trabalham no porto ou nas proximidades, e suas atividades de venda de alimentos ou bebidas. Por um lado, isso mostra o esforço de interagir e unir os grupos sociais que elas estão envolvidas. Por outro lado, também revela a realidade da

⁶⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 282.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 284- 287.

sobrecarga de atividades que as mulheres realizam, que são rotineiras e constantes. As entrevistadas, enquanto constituem as memórias de como lidam com o cotidiano, vão elencando as mameniras como organizam as reuniões e convivência entre família e outros grupos no porto, a ponto de parecer uma fusão.

Com base nessas narrativas, dois pontos precisam ser destacados. O primeiro é que as experiências das mulheres na área portuária, a qual dedicam anos às suas atividades, contestam a visão de alguns membros da Prefeitura, como o próprio prefeito Davi Almeida. Durante o período de “revitalização” dos espaços da Manaus Moderna, ele afirmou que esperava como resultado “a volta das famílias que estavam acostumadas a frequentar as feiras e o entorno desses locais”⁶⁸. Não fica claro quais famílias o prefeito se referia. Talvez, a referência seja a mesma do prefeito anterior Arthur Neto, que costumava citar sua própria família. O que é evidente é que centenas de famílias de trabalhadores estão presentes cotidianamente há décadas nos serviços da área portuária reveindicando como espaço de trabalho e relações sociais, como importante às suas experiências de processo migratório, como espaço que por vezes conseguem produtos com valores mais baixos que outros espaços da cidade de Manaus. São essas famílias trabalhadoras que convivem com os efeitos das narrativas confusas e preconceituosas sobre suas relações, da expulsão que é periodicamente ordenada pela Prefeitura, pela prática exploratória dos grandes comerciantes que observam lucro mirando na precarização dos trabalhadores.

O segundo ponto está relacionado às percepções que elas têm da sobrecarga nas atividades de cuidados e sobrevivência. Muitas vezes, essas atividades contam com a participação da família, mas a responsabilidade é atribuída a elas. Isso inclui o planejamento e a orientação de como o trabalho será realizado, além da própria execução das tarefas, como limpeza, organização, preparação de alimentos e cuidados com os filhos e pais idosos. Também envolve todo o cuidado que elas precisam ter para si durante a gestação, doenças e envelhecimento.

Dentro das discussões sobre o trabalho realizados pelas mulheres de famílias trabalhadoras, a filósofa Silvia Frederici faz referência às mulheres criadoras das práticas de “resistência, existência e luta”. Essas experiências das mulheres são reconhecidas por meio de diálogo que a autora faz com obras que buscam conectar e criticar os pontos de exploração do capitalismo sobre o trabalho. Nos movimentos de mulheres nos anos 1960 e 1970 é possível observar que elas denunciam a sua subalternização mesmo que não estivessem em trabalhos remunerados e assalariados. A autora destaca que o capitalismo tem as atividades das mulheres como “um imenso circuito de ‘plantações domésticas’ e ‘linhas de montagem’”, nas quais a produção de trabalhadores está articulada a uma

⁶⁸ “Prefeito Davi Almeida acompanha revitalização em torno da Manaus Moderna e da Feira da Banana. Publicada em 21 de outubro de 2021. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/servicos/prefeito-david-almeida-acompanha-revitalizacao-do-entorno-da-manaus-moderna-e-da-feira-da-banana/>

base diária e geracional”.⁶⁹

Outra referência de estudos sobre o cotidiano da classe trabalhadora e a subalternização do capitalismo, é a historiadora Chitra Joshi, que situa atividades que apresentam “a ausência de tradições de organização coletiva nos trabalhos remunerados feitos em casa torna esse tipo de trabalho informal particularmente atraente para o capital”. Na Índia esses trabalhos domésticos remunerados eram realizados pelas mulheres envolvidas na produção de vassouras, tiras para sandálias, tabaco enrolado e outros tipos de tarefas intermediárias. A autora também considera que as mulheres eram necessárias para as fábricas, em 1980, mas que ainda assim, as fábricas utilizavam a produção feitas em pequenas unidades domiciliares para flexibilizar os custos da mão de obra e dos custos de produtos que eram utilizados em exportação.⁷⁰

Essas análises são importantes eixos de diálogo que perpassam as condições de trabalho das mulheres em um circuito global de exploração do capitalismo. Para a historiografia, Chitra Joshi coloca como necessidade que a classe trabalhadora seja compreendida também pelas demandas e processos de produção que as mulheres estão inseridas, ou seja, nas fábricas ou em casa, onde a exploração é operada pelo capital.

As atividade das trabalhadoras da área portuária, que é do comércio de alimentos e bebidas atende um circuito contínuo e diversificado: são os passageiros, tralhadores e trabalhadoras das embarcações, das lojas, dos quiques das feiras e mercado. Algumas vezes, as pessoas que compram com elas voltam outras vezes, criando uma permanência na compra de alimentos e bebidas oferecidos por elas. É essa atividade que possibilita que elas tenham renda para os compromissos. Então, quando a Prefeitura toma medidas de retirada dessas trabalhadoras, não está exigindo que essas trabalhadoras façam o cadastro de vendendoras ambulantes, o que a Prefeitura tem feito é diminuir os espaços de trabalho e sobrevivência de sujeitos, a partir do uso da violência do ordenamento dos espaços.

As trabalhadoras entrevistadas relatam que o trabalho faz parte da vida delas desde a infância. Isso acontece tanto por terem observado os pais quanto por terem começado a trabalhar muito cedo, devido à necessidade que posuíam de ajudar a família com alguma renda. As noções de necessidade, trabalho e organização familiar são preocupações que as entrevistadas, quando jovens, da classe trabalhadora tinham enquanto cresciam. No caso das mulheres, além dessas

⁶⁹ FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019, p. 203. Ao longo do texto, a autora vai formulando reflexões sobre as lutas das mulheres e o impacto dessas lutas nas relações de trabalho assalariado e, ao não assalariado: o trabalho doméstico, chamado de trabalho reprodutivo. A autora menciona a percepção das mulheres que o capitalismo não é identificável com o trabalho contratual e assalariado, se utilizando da desvalorização do trabalho reprodutivo e da posição social das mulheres para garantir lucro, estabilidade e controle, p. 204.

⁷⁰ JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n°2. Jul/Dez. 2009, p. 156-157.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundodotrabalho/article/view/19849222.2009v1n2p147/11100>

preocupações relacionadas ao ganho de renda, também estão presente as preocupações sobre as atividades do lar, que fazem parte do dia a dia e geralmente ficam a cargo delas.

Além da intensidade das atividades na rotina, as entrevistadas também observam que os trabalhos são cansativos. Muitas horas são dedicadas ao trabalho, e a quantidade de tarefas frequentemente está ligada à preocupação de como vão garantir condições para sustentar a família poderá se sustentar. Também mencionam que a falta de garantias ou segurança contra acidentes, doenças ou renda fixa traz angústia ao cotidiano.

A ideia de empreendedorismo difundida nas últimas décadas pelo capitalismo neoliberal, colocando sobre o colo da classe trabalhadora a responsabilidade por sua qualidade de vida e pelos seus ganhos não é uma bem vinda ao menos pela maioria das entrevistadas. O que muitas apresentam é o desejo de poder viver com melhor qualidade a partir do seu trabalho, mas não acreditam que é apenas o próprio esforço que fará diferença. Não é a falta de esforço, porque isso apontam com frequência que é uma rotina de muitos anos. Além disso, repassar as histórias vividas pelas pais, parentes e amigos mais velhos também as faz refletir sobre condições de trabalho e precarização.

Outra marca presente são os modos de trabalho que são partilhados entre as gerações, como o uso de embarcações, a preferência por começar o comércio com alimentos que são feitos em casa ou aqueles comuns à região, como venda de verduras, peixes, farinha, açaí entre outros. Propondo que além de movimentar o circuito de comércio da cidade, também fazem ao mesmo tempo referência às práticas dos mais velhos da família e em confluência com aspectos da cultura alimentar e do trabalho da região.

A figura dos mais velhos da família, é com frequência mencionada: o pai, a mãe, às vezes, as irmãs e irmãos ou tios e tias. A ideia de família estendida que compartilha suas experiências entre interior e cidade vão proporcionando que as entrevistadas possam lidar com inúmeras situações de trabalho, nas constituições das relações sociais, na identificação com os espaços e práticas diversas. Por vezes, as entrevistadas vão aprender a lidar com situações que se apresentam em meio social e elas dialogam ou compreendem por meio de leituras, conversas, por meio de notícias que circulam pelas mídias na internet ou que são publicadas em jornais.

Esse circuito de interações com os diversos temas que são aprendidos e discutidos pelas trabalhadoras são de grande importância para elas e para outras gerações que elas cuidam, no sentido amplo, já que cuidam muitas cuidam de crianças e de idosos. Ainda que tenham potencialidade em suas atividades e no circuito de diálogos, são elas que têm sofrido e observado criticamente situações relacionadas a falta de oportunidade de trabalho qualificado e bem pago, violências de gênero e da racialização dos corpos.

Ao analisar os dados e as legislações existentes para as mulheres, a filósofa Sueli Carneiro, no texto “Matriarcado da Miséria” reflete as condições do mercado de trabalho no Brasil com dados

de 2011 e a partir das pesquisas feitas pela Organização de Mulheres Negras Brasileiras é enfática no texto assinalando uma triste marca da exploração no Brasil,

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos.⁷¹

Outra importante historiadora é Maria Beatriz Nascimento que desde as décadas de 1970 e 1980 publicou ensaios que tinham o objetivo de discutir as situações que se encontravam a população negra no Brasil, e como os temas relacionados à população eram dialogados em vários circuitos, inclusive o acadêmico. No ensaio “a mulher negra no mercado de trabalho”, de 1976 Beatriz Nascimento, menciona que

o sistema econômico estabelece espaços de hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços.

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação.⁷²

Além de apontar o racismo como mecanismo de exclusão de melhores oportunidades, sobretudo para as mulheres negras, Beatriz Nascimento denota que a educação era um requisito que contribuía nas melhores oportunidades de emprego, apontando que as mulheres negras possuíam menos oportunidades educacionais que homens e mulheres brancas, afetando que pudessem estar em trabalhos mais qualificados ou de prestígio social⁷³.

Recentemente, o trabalho de Rochele Rache da Rosa tem prescrito políticas públicas de educação e trabalho para mulheres, percorrendo as legislações e dados indicadores que incentivam e promovem participação maior e continuada das mulheres nos processos educacionais e de avanço em postos de trabalho. A autora menciona que há um aumento significativo de mulheres participando e concluindo a educação superior, “a educação é um espaço onde as mulheres progridem mais que os homens, não garante a conversão automática desse capital cultural em equidade econômica no mercado de trabalho”. Há inúmeras situações difíceis no cotidiano das entrevistadas, dentre elas, aquelas que são relacionadas as exaustivas horas de trabalho doméstico

⁷¹ CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 129. Outro texto no mesmo livro “A miscigenação no Brasil”, onde a autora reflete sobre os usos políticos e ideológicos da miscigenação racial, como parte integrante do mito da democracia racial, de fragmentação da identidade “impedindo que esta seja elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial, pois, ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual se define hoje, politicamente e sociologicamente, a categoria negra como o somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos.

⁷² NASCIMENTO, Maria Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombolas e movimentos (org.) RATTIS, Alex. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 55-60.

⁷³ Ibid., p. 58-60.

não remunerado, que impacta a vida das mulheres. Segundo a autora o que ocorre é “a carga horária desigual de trabalho não remunerado restringe a participação das mulheres no mercado de trabalho e impacta a qualidade de sua inserção ocupacional”, com isso para a autora a identificação e compreensão das efetivações das políticas públicas voltadas para as mulheres é um modo de observar a existência de mudanças econômicas, sociais e culturais⁷⁴.

O quadro de inserção das mulheres nos espaços sempre é desafiador, muitos dos desafios são as violências vividas ou reconhecidas. As entrevistadas têm sido postas a muitos desafios, e se colocam contra as opressões que elas e as outras sofrem, também faz parte do cotidiano delas orientar e reivindicar por um ambiente menos violento para elas e para outros trabalhadores, indicando que as mudanças estruturais devem estar em todos os lugares sociais.

Em entrevistas com a Juliane e com a Kelé, elas mencionam, por exemplo, que não gostam das “brincadeiras de mau gosto”, situando dentre as que já presenciaram a discriminação racial. Elas mencionam que tentam conversar quando surge a oportunidade com os outros trabalhadores, os filhos e parentes para que fiquem alertas quanto as situações.

Em uma das entrevistas, a Juliane contou um momento que ela observou os modos como as pessoas são discriminadas pela cor da pele. Ela não se calou e notou com estranheza a tentativa das outras pessoas com quem falava em abafar.

Quando sai da novena na Aparecida, fui pra feira tomar um café da manhã. E tinha uma senhora branca, que pelas vestimentas dela parecia ser evangélica, eu deduzi isso. E aí, todo mundo tomando um café e veio se aproximando um rapaz moreno e ela começou a gritar, chamando a atenção de todos que estavam ali sentados tomando café. Ela começou a gritar “lá vem, lá vem aquele escurinho, vem sujar minha calçada pra cá”. Isso ela falando alto, e ao mesmo tempo, todo mundo olhou pro rapaz, ele bem moreno, e na hora pode-se ver que ele ficou constrangido porque todo mundo olhou pelo que ela falou. E ela continuou “tu não tem vergonha não, de vir pra cá só sujar minha calçada, seu escurinho”, e começou a falar coisas desse tipo.

O rapaz foi se aproximando, então, eu olhei pra ela com uma cara bem fechada, e aí ela se tocou que ela falou merda, e ela começou a dizer “não, ele é meu amigo, é brincadeira”, eu já tinha pego corda, e falei “esse tipo de brincadeira não se faz, sendo amigo ou não, não se faz”.

Ali, a gente entrou no conflito, eu já fui pedir a conta por que eu queria ir embora, e ele que não tinha culpa nenhuma acabou se justificando que ele conhecia ela. Eu disse a ele que independente disso, ela não pode falar assim com ele. Se tivesse aqui um advogado que conhecesse de leis, ela pegava um processo na hora por racismo. Ela ficou toda sem jeito pelas coisas que eu falei, e ela pediu pra moça ver minha conta, e eu disse que eu ia pagar e paguei. Fui embora, mas aquela coisa, né? Tinha acabado de sair da igreja pensando em paz, e saindo logo acontece uma coisa dessas.⁷⁵

⁷⁴ ROSA, Rochele rache da. Políticas públicas de educação e trabalho para mulheres no Brasil. Trabalho de conclusão de curso no formato de artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título Especialização em Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Osório, 2025. <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/2573/1234567892573.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁷⁵ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida em março de 2024.

O reconhecimento de práticas de discriminação racial é percebido pela Juliane, e mais do que a discriminação, todas as formas de escapar de ser identificada como uma mulher branca racista da senhora que praticou também são reconhecidas: tentativa de colocar como uma brincadeira, tentar pagar o café da Juliane, chamar a vítima de amigo.

Fica nítido que a entrevistada também tem buscado informações sobre procedimentos jurídicos contra casos como esse relatado por ela, dando a ver a sua busca também como uma forma de enfrentamento, reivindicando um presente participativo de uma vida mais justa, não somente como uma promessa de futuro.

Sobre as práticas racistas criadas no Brasil, a historiadora Lilia Moritz Shwarcz alega que a esfera do cotidiano é o momento de instalação do racismo, “a raça está em toda parte: nas piadas que inundam o cotidiano, nas expressões do dia a dia, na propaganda de turismo e discriminação no mundo do trabalho, na esfera social e da intimidade”⁷⁶. A autora também observa que, marcadores de gênero e raça se misturam criando termos usados tanto no diminutivo, quanto no aumentativo para exercer poder no jogo da intimidade⁷⁷.

A constituição do racismo, atrelado ao preconceito de gênero, às origens se consolidam e criam as hierarquias sociais como já compreendemos, também elenca argumentos e estereótipos que se espalham como cômico entre os grupos sociais privilegiados. No cotidiano das experiências sociais em Manaus, esses mecanismos atravessam os contos literários, como na obra de João Nogueira, ao apresentar as condições de vida de Carolina-Homem.

Crioula de estatura mediana e compleição robusta, o apelido de Carolina-Homem que veio de gestos bruscos, masculinizados, do vazo de andar de calças compridas e camisa-de-meia a feição de malandro. Naquele tempo que as mulheres viviam retraídas – sem empregos públicos, sem direito a voto, sem pretensões políticas – a predileção da nordestina constituía um desrespeito horroroso.

Era, à primeira vista, um tipo revesso, suscetível até de observação clínica. Enquadrada como genuíno modelo de estudos de Afrânio Peixoto ou Leonídio Ribeiro nos domínios da Psicopatologia Forense. A inquietação permanente, o olhar perdido no mistério das reações interiores, o modo de expressar-se, às vezes sem comedimentos de qualquer natureza.

(...)

Caso clínico de glândulas em panderecos, hipertrofiadas ou não, o certo é que Carolina, na época das “melindrosas” e “almofadinhas” – lá se vai tantos anos! – procurava uma das modalidades mais exaustivas de trabalho: de carregador.⁷⁸

⁷⁶ SCHWARCZ, Lillian. *Nem preto e nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 109.

⁷⁷ *Ibid*, p. 103.

⁷⁸ MATA, João Nogueira da. *Antiquilhas manauaras*. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1991, p. 99-101. Algumas informações sobre o autor foram levantadas através das notícias do *Jornal do Commercio*, entre os anos de 1950 a 1958, como: sua ligação ao Partido Social Democrático, como deputado. Foi secretário na Câmara Municipal no ano de 1950, foi nomeado Subprocurador e depois nomeado Procurador Fiscal do Estado. Em 1957 publica uma obra intitulada “Nos prélios da vida” e na mesma coluna que congratula a publicação da obra, menciona sua formação em Direito em 1936. Sua candidatura à Academia Amazonense de Letras aparece em setembro de 1958. Ainda ano de 1958, há menção no mesmo jornal que da Mata compõe Conselho de Sentença em alguns casos criminais ocorridos no Amazonas. Uma nota de *Jornal do dia* 18 de agosto de 1957, também falando da obra, menciona que ele “enfroinhava-se em arquivos, para rememorar coisas que sempre devem permanecer n’alma daqueles que conscientemente se interessam pelo desenvolvimento do Brasil e do Amazonas”.

A obra parece misturar memórias do autor com algumas invenções, além disso, são apresentados elogios sobre os conhecimentos de História do Amazonas e sobre a escrita do autor por colegas que contribuíram com a orelha e anteâmbulo: Ulysses Bittencourt (Aademia Amazonense de Letras), Moacir Dantas (Advogado no Rio de Janeiro), Carlos Araújo Lima (advogado e autor de colunas no Jornal A Crítica), Mário Jorge Couto Lopes (advogado no Fórum de Manaus).

Na apresentação, provavelmente escrita pela próprio autor, há referências às histórias oficiais relacionadas a Manaus. Às vezes, ele menciona que contextos econômicos, como a borracha, foram responsáveis pela mistura de nordestinos e estrangeiros, tornando Manaus e Belém locais de destaque. Ao longo do texto, cita alguns municípios que fazem parte do interior do estado do Amazonas, além de citar nomes de políticos do século XIX, e das duas lideranças indígenas dos “primórdios de Manaus”: Camandri e Ajuricaba.

O conteúdo que se referem à Carolina são apresentadas por meios dos comportamentos delas, julgados em meio social, pela psiquiatria, pois consideram seus comportamentos desviantes das funções consideradas “naturais” para as mulheres. O autor menciona que Carolina desafia a mentalidade dominante ao afirmar que, em seu tempo, tinha “uma consciência acima dos preconceitos sociais”. Com coragem e como estratégia de sobrevivência, ela enfrentava o que era considerado atípico. No texto, são citados termos a ela: “vocabulário estapafúrdio”, “desenvoltura de macho”, “feição de malandro”. Ainda que mencione que há uma admiração de ricos e pobres por Carolina, não fica despercebido que muitos pareciam atentar contra a paz dela, e o autor a representa com uma cobra caninana que enfrenta de cabeça ereta aos inimigos. A admiração também se estabelece por ela não necessitar de caridade. Segundo o autor, ela “adquire o pão de cada dia com euss próprios esforços, como uma pessoa útil à sociedade”, os outros “deixavam fazer seus trabalhos, muitas vezes carregando pesos acima de suas forças”.

Ao longo do texto são várias as maneiras de desqualificação relacionada à personagem Carolina. E ao fim, o autor considera que cada pessoa tem força para lidar sozinha com o trabalho e com todas as situações que aparecem.

A discussão sobre as formas excludentes relacionadas ao racismo e gênero na história do Amazonas já tem um chão sólido que remete as diversas temporalidades. Aqui colocamos as referências das entrevistadas e de um texto de uma obra literária conxtetualizando Manaus em períodos mais recentes. Esperando que possamos buscar tanto as formas que atinigiram as vidas dos sujeitos, bem como as práticas que pessoas comuns tem lidado e criado em comunidade de enfrentamento e reivindicações de direitos.

A teórica bell hooks acena em uma de suas obras que muitos diálogos sobre racismo, que dão a entender como são constituídas as separações entre sujeitos, são realizadas em condições de poder, negação dos conflitos e negação da escuta na “dinâmica diária de raça e racismo, sexo e sexismo que não condiz com as percepções privilegiadas de pessoas brancas”, alertando que somente com a “consciência e descolonização do pensamento, conseguimos as ferramentas para romper com o modelo dominador da sociabilidade humana e o desejo de imaginar novas e diferentes formas das pessoas se unirem”⁷⁹

A obra da teórica feminista bell hooks, acena para as discussões e divisões existentes nas conversas sobre raça e racismo, pautando que as relações em torno das separações ocorrem dentro das condições de aprendizagem que tem a ver com a constituição de poder, a negação dos conflitos, negação da escuta da “dinâmica diária de raça e racismo, sexo e sexismo que não condiz com as percepções privilegiadas de pessoas brancas”, e o eixo de cumplicidade ocorre, segundo ela, “quando somos produto da cultura em que vivemos e fomos todos sujeitos à forma de socialização”, somente com “consciência e descolonização do pensamento, conseguimos as ferramentas para romper com o modelo dominador da sociabilidade humana e o desejo de imaginar novas e diferentes formas de as pessoas se unirem”⁷⁷.

A reflexão de hooks proporciona um alento de novas concepções e formas de diálogos entre comunidades que são exploradas e alvo de preconceitos. Também nos lembrar que a branquitude e homens têm o dever de transformarem as políticas de proteção e mudanças estruturais, mas que não se pode aguardar que façam quando quiserem ou como quiserem.

As entrevistadas desde o início, mesmo com alguma incerteza sobre esse trabalho foram dando os sinais das práticas de transformação, articulando em seus grupos condições para os diálogos, enfrentando os momentos com suas companheiras de trabalho. Considerarem suas experiências como importantes no processo de participação social, intervindo no cotidiano que se mostra muito difícil e violento, tomando a estratégia do coletivo evidenciando que elas também estão presentes na cidade, atentas aos movimento que se colocam contra elas, e ao mesmo tempo deixando que o que pensam e o que desejam estejam na vida de outras pessoas, por meio da palavra e da consciência que elas produzem.

Dito isto, quais serão os significados constituídos por essas mulheres ao longo das suas trajetórias no mundo do trabalho, onde o capitalismo tende a subalternizar as mulheres nas relações de trabalho? Como será que elas denotam o que aprendem ao longo dos anos que as levam a constituir as habilidades para as atividades? E como será que

⁷⁹ HOOKS, bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021, p. 67- 86.

observam as formas que são direcionadas a determinados trabalhos?

A CARGA COTIDIANA DAS MULHERES: TRABALHO E CUIDADOS

2.1 A precarização das relações de trabalho

Na área portuária da Manaus Moderna, situada no Centro de Manaus, ao longo dos diálogos com as mulheres, surgiram com frequência as memórias dos trabalhos desenvolvidos ao longo de suas trajetórias. A relação com o trabalho para muitas das mulheres iniciou ao longo dos anos de 1990, quando eram crianças, como complemento da renda familiar: o cuidado de outras crianças da vizinhança, a venda de alimentos nas ruas preparados em casa por mães/pais/parentes/vizinhas ficando a cargo das crianças e adolescentes a venda, quando não tinham com quem ficar em casa a solução para pais e mães era levá-los para o trabalho onde podiam auxiliar os pais em alguma atividade, sendo algumas vezes remunerados pelas atividades.

Ao narrarem sobre os primeiros trabalhos conseguindo dinheiro acompanham explicações referentes às dificuldades por melhores ganhos pelos adultos da casa, tendo o trabalho delas e dos familiares uma fonte de renda para o complemento do sustento, como apontado anteriormente. As inserções nas atividades podiam se constituir a partir das relações familiares, e de certo modo, essas ações em coletivo apontavam para as situações de precariedades existentes na família e ao mesmo tempo se constituía em solução para manter-se juntos e evitarem situações ainda mais tensas. Havia também, o interesse em ensinar aos filhos os ofícios para que pudessem dar conta das tarefas.

Os sentidos que constituem nos seus e dos seus trabalhos ao longo de suas trajetórias é o objetivo neste capítulo por completo, e neste tópico, começamos pelas referências que possuem das primeiras atividades que tiveram, tomando conta das necessidades da família, suas necessidades individuais, das formas de planejamento e acordos evidenciando as características das relações de trabalho feita entre trabalhadores que vivem em situação de precarização inclusive apontando momentos de tensões e em outros momentos, as redes de solidariedade.

É importante observar os aspectos presentes na década de 1990, no Brasil, qual seja, o momento de inserção definitiva do país na chamada globalização, ou dito de outra forma, sua aderência ao projeto Neoliberal, principalmente, no que se refere às relações de trabalho, constituindo como mais um momento de luta pela manutenção dos direitos conquistados anteriormente por trabalhadoras e trabalhadores.⁸⁰

⁸⁰ ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 50-55. No capítulo sobre “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas”, o autor propõe que existe uma desafio, que é observar os novos aspectos que envolvem a classe trabalhadora que segundo ele, composta por “aqueles que vende a sua força de trabalho de forma assalariada”, e também, o conjunto de trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas por meio da realização de serviços, seja para nuso público como os serviços públicos tradicionais, seja para uso privado, para o uso do capital”. Aponta que a classe trabalhadora, sua conformação é mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo, pois “ao longo da década de 1990, as lutas sociais aparentam confluência e simultaneidade das ações e de agentes sociais”

A defesa dos direitos e a conquista de novos se tornou tarefa árdua, com a vigência do neoliberalismo que está em direção totalmente oposta aos trabalhadores, formulando projetos de desmantelamento dos direitos trabalhistas e fomentando divisões e disputas entre a classe trabalhadora, organizando uma relação voltada ao consumismo contínuo. Além das situações que buscavam dirimir a ideia da luta pelos direitos trabalhistas, há uma forte manifestação capitalista que incentiva os trabalhadores e as trabalhadoras se arrisquem através da desregulamentação, amplificando o mito de uma vida em liberdade financeira fomentada pelas narrativas de mérito e de prosperidade, salvaguardada pela criatividade e esforço individual, definido pelo conceito de empreendedorismo.⁸¹

Esse não é um debate novo, muitas autoras e muitos autores⁸² têm se debruçado em compreender como as transformações do capital têm impactado a vida de milhões de pessoas, colocando-as em situações cada vez mais incertas. O ponto central para construir o debate apresentado nesta pesquisa são as condições de trabalho e vida apresentadas por mulheres do Porto de Manaus, e por vezes, o diálogo com as perspectivas que vêm apontando que no caso das mulheres, as desvantagens, as explorações e a marginalização são acentuadas.

Em temporalidades diferenciadas do capitalismo, as situações de mulheres trabalhadoras e suas famílias sempre foram de interesse do próprio capitalismo. Segundo a professora de Filosofia e Política, Nancy Fraser, a reprodução social sempre foi imprescindível para a acumulação do capital, definindo-a como

as tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos, valores que dão alicerce à cooperação social e uma série de outras atividades que servem para a produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como manter laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade de produção econômica em uma sociedade capitalista.⁸³

A separação dos trabalhos de reprodução e produção chegam como uma novidade da era industrial, refletindo aspectos das elites burguesas, intensificando a valorização do trabalho produtivo e o assentando o trabalho reprodutivo como atividades das mulheres e das crianças.

As crises do capitalismo, segundo a autora, não podem ser explicadas somente pelo viés economicista, precisando de atenção nessa “fronteira que simultaneamente separa e conecta

⁸¹ CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo Cortez, 2014.

⁸² O sociólogo Ricardo Antunes com os diversos livros publicados orientando não o desaparecimento do trabalho humano em substituição pela tecnologia, mas o uso da mão de obra e do saber dos trabalhadores e trabalhadoras pelo capitalismo, a exemplo dessa perspectiva inserida no livro O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004. Também na Sociologia, ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. A Dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou “precarização”. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. Na Filosofia autoras como Silvia Frederici em obras como o Patriarcado do Salário e na obra O Ponto Zero da Revolução, também na Filosofia, a Marilena Chauí em Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.

⁸³ Ibidem, p.49. Sobre temporalidades de transformação do capitalismo, a autora se refere ao capitalismo liberal, ao capitalismo gerenciado pelo Estado e o capitalismo neoliberal.

produção e reprodução⁸⁴. Outros aspectos seriam intimamente inseridos nos propósitos de divisão dos sujeitos: classes, gênero, racialização; até mesmo entre as mulheres essas divisões eram reforçadas, como aconteciam com as “mulheres pobres racializadas da classe trabalhadora que não estavam em posição de satisfazer os ideais vitorianos da domesticidade”, pois não podiam deixar de trabalhar sem compensação das rendas.⁸⁵

São os caminhos apontados pelas mulheres na Manaus Moderna, que nos permitem compreender as suas perspectivas sobre suas experiências, interpretando e reconhecendo as condições de trabalho para as diferentes gerações, mostrando a importância que dão às suas referências comunitárias, insistindo na reflexão de mudanças como a possibilidade de direitos e de melhores condições de vida precisam ser vividas e partilhadas de modo coletivo. O desenrolar da vida não foi um processo livre de tensões ou de dificuldades, fazendo com que a organização familiar ou dos grupos de mulheres se constituíssem como estratégia constante.

Para as entrevistadas os fins da década de 1990 e o início da primeira década do século XXI, foi o momento que iniciaram as atividades domésticas com a finalidade de reprodução social e as atividades produtivas, geralmente, ensinadas pelas mães, pais, irmãs e irmãos mais velhos. Como mencionado o trabalho para as entrevistadas estava ligada às necessidades da família.

Em nosso diálogo, Juliane narra como passou de uma atividade que acontecia algumas vezes na semana para outra, que acontecia de segunda ao sábado com horário mais longo que o anterior:

Eu trabalhei com ela [com a vizinha que produzia e vendia salgados] até uns dezoito e meio... foi. Porque quando eu fui trabalhar com ele eu ia fazer dezenove anos. Porque o dela não era direto, ela entregava salgado um dia sim o outro não, não era um negócio muito fixo, e aí, quando conheci ele já tinha mais ou menos essa idade, e aí, com ele já era um fixo de segunda a sábado.

A gente fez um acordo que assim, eram umas bandejinhas assim de salgado que ele vendia, era dois reais a unidade (bandeja) que a gente vendia e ele trazia trezentas bandejas por dia e minha diária era cinquenta reais. Como era tudo contadinho não tinha como dar errado, aí, eu ia tirava o meu e dava o dele, não tinha como dar errado. E o que eu não vendia eu falava pra ele “olha, Anderson, faltou tantos pra eu vender” e como ele confiava muito em mim também ele nem questionava nada e também não descontava nada. **E com ele tu trabalhou quanto tempo?** Foi quatro anos⁸⁶.

A oportunidade de ganhar mais que o trabalho anterior, ainda que precisasse trabalhar mais dias na semana era avaliado por Juliane como uma “fixidez”, por gerar uma renda que pudesse assegurar maior participação nas despesas da casa que morava com os pais e outros irmãos. Outro momento que a fixidez e a renda desse trabalho vão adquirir importância está relacionada ao

⁸⁴ Ibidem, p.47-52.

⁸⁵ Ibidem, p.54. Além da experiência racializada e de classe, a autora também identifica as condições de exploração para pessoas de diferentes origens, como povos indígenas, imigrantes, também, nos territórios fora da Europa e Estados Unidos.

⁸⁶ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista concedida no dia 30 de junho de 2020. Na Balsa Amarela - Centro de Manaus.

casamento, quando vai morar com o marido em uma casa alugada no bairro próximo ao Centro. Há importantes práticas aqui criadas entre trabalhadores, primeiro, a relação pautada na confiança e na palavra acordada, ou seja, a confiança que aquilo que foi acertado entre elas e eles será cumprido, depois, em segundo lugar a ideia de “fixidez” ligada ao processo contínuo de ganhos diários e mais todas as etapas do acordo em dia, ressaltando que ainda que nem tudo pudesse acontecer da mesma forma todos os dias na atividade de vendas de alimentos, pontos do acordo não eram alterados: a venda de salgados nem sempre era finalizada, e não se mostrava um impeditivo de retorno para casa, pelo horário de 15h da tarde.

Estrategicamente os trabalhos que são oferecidos no chamado “boca a boca”, como são articulados entre as trabalhadoras e os conhecido/ familiares, é uma oportunidade e intento pelas atividades, proporcionado que todos os envolvidos e envolvidas tivessem uma renda, nem sempre proporcional. Nessas práticas são desenvolvidos acordos que são as primeiras definições da execução da atividade: como será feito o trabalho, por quem será feito, prestações de contas diárias ou semanais, muitas vezes, abrindo espaço para readaptações e novas estratégias para as relações de trabalho e desenvolvimento das atividades, como conta a entrevistada, que era possível o retorno para casa sem precisar vender tudo pelo limite do horário de trabalho combinado, sem a perda da renda diária quando trabalha.

As formas de trabalho da Juliane iam além do ato de sair vendendo as bandejas de salgado nas ruas do Centro, também se estendiam as percepções e repasses das condições do cotidiano de trabalho que se referiam ao movimento do comércio no Centro, da organização dos valores adquiridos, das relações com os compradores costumeiros.

Outro ponto, é que repassando as informações das rotinas do trabalho e, o comprometimento da entrevistada não rendia a ela acréscimos de ganhos, o que não aconteceu por quatro anos, ainda que fosse melhorando as habilidades na transição dos espaços e nas práticas de vendas, garantindo que “tudo era contadinho e não tinha como dar errado”. Outro ponto que ela o que é um impeditivo ao trabalho, não gerando renda, ou é ela não trabalhando ou quando a Prefeitura resolve fazer a retirada das bancas e dos trabalhadores ambulantes da área central, o que ela conta mais a frente no texto da tese.

A historiadora Maria Odila Leite, na obra “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, chama a atenção para a habilidade dos tratos verbais e a comunicação como um trunfo, que consistia em organizar no cotidiano em suas diversas redes a comunicação que facilitavam as “pequenas transações de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins”, com o objetivo de usar quando necessário e quando possível para “a improvisação da subsistência no seu dia-a-dia”⁸⁷.

Os estudos de Maria Odila Leite Dias são interessantes para a historiografia que pretende

⁸⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: editora Brasiliense, 1995, p. 20.

lançar mão das investigações do cotidiano, como uma possibilidade do “político no campo da história social do dia-a-dia”⁸⁸, pois na interação com as fontes escolhidas pela autora, as fontes escritas do século XIX, estão sob domínio de homens com poderes e privilégios sociais, indicando o controle do espaço urbano e das caracterizações sobre as trabalhadoras que julgando-as como necessárias, porém, reticentes às determinações relegadas ao seus comportamentos, elas em suas verbalizações constituíam as demarcações de como organizavam-se e sobre seus descontentamentos.

Os diálogos entre elas com intenções de mudar os cursos das imposições é uma ferramenta corriqueira para elas, não apenas como um suporte partilhado, mas como um campo político possível, é por ele que o desenrolar de diversas formas de sobrevivência e ações do cotidiano tomadas pelas trabalhadoras se fazem presentes.

O controle dos espaços ainda perpetua em suas diversas formas e ainda que apartadas das melhores condições de trabalho, usam suas redes em busca de um objetivo comum que é a sobrevivência no cotidiano, articulando as formas de estabilizar atividades entre trabalhadores e trabalhadoras e, quando a Prefeitura chega com seus alicates e caçambas, retirando-as do Centro, são essas redes de solidariedade que se movimentam para encontrar soluções, definir como será o retorno aos pontos de trabalho, ou possíveis mudanças de localidades.

O conhecimento em torno de grupos sociais e suas experiências de trabalho sendo ele dentro ou fora das legislações trabalhistas são temas de interesse da historiografia em várias partes do mundo, sobretudo quando o trabalho toma dimensões de precarização, avaliando as condições de vida e trabalho dos sujeitos, e as formas de reivindicação muitas acionadas por esses sujeitos.

A historiadora Heloisa Betti em artigo publicado em 2017 ao observar os aspectos da condição de trabalho e a legislação destinada às mulheres na Itália considera que o trabalho precário é vivido em todo o período do capitalismo industrial e depois da crise pós-fordismo, e não somente no pós-fordismo como costuma defender alguns estudiosos⁸⁹. No artigo em questão, a autora destaca que o debate sobre a precarização avança somente após a década de 1970, ainda entre as Ciências Socioeconômicas, tendo como características essas áreas de estudos possuem pouco interesse na relação de precariedade do emprego.

Heloisa Betti ainda observa como a legislação italiana desde os anos de 1950 vai oportunizando que empregadores pudessem manter contratos de trabalhos temporários, subordinando os trabalhadores e usualmente demitindo-os. A inserção cada vez maior de mulheres nas atividades naquele país, ainda que reivindicassem por empregos e melhores condições de vida, tiveram pela frente uma batalha legislativa e das frequentes reformulações do capitalismo, como o neoliberalismo que foram/são partilhados entre empregadores com projetos e ideais circulando bem

⁸⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, p. 15.

⁸⁹ BETTI, Heloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. Revista Outubro, nº 29. Novembro de 2017. <http://outubrorevista.com.br/revista/edicao-29/>

próximos ao Estado Italiano, colocando o funcionamento as desregulações e flexibilizações dos contratos e das condições de emprego⁹⁰.

No percurso de lutas das trabalhadoras italianas ocorreram algumas derrotas no legislativo, no entanto, Betti reforça que por diversas vezes a convivência entre mulheres que estavam em campanhas de solidariedade, de organização de movimentos em prol de benefícios que estivessem “dentro dos serviços sociais”⁹¹, além da proximidade e integração com e nos “sindicatos e membros femininos do Parlamento italiano”⁹² reforçaram o caráter de luta e da própria visibilidade dos movimentos.

Ainda que muitas vezes, as pesquisas tenham como referências o mundo do trabalho regulado e pelos empregos ligados à indústria, elas encaminham as reverberações de marginalização destinadas às trabalhadoras quanto às oportunidades de trabalho regularizadas e às próprias condições de trabalho no cotidiano significando muitas vezes experiências de trabalho penosas, afetando de diversas formas as suas vidas.

Nos últimos anos a historiadora indiana Chitra Joshi vem sinalizando a importância da compreensão das perspectivas das mulheres sobre a composição do trabalho que exercem e seus significados, indicando que isso traria elementos importantes como as suas noções sobre o trabalho e domesticidade que possuíam ou possuem. As perspectivas das trabalhadoras são consideradas pela autora importantes chaves para afastar eventuais explicações hegemônicas sobre o trabalho das mulheres, geralmente pautados pela fábrica e pela masculinidade, e indo além da consideração do que é trabalho formal e informal, já que para a autora “os limites entre os dois, como sabemos, sempre foram pouco claros. O trabalho das mulheres, mesmo sendo formal – em grandes fábricas – teve com frequência um caráter informal”.⁹³

Nas narrativas das trabalhadoras entrevistadas, as situações de trabalho que vivenciaram nos fornecem um conjunto de informações sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho, incorporando uma luta constante contra a desqualificação da execução das atividades quando relacionadas ao gênero. São elas apontam os assédios sofridos como precarização das condições de trabalho, apontam também, as dificuldades existentes pela enxurrada de preconceitos e rejeições sofridas quando estão gestantes. As referências que foram surgindo nas interpretações das experiências compartilhadas entre mulheres e elencadas por elas são fundamentais para entendermos o protagonismo delas na reflexão e no fazer cotidiano como trabalhadoras.

As dificuldades para encontrar trabalhos com garantias trabalhistas estão presentes na vida de todas, assim, como também encontraram alguma dificuldade ao acesso aos direitos sociais, seja pela espera, seja pela falta de documentos atualizados, ou por muitas vezes precisarem ir às

⁹⁰ Ibidem, p. 69-82.

⁹¹ Ibidem, p. 75.

⁹² Ibidem, p. 73.

⁹³ JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho**. Revista *Mundos do Trabalho*, vol.1, n°2, p. 155.

Instituições na busca de informações relativas aos serviços oferecidos. Esses caminhos ficam mais viáveis quando conhecem alguém que já tenha passado por ele, porque conferem aos que já conseguiram participar dos programas sociais ou empregos como sujeitos com experiência disponível para auxiliar e instruir dentro da rede de diálogos.

Algumas reflexões na Sociologia, voltadas à análise da precarização das relações de trabalho e da vida dos trabalhadores são aqui mencionadas, classificando como a nova lógica dentro do capitalismo, o neoliberalismo tem como objetivos criar uma série de problemas para a classe trabalhadora, mas não acabar de vez com ela: torná-la mais dependente dos circuitos capitalistas, racionalizar emprego e controlando a reserva de mão de obra, influenciar a competitividade e divisões entre sujeitos, recorrer à crítica ou difamação das participações políticas e as pautas reivindicatórias desses sujeitos subalternizados que chegam em estâncias do Estado, por vezes, esvaziam os sentidos das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, atacando o Estado como um lugar fora das relações sociais.⁹⁴

O Sociólogo Ricardo Antunes menciona que com o neoliberalismo o que acontece é a destruição do “modelo social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social”, a partir de desregulação e privatizações. Segundo o autor, essa crise acontece pela adoção ou proximidade com as políticas da agenda neoliberal⁹⁵.

Os sociólogos Guilherme Leite Gonçalves e Sérgio Costa em seus estudos sobre os impactos promovidos pelo capitalismo nos últimos anos nos projetos para áreas portuárias, em particular no Brasil, vão considerar que o quadro de degradação se agrava no Governo de Michel Temer e no de Jair Bolsonaro

O próprio gabinete ministerial montado pelo presidente em exercício confirma esse objetivo duplo: desfazer os pequenos avanços no combate à desigualdade e assimetrias de poder observados durante o lulismo e suspender todas as barreiras legais e políticas ao avanço do capital sobre os recursos públicos, os bens comuns (como o meio ambiente) e a vida e os corpos da população trabalhadora⁹⁶.

As formas estruturadas no Estado brasileiro a favor dos avanços do capital e a total despreocupação com emprego, renda, meio ambiente, saúde pública, educação pública nesses últimos anos, após o golpe político ocorrido no ano de 2016, que impediu a continuidade do Governo de Dilma Rousseff como presidenta do Brasil, elevaram as situações de precariedade para a classe trabalhadora, engendrando uma série de bloqueios e cortes no orçamento público e dos programas sociais desenvolvidos para trabalhadores e trabalhadoras em suas diversas contingências. E com esse terrível avanço, obviamente, as mulheres pobres, não brancas e trabalhadoras precarizadas

⁹⁴ ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000, p. 38.

⁹⁵ ANTUNES, Ricardo. 2000, p. 40.

⁹⁶ GONÇALVES, Guilherme Leite. COSTA, Sérgio. Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 110.

amargaram logo cedo as formas violentas de desigualdade promovidas em escalas.

Nos últimos anos, 2020, com chegada de uma pandemia que foi uma grande fatalidade para toda a humanidade, vimos grupos políticos dentro do Brasil ignorar todas precauções e orientações das diversas áreas da saúde, não apenas porque estavam decididos a não acreditar na letalidade do vírus, mas porque viram nela a possibilidade de impedir a ampliação de demandas sociais, estagnar processos relacionados à educação, culpar os preocupados com a transmissão do vírus, cortar gastos públicos, disseminar informações confusas e falsas, valorizar de forma cínica o retorno das atividades sem critérios dentre tantas outras situações que colocaram lado a lado os interesses de capitalistas e grupos políticos.

É nesse contexto que o desemprego e as experiências precárias são denotadas pelas trabalhadoras entrevistadas. Além disso, vão apontando que situações de precarizações vem e vão, pois se tratando de desemprego, dificuldades relacionadas a manutenção da família são sentidas por elas, mas também por seus familiares de outras gerações.

Refletir e avaliar sobre as próprias condições de manutenção de trabalho individual e familiar invocam as observações que elas determinam como momentos muito difíceis, considerado que é ser ou vir de uma família grande e humilde e, organizando uma memória de trabalho que inicia ainda na infância até a fase adulta, costurando as memórias a partir das buscas por trabalho, a aprendizagem de uma profissão indicando sempre movimentos: viver aprendendo para trabalhar e trabalhar enquanto aprende.

Uma das entrevistadas, a dona Sherlene Gurgel Cardoso, que é dona do único quiosque existente na Balsa Vermelha, nos ajuda a compreender alguns dos momentos considerados difíceis para a família, pautando que organização da própria família se fazia necessária para que a renda fosse adquirida, mas também para perspectivas para os filhos fossem alcançadas:

A gente precisava trabalhar pra ajudar, porque a gente sempre foi uma família muito humilde, muito humilde, entendeu? E a gente ajudava de todas as formas em casa. Foi preciso e foi necessário, não fomos obrigados, mas era necessário trabalhar pra ter nossas coisas, pra comprar... eu lembro que eu meu pai recebia cinquenta reais por semana pra poder sustentar uma família que tinha o quê? Sete pessoas. E a gente passou momentos muito difíceis, e aí, a Val [irmã mais velha] já trabalhava, minha outra irmã já trabalhava e aí todo mundo procurava o que fazer... nossa família sempre foi muito esperta tanto que hoje todo mundo tem suas coisinhas pra fazer.⁹⁷

Os trabalhos ainda que não fossem obrigatórios, tomavam conta da rotina das crianças e adolescentes da família, como uma percepção de que isso amenizaria as dificuldades sentidas. Essas mulheres adultas hoje contando suas trajetórias e avaliando que foi ainda na infância que aprenderam a observar o estado de precariedade que as famílias estavam submetidas. Manter-se

⁹⁷ Sherlene Cardoso Gurgel. Entrevista no dia 24 de março de 2021. Na Balsa Vermelha – Centro de Manaus.

atentas às aprendizagens e conquistar novos ofícios eram a força vital para também fazerem parte do objetivo das famílias para conseguirem viver com oportunidades. O senso de coletividade aparece com frequência quando todas e todos estão sujeitos ao desemprego, a fome, aos trabalhos exaustivos dia após dia sem conseguir suprir o básico para a família porque são mal remunerados pelos seus serviços, mas é possível ver também na realização de conquistas.

Na trajetória da Sherlene, manter a família como unidade de auxílio e de aprendizagem desde criança não desaparece quando se torna adulta, pelo contrário, esses aspectos serão reforçados ao passo que vivem. Ela vai direcionar essas práticas em vários momentos de sua narrativa: nos momentos de doenças, nas decisões sobre mudança de trabalho, na criação das crianças que vão nascendo e crescendo ou no almoço de domingo entre familiares.

O trabalho como uma forma de sobrevivência na cidade, entre as pessoas que estão inseridas numa economia monetária transparecem como forma de interação, um eixo da vida social muito importante e que é valorizada pelas entrevistadas, pois a partir das relações que vão constituindo, imprimem diálogos em torno da falta de oportunidades melhores, e no caso, as entrevistadas realizam reflexões sobre os sentidos do trabalho e como o desemprego também as atingem, e isso por vezes significa lidar com a submissão atribuídas a elas pelos pais ou marido.

Vejamos quais são os sentidos atribuídos pela entrevistada, a dona Elizanete Lima Ruiz que à época da entrevista era vendedora e bebidas no quiosque na balsa verde o significado para o trabalho, não somente como parte do sustento, mas de uma realização.

Como é o trabalho? O que ele significa pra ti?

Ah! Pra mim ele representa muitas coisas, é que aqui que tiro meu sustento, sustento minha casa, minha família, minha curtidão. É tudo pra mim meu trabalho. Uma pessoa que não trabalha, eu não sei como vive.

Já teve algum momento da tua vida que foi difícil buscar trabalho?

Já. Foi difícil. É um sentimento de que não pode realizar uma coisa que a gente quer.

Havia críticas sobre você não trabalhar?

É que assim, eu mesmo não trabalhando, não tendo renda fixa, eu sempre me virei. Eu tenho uma amiga aqui no Centro que ela vende, quer dizer, acho que até hoje ela vende salgado, e duas vezes na semana ela precisava de alguém para ajudar ela, que é pra ter mais produção, e eu ia lá ajudar ela. Já dava uma graninha⁹⁸.

É por meio do trabalho que a entrevistada pode dar conta de uma série de outras responsabilidades e seus próprios desejos, o trabalho se apresenta para ela como um fundamento importante de identificação de si e de outros que também tomam o trabalho como lugar de interesses, de organização social, de convivência, e ainda estejam longe das referências de fixidez do trabalho considerado formal, é por meio das atividades cotidianas que elas “se tornam viradas”, expressão de articulação dos sujeitos no mundo do trabalho.

⁹⁸ Entrevista com Elizanete Lima Ruiz no dia 24 de março de 2021, na balsa verde, duas semanas antes de ser desativada para os comerciantes que estavam nos quiosques.

Encontramos no texto do literato Alessandro Portelli referências das vivências de membros pertencentes à cultura apalachiana⁹⁹, observando como a pobreza é para além de uma determinação da ausência de bens materiais, produzindo aspectos sociais e constituição de subjetividade nos sujeitos: a humilhação, o consumo, o amor familiar, orgulho, autonomia e viver em uma economia não monetária. Porém, ainda que as memórias dos moradores entrevistados apontassem referências sobre os modos de organização de pequenos grupos das montanhas apalachianas, baseado numa relação de mútuo, existe também referências como trabalhos assalariados, principalmente, na introdução da exploração de minérios trouxe às comunidades outras formas de trabalho e experiências de consumo, de identificação por setores externos e o surgimento de críticas sobre os modos de vida e da relação com as pessoas de fora da comunidade.

As experiências de trabalho que se alternam ou são vivenciadas ao mesmo tempo pelas entrevistadas: o assalariado com direitos trabalhistas e o informal na produção a partir da venda de alimentos, bebidas e até mesmo transportando mercadorias, ambos são importantes ao longo de suas vidas e são parte cabedal de experiências compartilhadas com companheiras e companheiros nas configurações do trabalho.

Na entrevista com a dona Rosângela, em 2012, que á época trabalhava como repositora de mercadorias numa loja distribuidora, conseguindo fazer os serviços de transporte de mercadoria até os carros e até as balsas para aumentar a renda, quando os clientes da loja acabavam pagando algum valor pelo serviço dela. Ela contou com entusiasmo o feito de conseguir trabalho através do Sistema Nacional de Emprego – SINE, sob coordenação do Ministério do Trabalho, sendo necessários para o cadastro alguns documentos como Carteira de Trabalho e Previdência Social e o Cadastro de Pessoa Física.

Eu entreguei meu currículo no SINE e me chamaram pra essa loja. Nunca tinha trabalhado de repositora, aí eu aprendi.

Só trabalhei de carteira assinada. Acho que pra mim não vale a pena trabalhar avulso, porque todo mundo quer ter seus direitos, um dia quero ter os meu, quero ter minha carteira assinada, quando eu pegar minha conta receber meus direitos, porque avulso a gente não recebe nada. Tem muito patrão safado, realmente dizer assim, paga ali aquela diária, mas isso aí não é valorizado não.

Aqui eu trabalho repondo, subo, desço escadas. Se não tem ninguém pra entregar, eu digo que eu vou, vou ali na beira. **A senhora ganha alguma coisa fora do seu salário?** Quando eu carrego na beira, aí eu tiro meu descanso, aproveito e ganho dez, cinco, principalmente sábado e domingo, tem dia que eu faço trinta, cinquenta.¹⁰⁰

O trabalho assalariado, com direitos trabalhistas somado ao trabalho ambulante na região portuária, também foi uma necessidade para Grece Kelle, que há algum tempo trabalha como

⁹⁹ PORTELLI, Alessandro. Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana”. In: Ensaio de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

¹⁰⁰ Rosângela Vieira Furtado. Entrevista cedida em outubro de 2012.

frentista em um posto de gasolina, mas que precisava da renda na banca onde dividia as atividades com a Juliane, na primeira entrevista dialogamos sobre essas experiências

Hoje em dia, o teu trabalho é no posto de gasolina, com carteira assinada, não é? Quais são as diferenças, o que tu pode comparar entre lá e aqui?

Lá o que é importante são os nossos direitos, nossos benefícios, porque querendo ou não, você vai ter. E aqui [porto] não terá direito.

Aqui se ganha dinheiro todos os dias, mas em compensação, se não guardar um pouco não tem dinheiro. Lá vai ter dinheiro por quinzena, aí, tem que esperar, quando recebe já fica lisa, e espera novamente. No contracheque tem um valor, tem periculosidade, tem adicional noturno, mas acontece que a gente não recebe tudo, porque quando falta alguma coisa no teu caixa, é descontado.¹⁰¹

As observações das entrevistadas quanto aos modos que empregadores têm estabelecido as perdas ou prejuízos na conta das trabalhadoras e dos trabalhadores é base para a crítica delas ao comportamento do patronato. Essa prática se estende às diversas modalidades de trabalho, mas sobre um salário mais justo, melhores condições de trabalho ou horários que possam dar tempo de qualidade de vida para a reprodução social as trabalhadoras e trabalhadores acabam por conseguí-los trocando de emprego ou por meio de movimento maior. Vez ou outra, a forma para conseguir que algum interesse seja atendido pelo patrão, colocam as trabalhadoras no acúmulo de funções ou pelos pedidos dos patrões depois que atendem um pedido que passa a ser visto como um favor, como dona Rosângela que critica outros empregadores, mas o dela que o tinha “ajudado” com o adiantando o pagamento a ser descontado em alguns meses para que ela fizesse a reforma a casa dela, era um bom patrão.

A Juliane também conta como o trabalho no comércio da Balsa Amarela também não foi fácil para ela, e dispensada após alguns dias internada no hospital, o que é uma prática comum dos patrões que pagam por diária ou por semana, sem vinculação trabalhista formal.

Esse aparato da comunicação entre as mulheres entrevistadas pode ser denotado em diversas situações, como o dia em que a Juliane foi dispensada do trabalho que executava para um comerciante no porto, depois que descobriu que doença na vesícula, precisando faltar por alguns dias por internação hospitalar.

Eu tava parada também [sem serviço] e o dono do bar perguntou se eu queria, eu disse que queria. Só que eles são muito problemáticos e também eu só trabalhei dois meses com eles. Eu passei mal da vesícula e nem sabia que tinha problema na vesícula, daí foi a primeira crise que eu tive fiquei quatro dias internada no pronto socorro e quando eu voltei pra falar com ele já havia outra pessoa no meu lugar e ele me dispensou.

Daí eu fiquei aqui sentada olhando pro Rio, pensando meio perdida, e nessa hora, foi quando a mãe da Val me viu e perguntou “tu não vai trabalhar hoje não?”, e eu disse “Não. Seu Alexandre acabou de me demitir”. E ela disse “Pera aí! Ela foi lá dentro [do quiosque] pegou a chave e disse “pega, abre lá e vai trabalhar lá com a Val”. E era o fim de ano e fica só o terror aqui [muita gente], e como a Val tinha amanhecido aqui trabalhando e era umas 10h da manhã e ela não tinha conseguido

¹⁰¹ Grece Kelle. Entrevista cedida em 27 de março de 2024.

acordar pra vir abrir aqui. Aí eu passei o dia aí trabalhando já e daí já fiquei trabalhando com ela.

O reconhecimento das entrevistadas dos processos de dificuldades e das penas atingidas às mulheres promove a escuta e percepção, além da ação no rumo mais coletivo entre elas. Como mencionado, os vieses do capitalismo atravessam a todas e todos como uma marca indelével de promessas de conquistas individuais, de consumo, mas o que temos escutado são formas de diminuir os impactos das desigualdades sociais a qual estão submetidas, não caminhando sozinhas, estabelecendo os laços de solidariedades entre elas, o que nos permitem observar é a conciliação de histórias que vivem os modos opressores destacados às mulheres e demais sujeitos que constituem o círculo familiar e do trabalho.

A escritora feminista bell hooks, na obra “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, ao contextualizar como o movimento feminista por muitos anos lutou por uma igualdade no mercado de trabalho, com frequência ligada ao salário, mas que deixava de fora às origens socioeconômicas e raciais. Para a autora, esses aspectos precisam ser levados em consideração quando se luta pelo processo de igualdade, pois as oportunidades são constituídas de maneiras diferentes, e o capitalismo se vale dessa estrutura que ele mesmo cria e reforça. No intuito de colocar-se também como mulher que vivencia e observa, a autora qualifica que “aprendi com minha própria experiência que trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina”.¹⁰²

É na seara das relações de trabalho, com outras mulheres, que algumas delas vão buscando outras alternativas transformadoras para elas, como a inserção dos espaços de educação escolar, ou o reconhecimento das violências e submissões que são recorrentes ao longo de suas trajetórias. Mas até chegarem ao ponto de reconhecer e dialogar sobre as mais diversas exigências às mulheres, que estão imbricadas nas estruturas sociais, as entrevistadas vão dando noções em torno de como se apresentava o mundo para elas enquanto crianças, enquanto adolescentes, e depois na idade adulta, nascidas na classe trabalhadora, vivenciando algumas vezes, o processo de trabalho, de migração, aprendizagem no meio familiar.

¹⁰² hooks, bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, p. 81.

2.2 Criando espaços de trabalho na cidade de Manaus

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no ano de 2021 teve a população estimada em 2.225.903, com território aproximado em 11.401,092km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰³, trata-se de uma cidade situada às margens do Rio Negro, e historicamente, passou por várias transformações nos espaços. A historiografia da região nos ajuda a compor os processos que os trabalhadores e trabalhadoras vivenciam na cidade de Manaus, ao dar a ver as lutas pelo viver e trabalhar, questionando os projetos que possuíam como caráter a política de exclusão.

Este tópico busca compreender e dialogar com as percepções das mulheres entrevistadas em suas trajetórias sobre os conflitos do meio urbano e como elas foram organizando e articulando com outras trabalhadoras e trabalhadores as atividades essenciais para sua sobrevivência. Nesse propósito, os diálogos com as mulheres se coloca como processo de reconhecimento dos limites impostos aos trabalhadores e trabalhadoras, limites que são conduzidos pelas estruturas do Estado e da Prefeitura, tendo como aliados os jornais locais, ressoando em meio social aspectos sobre a área portuária que são repetidas vezes escutadas pelas trabalhadoras, e que elas apontam como negativas ao reconhecimento das experiências de vida da área portuária.

Interessa também reconhecer como o espaço urbano de Manaus têm sido constituído como um lugar de prosperidade, muitas vezes alocada para as elites, em seus projetos de desenvolvimento para a região, por meio da exporação da mão de obra. A historiografia da região tem avistado essa narrativa em diversas fontes, porém, dedicou denotar também os elementos que os trabalhadores e as trabalhadoras constituíam, costurando as práticas do cotidiano, dando a ver a rede de ações e solidariedades empenhadas em proferir e demarcar sua presença no meio urbano.

Com isso, conseguimos ver que Manaus, no início do século XX, ganha características que desenvolviam e projetavam tendências às demandas de negociantes que chegavam à cidade: novas arquiteturas, novas dinâmicas e novas atividades cada vez mais tensas às trabalhadoras e aos trabalhadores na reprodução de bens que favoreciam aos donos dos negócios, além dos modos de vida que se definiam quase sempre pelos desejos e pelas ordens burguesas dispostas nas relações desiguais no cotidiano, nas legislações e nas referências constituídas nos periódicos ligados a esses interesses.

Na obra “A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)”, a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro traz as experiências de trabalho e vida de trabalhadores da cidade de Manaus, sobretudo, as dos estivadores do Porto, pontuados pela historiadora como

¹⁰³ O último censo, publicado no ano de 2010, estima para a cidade de Manaus 1.802.014 habitantes. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>.

contraponto à historiografia que tenha na concepção o engajamento pelas saudações às expectativas de aburguesamento da cidade, propondo que a veiculação de uma cidade suntuosa possuía o interesse em escamotear os conflitos existentes. O trabalho acompanha as relações que envolvem as reivindicações dos estivadores, que para a autora trata-se da operação que considere a potencialidade de lutas e de organização da categoria¹⁰⁴. Portanto, o caráter de centro urbano, que é tomada pelas introduções de investimento estrangeiro em Manaus, tinham como objetivo a exploração de recursos da região, a exploração do comércio e da mão-de-obra, ampliando espaços que pudessem ter conformidade nesses interesses. A capitalização de recursos também interessava ao Estado, pois a partir daí, mantinha a possibilidade de arrecadar. Sabe-se também dos conflitos existentes na cidade e das condições de precarização da vida de trabalhadores evidenciada nos documentos produzidos pelo próprio Estado e noticiadas em periódicos da época, para além da enxurrada de notas preconceituosas sobre os modos de viver da população empobrecida¹⁰⁵. As possibilidades de lutas e reivindicações constituídas ao longo dos anos pela categoria trabalhada na obra tem auxiliado a pensar sobre as estratégias que estes trabalhadores organizaram para viver mediante a carestia da vida na cidade, o aumento das jornadas de trabalho e os riscos de vida ao exercerem as atividades no Porto¹⁰⁶.

Em obra posterior, Maria Luiza Ugarte Pinheiro juntamente com o também historiador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro constituíram um importante panorama das relações sobre o viver e trabalhar na cidade de Manaus, na perspectiva da base social preocupada em reconhecer e valorizar experiências de trabalhadores e trabalhadoras,

é importante argumentar que a cidade que se expandiu e modernizou para assumir o posto de entreposto comercial da borracha necessitava de braços tanto quanto os seringais do imenso sertão amazônico e, desta forma, logo cedo Manaus se encheu de trabalhadores, deslocando-se por suas ruas, praças e vielas, ou em agitadas idas e vindas entre o porto e a cidade. Pelas mãos de estivadores, carregadores, catraieiros e carroceiros escoaram não apenas borracha chegada dos seringais, mas também as mercadorias que vinham de todas as partes do mundo e que faziam de Manaus uma animada praça comercial a anunciar em seus novíssimos magazines as novidades do mundo.¹⁰⁷

Os autores evidenciam a intensa participação de homens e mulheres de diversas origens, nacionais e estrangeiros, na composição das atividades em Manaus, como no comércio, no setor de

¹⁰⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 3 ed. Manaus: FUA, 2015, p. 153.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 169-170.

¹⁰⁶ Na obra há menção de que tanto para o lado dos proprietários de firmas, quanto pelo lado dos trabalhadores havia conflitos internos que deixam os acordos e tensões ainda mais complexas, no entanto, importante para classificar os modos operacionais de apoio às estratégias tomadas em casos de reivindicações e greves dos trabalhadores, e no caso dos burgueses, estratégia de esfacelamento do movimento. Ver capítulo 3 “Escrevendo a própria história”.

¹⁰⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p.31-32.

serviços e na indústria. Trazem no corpo da obra a atenção sobre a inserção das mulheres nas vagas de trabalho nas fábricas de roupas, ateliês de costuras ou nas atividades como ambulantes e domésticas. Preteridas nos espaços de qualificação maior para as fábricas, não significava que não estivessem por todos os outros espaços¹⁰⁸. Além desse aspecto apontado na obra, o interesse em observar as cargas de preconceito a que eram submetidas as mulheres negras, ou conforme mencionado pelos autores, os “preconceitos associados à cor e aos pobres”¹⁰⁹.”, arrematando contextos de separação social das mulheres em melhores oportunidades de emprego, difundido pela ocorrência do racismo e da origem humilde.

Outra historiadora que se debruçou em compreender a composição do trabalho em Manaus foi a historiadora Deusa Costa que, observando as formas de participação das mulheres no viver na cidade analisa em sua obra o caso das alunas no Instituto Benjamin Constant, criado no século XIX.

aí se aprendia desde música erudita e língua estrangeira até prendas domésticas, preparando as moças para costura, bordado, forno e fogão. Ao que tudo indica, visava principalmente a preparação para o casamento e o magistério primário. No entanto, as outras atividades acima descritas tinham um aproveitamento no mercado de trabalho urbano de serviços, o que significa também uma preparação dessas moças como força de trabalho qualificada.¹¹⁰

Além da existência de uma Instituição que tivesse por objetivo ensinar as atividades que recorrentemente eram destinadas às mulheres para o lar ou como força de trabalho para o comércio, serviços e indústria, havia urgência em reprimir condutas e estabelecer códigos morais que dessem conta do controle sobre as mulheres nos espaços na cidade, e os lugares que estavam eram diversos, ainda assim, os jornais professavam em forma de humor ou com críticas ferrenhas sobre o universo do trabalho feminino, constituindo os diários como um espaço para manifestar apoio às normas ligadas à burguesia¹¹¹.

As práticas de controle exercidas pela burguesia seja ela orientada pelo capital ou em relação ao Estado constitui um verdadeiro campo minado às trabalhadoras e trabalhadores que vivenciam os espaços urbanos, afetando as condições de trabalho, sujeitando a situações vexatórias e humilhantes no intuito de afastar uma parte considerável e diminuir a força das relações que pessoas comuns constituem umas as outras nas espacialidades de trabalho, que também são relações dos sujeitos que se definem por suas sociabilidades e na constituição de suas próprias trajetórias. É importante pensar que a prática de asfamento da população do espaço da área portuária não se pretende com a sua retirada completa, pois esses novos projetos geridos por grupos alinhados ao capital não se sustentam com a ausência da mão de obra, mas se definem pelos modelos de

¹⁰⁸ Ibidem, 2017, p. 37-38.

¹⁰⁹ Ibidem, 2017, p. 39-40.

¹¹⁰ COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915). Editora Valor, 2014, p. 82.

¹¹¹ Ibidem, p. 18-45.

investimento e de organização compatíveis com ideais que sejam atrativos à própria burguesia.

Na tese do historiador Leno José de Souza Barata na obra “Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas” ao analisar trajetórias dos moradores e moradoras das casas de madeira flutuantes às margens do Rio Negro observa as constantes iniciativas e discursos do Governo do Amazonas e de outros profissionais comprometidos na retirada dos moradores dessas áreas próximas ao Centro de Manaus, colocando-os como responsáveis de toda a sorte de problemas existentes nessa região, sem estabelecer conexões com a ausência de serviços como abastecimento de água, saneamento, energia elétrica ou circulação entre o Rio e a margem¹¹².

Essa postura de responsabilizar os trabalhadores e trabalhadoras pelas situações as quais são submetidos também é histórica, e nega a percepção e a compreensão dos aspectos no cotidiano que passam esses sujeitos, assim como ignora as relações que esses possuem com suas próprias trajetórias e com a experiência de viver em meio urbano. dificuldades do cotidiano, ou as relações desses sujeitos com suas próprias trajetórias.

São esses alguns elementos para pensarmos as difíceis formas de organização na cidade que perpassa quase todo o século XX, quando o Estado constitui práticas e narrativas que reforçam o imaginário de desqualificação sobre os trabalhadores e trabalhadoras pobres tensionando os espaços públicos, limando as possibilidades de diálogo e a busca de soluções que qualifiquem o viver na cidade. Reconhecendo a presença da população, mas poucas vezes, considerando as experiências de vida de tantos outros moradores do meio urbano, atribuindo aos trabalhadores às trabalhadoras a falta de zelo e organização, enraizando a noção de que é preciso controle sobre a população. Esse reforço das práticas de controle que demarcam as divisões sociais vai na contramão do que as próprias trabalhadoras tem trazido como referência de melhorias na cidade, da valorização dos saberes e fazeres, da participação popular, costurando e alinhando percepções e projetos através de suas relações e experiências.

Os efeitos dos projetos para a área portuária podem ser compreendidos de maneira mais ampla na obra da historiadora Patrícia Rodrigues da Silva que observa os modos de viver e trabalhar de sujeitos na área da Manaus Moderna entre os anos de 1967 a 2010, proporcionando uma série de reflexões em torno das disparidades existentes sobre os projetos do poder público, muitas vezes, relacionado com o capitalismo.

Em outras palavras, essa guerra de lugares, em que, de um lado, busca-se realizar um alisamento daquela espacialidade, almejando retirar dali qualquer vestígio de seus usos mais tradicionais e procurando imprimir novos usos vinculados ao capital, como por exemplo, o desejo de transformar aquele espaço em um parque turístico; e, de outro lado, as resistências a esses novos usos têm se colocado através das histórias de idas e vindas de antigos moradores e trabalhadores que

¹¹² SOUZA, Leno José Barata. Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, 2010, p. 195-220.

reivindicavam a legitimidade de ocupação.¹¹³

Esse percurso historiográfico é importante para qualificar a dimensão de como os sujeitos que trabalham são continuamente lembrados como necessários aos processos de constituição e manutenção dos espaços, perpassando pelas dificuldades criadas por grupos que possuíam poder econômico, político e o controle de informações que circulavam no meio urbano.

A partir daqui, vamos percorrer os diálogos com as trabalhadoras da área portuária do Centro de Manaus, inserindo o conjunto de experiências significativas relacionadas aos modos de viver, pensar e trabalhar que são importantes na sustentação econômica e que traduzem os modos de viver de uma cidade na região norte do Brasil. Um ponto a ser considerado nesse item da tese é como elas têm observado os projetos e os discursos que surgem de fora da área portuária, e que têm ignorado as experiências dos sujeitos que vivem e trabalham.

A percepção de uma visão negativa sobre a área portuária, concebida em ambientes externos à área portuária surge muitas vezes como um ponto de crítica nos diálogos com as trabalhadoras, entendendo como narrativas intencionais para desgastar a imagem sobre o lugar e as pessoas que ali estão.

A partir das entrevistas, denotamos que a circulação das mulheres se faz em diversas espacialidades da cidade, e assim, tendo o trânsito no meio urbano, possuem dimensões notáveis do que ocorre na cidade, direcionando e explicando algumas relações de trabalho que vivenciaram, sobretudo, quando a força institucional recai sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

Na entrevista da Juliane Monteiro, a trabalhadora lembra quando teve que encerrar o trabalho de vendas de salgados nas ruas de Manaus, isso à época que o Prefeito era o Arthur Virgílio Neto que tem como prática de governo a retirada das trabalhadoras e trabalhadores de avenidas e ruas do Centro.

E com ele tu trabalhou com a venda de salgados por quanto tempo? Foi quatro anos. **Quatro anos?** Foi. Foi quando aconteceu isso aí de tirar os camelôs.

Como foi ver que a Prefeitura, era o Arthur na época, tirando o espaço de trabalho de vocês?

Cruel, né? Como a gente não tinha como esperar, não era fixo e então, acabou, acabou. Aí, eu fiquei parada por um bom tempo, acho que uns três anos¹¹⁴

Mais um momento onde a preocupação se estende sobre a necessidade pelo trabalho ao tempo que situa a característica sobre o trabalho no espaço do Centro como algo não é fixo. Assim, notamos que a referência do que pode ser fixo ou não para a Juliane vai se modificando ao passo que concebe suas experiências de trabalho, é um processo: “não era fixo”, quando a vizinha não

¹¹³ Ibidem, p. 239.

¹¹⁴ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida em 2020.

produzia todos os dias, não existindo a constância de trabalho diário; “era fixo” no momento que passa a trabalhar todos os dias com a venda de salgado no Centro, com acordos estabelecidos entre ela e o fornecedor; e “não era fixo” a circulação e permanência de atividades de venda do salgados por não possuir a autorização da Prefeitura.

As atividades por ela realizada já possuíam seus desafios diários, e a expulsão dela e demais trabalhadoras e trabalhadores ambulantes, os colocam, como mencionado por Juliane, no lugar cruel, que é não ter como realizar suas atividades, não poder trabalhar. Além desses trabalhadores ambulantes ficarem prejudicados, podemos supor que outras trabalhadoras e trabalhadores que também se beneficiavam do comércio de alimentos mais baratos no Centro também tiveram seu cotidiano importunado.

Os diversos planejamentos sobre a espacialidade são percebidos e dialogados entre as trabalhadoras e trabalhadores, que estão atentos aos interesses e práticas da Prefeitura. A classe trabalhadora também tem suas propostas, percepções e objetivos no meio urbano, sobretudo, para manter-se em atividade, conseguindo sustento pra si e seus familiares. Passa pelos diálogos da classe trabalhadora o reconhecimento de sua presença essencial nos espaços urbanos, enquanto trabalhadores, moradores, produtores de saber, entendendo que é através da participação, do diálogo mais amplo em meio social que as suas experiências podem demarcar projetos de melhoria para os sujeitos e para o próprio meio urbano. No entanto, também identificam, como vamos ver mais adiante, que é necessário que quem governa também procure o diálogo com os trabalhadores e moradores, que a força institucional se apresente mais como uma busca de diálogo com os sujeitos, e menos como uma força dispersão, violência e narrativas inverídicas.

Então, como as trabalhadoras da área portuária que tiveram suas vidas marcadas pelo trabalho, e também, por diversas formas de exclusão individual e coletiva têm conseguido sobre(viver)? Qual é força da organização coletiva e o quanto dos aspectos da memória foram e são essenciais para estabelecer validade e permanência nos espaços de trabalho, ou colaborar nas mudanças de rotas desatando os nós que as envolviam relacionamentos violentos? Como tem conseguido estabelecer suas trajetórias arraigadas aos modos de vida da região, ao tempo que o mundo todo sofre as pressões neoliberais?

Esses questionamentos são importantes, pois ao tempo que as trabalhadoras estão lutando diariamente e tentando fazer seus direitos, outros projetos políticos do meio urbano vão sendo difundidos com a força do capital, de uma memória dos vencedores, demolindo o processo de participação democrática no meio urbano, tendo como intenção divisões sociais.

Trata-se de um projeto político de dimensão global, como menciona a filósofa Marilena Chauí, onde os neoliberais estabelecidos no mercado ou no Estado se utilizam da chamada “ideologia da competência”, tomando a transformação da ciência em força produtiva, ampliando a constituição de uma relação desigual que se estabelece através daqueles que possuem conhecimento, portanto, possuidores do direito de “comandar os demais em todas as esferas da vida social, de sorte que a

divisão social das classes é determinada pela divisão entre os especialistas competentes, que mandam, e os demais incompetentes, que executam ordens ou aceitam os efeitos das ações dos especialistas”.¹¹⁵

Chauí chama essa estratégia como a mais “nova política devastadora” que impõem barreiras a participação dos cidadãos, imprimindo neste período neoliberal uma narrativa e ações que dão destaque para os assuntos de especialistas nas mais diversas áreas, com o propósito de afastar manifestações consideradas coletivas, de comunicação com e entre a classe trabalhadora que vivencia os espaços, dialoga sobre os problemas no meio urbano e rural, percebe as mudanças e ausências de serviços públicos, que tenham por objetivo promover e manter ações de bem-estar social.

Essa combinação de interesses e práticas do discurso competente na diminuição da participação cidadã, é ligada ao projeto Estado mínimo, nele não há espaço para a preservação da democracia, para os diálogos no meio social que promovem participação pública, para a visibilidade dos grupos que estavam ou estão em situação de vulnerabilidades e muito menos a luta por direitos sociais.

Há de se observar também, o impacto que matérias produzidas nos jornais locais qualificando a presença de trabalhadores e a ausência de uma força que possa controlar o que é considerado “problema de longa data”. A narrativa se constitui apontando as dificuldades e as experiências de precarização de vida na área portuária de Manaus dos trabalhadores e das trabalhadoras, e as enterram em pilhas de preconceitos partilhados nos jornais, reforçando o interesse do ordenamento de um espaço que transpareça uma Manaus Moderna, com características apoiadas nas expectativas das classes dominantes, desejosas de que o espaço se torne o empreendimento aprazível aos turistas e visitantes.¹¹⁶

Não à toa que ao longo das leituras e análises dos jornais, e das publicações das assessorias de comunicação¹¹⁷ da Prefeitura, vamos encontrando as motivações de líderes políticos, embaladas nas memórias personalistas que reforçam as projeções e as realizações de modificações das

¹¹⁵ CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo Cortez, 2014, p. 322.

¹¹⁶ “Cheias do Rio agravam ainda mais a bagunça da Manaus Moderna – A falta de estrutura fiscalização sobre o trânsito e a ‘multidão de ambulantes’, transforma o cartão postal em cenário de caos”: Matéria publicada no dia 24 de maio de 2017 pelo Jornal A Crítica. <https://www.acritica.com/manaus/cheia-do-rio-negro-agrava-ainda-mais-bagunca-na-manaus-moderna-1.87484>. “Falta de higiene e estrutura da Feira Manaus Moderna espantam clientes”. Matéria publicada no dia 24 de março de 2019 pelo Jornal Em Tempo: <https://emtempo.com.br/manaus/141308/falta-de-higiene-e-estrutura-da-feira-manaus-moderna-espantam-clientes?d=1>

¹¹⁷ No Guia de Comunicação Pública, vinculado a Associação Brasileira de Comunicação Pública – ABCPública, menciona que a mídia pública e instrumentos de informações oficiais “englobam esforço de comunicação planejado, coeso e contínuo, que tem por objetivo estabelecer adequada percepção da atuação e dos objetivos institucionais”, tendo como prática da comunicação “agregar valor à marca, consolidar posicionamento, gerar identificação e reconhecimento, estreitar relacionamento com públicos de interesse, ampliar venda de produtos e serviços, divulgar programas e políticas de atuação, por meio da aquisição do direito de associação da imagem do órgão ou entidade do Poder Executivo Federal (estadual, ou municipal)”. Guia de comunicação pública / Organização: Armando Medeiros, Lilian Chirnev. – Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021, p. 35; 45. <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2023/03/GUIA-DE-COMUNICACAO-PUBLICA.pdf>

localidades da cidade, como por exemplo, no ano de 2014, enquanto prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, implanta o projeto Galerias Populares, deslocando os vendedores ambulantes das ruas para prédios reformados, mas sem contemplar todos os trabalhadores. A informação de só alguns trabalhadores seriam contemplados ou quanto tempo aqueles que não foram contemplados poderiam ser estabelecidos no prédios reformados não aparece nas publicações da Assessoria de Comunicação da Prefeitura, pois esse espaço, o da Assessoria de Comunicação tinha como objetivo divulgar um projeto personalista do prefeito indicando aspectos que dessem conta de prestígio do mesmo na cidade, tais como a menção, “o Prefeito acompanha a transferência de camelôs e é aplaudido de pé no Centro”, laureando a si e fundamentando a preservação do monumento que alude à constituição de Manaus enquanto cidade que foi cercada por comércio ambulante. A preservação do monumento passou por um interesse pessoal do prefeito, em detrimento do espaço de trabalho de dezenas de sujeitos, e isso fica exposto no material publicado pela Assessoria de Comunicação, que nas palavras do próprio prefeito se tratava de uma preservação dos feitos da própria família, “Antes, o obelisco estava com a visão parcialmente coberta por placas de barracas de comida. Pude ver o nome do meu pai e do meu avô nas placas. A cidade entra em uma nova fase”.¹¹⁸

Em outubro de 2021, a Prefeitura de Manaus junto com o Governo do Estado e diversas secretárias articularam a “Operação Orla Mais Segura”, o intuito foi segundo uma publicação da Prefeitura,

A ação atendeu reivindicações feitas pelos permissionários das feiras da Banana e da Manaus Moderna e teve o objetivo de combater o comércio irregular, identificar pessoas que precisam de assistência social, reduzir a criminalidade e promover a revitalização da área. Nas ruas Barão de São Domingos, Lourenço da Silva Braga, dos Barés e Leovegildo Coelho (praça dos Remédios), além das frentes das feiras de Manaus Moderna e da Banana, foram retiradas barracas, estruturas metálicas, lonas e outras armações utilizadas para a venda de produtos diversos.¹¹⁹

Chama a atenção a menção de que o projeto parte das “reivindicações feitas pelos permissionários das feiras da Banana e da Manaus Moderna”, onde podemos supor que o diálogo mais aproximado da Prefeitura tem se desenrolado com aqueles que já possuem licença municipal, porém, não é novidade que quando precisam e querem dividir grupos sociais, qualificam como aptos ao diálogo um determinado grupo, usando o repertório de aproximação com parte da população. Não demora muito para que na publicação da Prefeitura cite os objetivos e quais grupos foram retirados, descrevendo o resultado do trabalho.

¹¹⁸ “Prefeito acompanha a transferência de camelôs e é aplaudido de pé”. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. Publicada em 22 de fevereiro de 2014. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/manaus/prefeito-acompanha-transferencia-dos-camelos-e-e-aplaudido-no-centro/>

¹¹⁹ “Prefeitura promove ação de reordenamento urbano e social na Manaus Moderna”. Publicada em 20 de outubro de 2021. Comunicação Social da Prefeitura. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/acao/prefeitura-promove-acao-de-reordenamento-urbano-e-social-na-manaus-moderna/>

Ao longo da publicação há falas de secretários que destrincham quais as preocupações dos envolvidos na ação da Manaus Moderna e que foram situadas no planejamento, como informa o secretário municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc), Renato Júnior,

Essa ação integrada visa resgatar a ordem nessa área, reduzir a criminalidade e, conseqüentemente, trazer de volta as famílias que estavam acostumadas a frequentar as feiras e o entorno desses locais. O mercado Adolpho Lisboa é um dos cartões postais de Manaus e, com essa atuação, as pessoas poderão acessar melhor e com mais tranquilidade todos esses espaços.¹²⁰

Há uma frequência nas falas de prefeitos, governadores e de responsáveis pelas secretarias que é sobre o sentido de organização que se estabelece com a retirada das trabalhadoras e trabalhadores dos espaços públicos e a preservação da memória de prédios, de um tempo histórico voltado para o início do século XX em Manaus, período que muitos monumentos e prédios passaram a fazer parte da arquitetura urbana da cidade de Manaus demarcando projetos da própria urbanização do Centro. Essa perspectiva desconsidera as experiências e as reflexões dos trabalhadores e das trabalhadoras, ficando ausente na própria publicação a fala de permissionários ou qualquer um que tenha reivindicado a retirada de outros trabalhadores do entorno da feira. A fala de autoridade que declara “a volta as famílias que estavam acostumadas a frequentar as feiras e o entorno desses locais”, vai deixando vago o significado de família a que se refere, deixando de lado a existência das famílias de trabalhadores na própria área portuária, que rotineiramente tem movimentado e organizado diversas atividades que atendem toda a cidade de Manaus.¹²¹

A historiadora Maria Célia Paoli em um artigo chama a atenção sobre quais os sentidos constituídos na compreensão sobre memória e cidadania, indicando que a cristalização da memória e de materiais ou monumentos relegados a “uma imagem congelada do passado” produz atitudes que “é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais”, pois abstrata e presa a um sentido de passado a ser preservado: o “antigo” como forma de nostalgia, e outro ao mesmo tempo, do passado preservado para indicar que este foi “superado” pela modernidade, vai ceifando as possibilidades de histórias participativas, asseguradas em projetos mais amplos, onde os sujeitos se reconheçam como parte integrante das relações, na produção de “um direito ao passado que se faz como crítica e subversão constantes das versões instituídas”.¹²²

Com isso cabe nos perguntamos, quais são os sentidos constituídos pelas trabalhadoras da

¹²⁰ Assessoria de Comunicação

¹²¹ “Prefeito Davi Almeida acompanha revitalização em torno da Manaus Moderna e da Feira da Banana. Publicada em 21 de outubro de 2021. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/servicos/prefeito-david-almeida-acompanha-revitalizacao-do-entorno-da-manaus-moderna-e-da-feira-da-banana/>

¹²² PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. IN: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

área portuária que possibilitem ver o espraçamento de diálogos em torno de projetos e o desejo de participação. O que encontramos nas reflexões das mulheres são perspectivas interessadas nos sentidos partilhados entre sujeitos da área portuária que constituem e reformulam práticas e valores de preservação da memória da região, ligando suas origens, as formas de trabalho e aprendizagem, onde constituem os modos de vida para si, seus familiares e suas comunidades. Carregam o desejo por ajustes e melhores condições de trabalho e de vida na cidade que considerem também suas histórias, que observem o cotidiano de quem tem vivido em meio às dificuldades. Para as trabalhadoras e trabalhadores que lá estão, o Porto era e ainda é um lugar onde se pode começar do zero, quantas vezes forem necessárias, e não é sem sentido que a Juliane tenha qualificado essa retirada de sujeitos de suas atividades no Centro de Manaus como algo “cruel”, na compreensão de que quando retirados de suas atividades o retorno a elas nem sempre é imediato.

A busca por histórias das trabalhadoras está intimamente ligado ao entendimento de que elas podem e fazem articulações de cunho político, colocando no cotidiano as pautas urgentes da classe trabalhadora em diálogo na área portuária.

Em interessante texto do literato Alessandro Portelli “O que faz a história oral diferente?”, propõe a reflexão sobre como as fontes orais ajudam a ampliar os horizontes, e entender que o processo de compartilhar histórias de vida entre as pessoas não está exatamente em separar pelas diferenças, como tem constantemente trabalhado a história oficial e os sujeitos atrelados ao capital, mas o de constituir uma História participativa.

A história oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. A afirmação contrária, naturalmente, não seria totalmente infundada: o relato de uma greve nas palavras e memórias de trabalhadores, ao invés daqueles da polícia e da (sempre inamistosa) imprensa, obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar a distorção implícita naquelas fontes. Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante.¹²³

Com as narrativas e experiências das trabalhadoras propomos prescrutar as relações que se estabelecem no porto, sendo vívidas e transformadoras para quem constitui e depende das atividades ali realizadas. Durante a entrevista, por exemplo, não é difícil que ocorram pequenas pausas para as trabalhadoras falarem com outras trabalhadoras e trabalhadores articulando atividades, perguntando sobre o estado físico, emocional ou financeiro uns dos outros, além disso, dialogam entre si sobre os conteúdos das entrevistas realizadas afirmando e afirmando aspectos importantes da comunicação e das formulações de redes de solidariedade. Outra importante qualificação sobre suas reflexões são as reclamações que constituem sobre o que necessita a área portuária para ser adequada

¹²³ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 37.

para os seus trabalhos e de outras pessoas, indicando que conhecem os ritmos de trabalho e o valor da convivência.

Em diálogo com a trabalhadora Elizanete Lima, ela menciona por exemplo, como o trabalho no porto possui vários significados para ela, relacionando-os não apenas numa possibilidade de relações, mas de realizações.

Ah! Pra mim meu trabalho representa muitas coisas, é aqui [apontado para o chão do porto] que eu tiro meu sustento, sustento minha casa, minha família, minha curtidão. É tudo pra mim meu trabalho, a pessoa que não trabalha, eu nem sei como ela sobrevive.

Eu gosto de trabalhar, todos os dias você vê gente diferente, é melhor que tá em casa vendo televisão, a gente vê [tv], mas não tá tendo contato [com as pessoas].¹²⁴

Outra trabalhadora que é enfática ao qualificar o que sente e propõe sobre o seu trabalho na área portuária é a Sherlene Cardoso que observa a participação da sua família, que por anos tem trabalhado nas balsas na venda de alimentos e bebidas, lembrando que ali pode expandir suas relações, muito diferente do que relatam e atribuem as declarações na imprensa que o porto deve voltar a ser um ambiente familiar, ele já se constitui dessa forma para ela.

o trabalho no porto é um ambiente familiar, de qualquer forma eles estão perto e eu me sinto segura por isso. Se eles tivessem no canto deles, eu não me sentiria tão a vontade como é quando eles estão aqui, mesmo estando na outra balsa, uma hora ou outra a Val passa aqui, a gente merenda, a gente almoça juntas. **Todos juntos?** Todos juntos.¹²⁵

Essas narrativas sobre a área portuária e os modos de como a vivenciam e nela permanecem, relembra que o porto não é um espaço sem vida, sem organização, sem interação e sem conhecimento sobre outras pessoas e seus trabalhos e, inclusive sobre as dimensões dadas à área vindas de fora: as percepções dos jornais, da Prefeitura e do Estado que atribuem ao porto como espaço de “bagunça”, “caos”, “necessidade de reordenamento”. Essa interpretação danosa sobre a falta de cuidados da população, colocada pelos órgãos públicos do município surge como uma propaganda do zelo sobre a cidade que, acontece de tempos em tempos, criando aspectos de utilitarismo e repressão, mas ausente da necessidade que é demandada pelos habitantes da cidade, sobretudo, aqueles que vivem em situações vulneráveis.

A Juliane vai explicar que alguns sujeitos que já chegaram a frequentar o espaço da Manaus Moderna tomam essa perspectiva do porto ao mencionar durante a entrevista que “as pessoas têm uma visão muito feia daqui”, e ela coloca em comparação outros lugares que percebe chamar mais atenção dessas pessoas, valorizando outros espaços, ainda que o Porto possua dezenas de serviços.

Eu vi que na década de 1990, através dos jornais, situavam as pessoas daqui

¹²⁴ Elizanete Lima Ruiz. Entrevista cedida no dia

¹²⁵ Sherlene Cardoso Gurgel. Entrevista cedida no dia 21 de março de 2021.

[área portuária] como responsáveis pela proliferação de cólera, e das vezes que conversamos você lembra daquele momento da retirada dos camelôs do Centro e recentemente teve outra situação de retirada dos trabalhadores aqui do Porto. Eu sei que vocês têm solicitado e reclamado dessas ações, mas há alguma esperança que possa mudar?

Tem um projeto aí, que diz que tá pra andamento agora, que diz que é pra ano que vem que vão começar a botar em prática. Vão tirar, vão fazer uma nova orla aqui. Antes do Rio encher, eles já estavam trabalhando na praia, eu não sei como vai ser quando secar.

Vocês costumam a falar com a prefeitura, com o pessoal que faz a retirada aqui?

Não, né? Eles não ouvem. Eles não chegam aqui pra conversar, eles chegam aqui com caminhão, com aqueles alicates grandes porque se tiver corrente em alguma coisa eles cortam e eles levam. Eles vêm com uma equipe grande aí. **Nossa!** É difícil e como é difícil.

Eu penso que se a Prefeitura organiza um monte de gente para tirar as pessoas daqui com máquina com tudo, ela também tem condições de organizar um grupo para perguntar pro povo o que seria melhor, cadastrar a gente, sem tirar.¹²⁶

Essas narrativas de suas experiências e conhecimento sobre os espaços do porto vão ampliando ao passo que realizam uma série de atividades que se referem ao trabalho de cada uma, também vão percebendo outras atividades desenvolvidas ali, por outras trabalhadoras e trabalhadores, além, dos espaços e práticas de lazer que também encontram no porto como possibilidade de descanso e sociabilidade. As entrevistadas ao longo das conversas, inseriam como parte da vida cotidiana o encontro com amigas e amigos depois do trabalho, momentos que podiam desenvolver estreitos laços, saber da vida de outras trabalhadoras e trabalhadores, trocar informações e constituir novas formas e relações de trabalho, como combinar com outras pessoas o dia e horário para trabalharem juntos.

O saber das pessoas e seus modos de vida na área portuária vai desenvolvendo o olhar aguçado sobre as suas necessidades, as necessidades do grupo articulando a organização da vida a partir do trabalho. A necessidade de saber o que existe em sua volta, quem faz parte do cotidiano enfrentando com elas as duras realidades do trabalho precarizado, bem como, quais as reclamações que fazem pelo direito ao espaço criando modos alternativos de lazer com as amigas e amigos, com a presença dos familiares das entrevistadas, imprimindo suas reflexões e comportamentos sobre o porto. As entrevistas estavam permeadas por muitos momentos de suas trajetórias, repletas de reflexões que fazem ao lembrar e reconhecer as relações sociais desde a infância, explicando sobre os ensinamentos dos pais, também, o reconhecimento de novas gerações e como desenvolvem interpretações sobre os limites que eram a elas impostos para a participação em meio social, bem como, aqueles que precisam dar no reconhecimento das suas práticas, das suas responsabilidades, atentas às próprias experiências.

¹²⁶ Juliane Monteiro da Silva. Entrevista cedida em março de 2024.

2.3 Organizadas e ensinadas ao trabalho: o cuidado como atribuição das mulheres no meio familiar

Este item tem por objetivo discutir como foram formadas algumas relações entre as trabalhadoras. Tendo como ponto a ser analisado as formas de aprendizagens das atividades e nos comportamentos ao longo dos anos, que oferecem novas perspectivas para as reflexões e ações nas trajetórias das mulheres entrevistadas. Assim, podemos observar como elas absorveram, às vezes romperam e reorganizaram algumas aprendizagens dentro do circuito familiar.

Esse exercício de escrever sobre as relações surge da necessidade de entender o que as mulheres que trabalham na área portuária consideram significativo e como elas refletem os modos e as aprendizagens das atividades oferecidas por seus familiares. Nos diálogos elaborados na área portuária, muitas vezes os familiares são responsáveis pelos cuidados e por ensinar as tarefas diárias de trabalho, tanto na área portuária quanto em casa. Além das tarefas ensinadas, elas também aprendem sobre obediência e comportamentos, além dos serviços que são considerados próprios para as mulheres. Com o tempo, essas aprendizagens vão sendo refletidas e modificadas em seus significados, especialmente quando as mulheres denotam aspectos de hierarquização no contexto familiar, optando por caminhos diferentes dos que outros sujeitos imaginavam e esperavam delas.

No que diz respeito aos primeiros momentos de aprendizagens das atividades necessárias para o trabalho fora da sua casa, Elizanete Luima Ruiz conta que começou aos dez anos de idade. Nessa época, sua mãe a orientou e a aproximou do trabalho doméstico, que ela começou a realizar na casa de uma mulher que precisava de uma memnina de pouca idade para cuidar da filha.

Quando foi o teu primeiro trabalho?

Meu primeiro trabalho, eu acho que foi com uns dez anos. Eu fui babá, tomava conta de uma garotinha.

Era perto da tua casa? Ou era longe? Quem foi que te levou?

A minha mãe.

Você lembra como foi esse processo?

Mais ou menos, ela [mãe] trabalhava na casa de um parente dessa pessoa, e essa pessoa perguntou “Tu não conhece alguma adolescente pra cuidar da minha filha, pra fazer companhia pra ela?”, daí ela disse que tinha eu e me levou.

Nesse serviço você cuidava da criança, mas esse cuidado significa o quê?

Eu dava banho nela, eu dava o mingau dela, botava pra dormir, levava ela pra escola.

Eu tinha dez, e acho que ela tinha um ano, não lembro, mas até aqui na Aparecida. A gente morava no São Jorge e daí a gente vinha pra cá pra Aparecida. **Era tu e tua mãe...** era, minha mãe ia trabalhar na outra casa da parente dessa mulher, de quem eu cuidava a bebezinha.

Meu próximo trabalho, eu acho que tinha uns quatorze anos, e a gente já não

morava mais pra cá. A gente morava já na Zona Leste, e acho que tinha uns quatorze anos já, eu fui tomar conta de dois garotinhos. Era babá lá também.

Tinha alguma coisa que ela falava antes de tu sair pra trabalhar? Ela sempre falava pra gente não mexer nas coisas dos outros, que é pra gente conseguir nossas coisas com o próprio suor da gente. Ah! Que no trabalho da gente, a gente é surda, cega e muda. O que a gente ouve e lá fica, e o que a gente tem em casa fica em casa, e eu sou assim. Aqui a gente ouve muita coisa daqui e ouve coisa dali, mas eu não procuro saber o porquê daquilo que aconteceu, eu tento deixar pra lá. Eu tento passar isso para ela também [filha] porque lugar assim, no público tudo acontece.¹²⁷

Foi na época em que morava no bairro São Jorge que começou a trabalhar em serviços domésticos, a entrevistada lembra que saía de casa com a mãe, e nesse momento recebia os conselhos relacionados ao comportamento e os afazeres diários de uma casa. O tempo de serviço destinado aos afazeres domésticos na casa uma outra pessoa já tomava quase o dia inteiro, deixando a escola já nessa época.

Na entrevista, chama a atenção a trajetória de trabalho ligada aos acontecimentos na família. Isso inclui a mudança de bairro, o trabalho da mãe e o que ela aprendeu para se manter afastada das relações da família da patroa. Esses fatores marcam sua vida até hoje, ajudando a evitar conflitos no ambiente de trabalho. O segundo aspecto da entrevista é o interesse da solicitante em escolher uma adolescente e não uma adulta para cuidar de criança. Ela perguntou à mãe da Elizanete se poderia indicar alguma menina que pudesse realizar os serviços de casa¹²⁸.

A prática do trabalho doméstico para meninas é há tempos difundida na região. Segundo a historiadora Janaína Artiago, os intermediários entre patrões e meninas podem ser alguém da família ou um amigo da família, que recomenda “uma boa menina” para ajudar. As meninas, vindas ou não do interior, trabalhavam nas casas das famílias em troca de roupas, comida ou educação. Artiago também aponta que, em sua pesquisa, a pobreza das famílias era um fator entre as entrevistadas. Isso

¹²⁷ Elizanete Lima Muniz. O reconhecimento da Elizanete é que nasceu no bairro Santo Antônio, depois mudou com a família para o São Jorge, depois para um bairro na Zona Leste de Manaus, depois não mudou mais, ficou por lá.

¹²⁸ Importante ressaltar que a lei nº8.069 de 13 de junho de 1990, que dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente já estava em vigor. E nele, o Art. 2º traz a configuração a partir da idade do indivíduo a ser identificada enquanto criança, neste caso, pessoa até os doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. Também insere no capítulo V as condições para o adolescente no trabalho como aprendiz tenha pelo menos quatorze anos, com remuneração e garantia ao direito do acesso escolar e descanso. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

Em 1973, em Genebra, na 138ª Convenção há uma definição entre países membros para a idade mínima para o trabalho, que não fosse inferior aos quinze anos de idade, com ratificação do Brasil em 2001. No Decreto legislativo de 19 de agosto de 1999, menciona “O texto da Convenção 138 da OIT foi encaminhado para o Congresso Nacional, pelo Executivo em 28 de agosto de 1974, tendo sido rejeitado, em 1991, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. O parecer contrário recebido no Senado baseou-se, na ocasião, em parecer de que haveria incompatibilidade dos dispositivos da Convenção da OIT com as normas constitucionais sobre idade mínima para admissão a emprego e trabalho. A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988, que alterou o inciso XXXIII do art. 7º, elevando de 14 para 16 anos a idade mínima básica para admissão a emprego e trabalho no trabalho no Brasil, e de 12 para 14 anos na condição de aprendiz. Acompanhando a 182ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil ratifica em 02 de fevereiro de 2000, a lista das piores formas de trabalho infantil a serem erradicadas. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-179-14-dezembro-1999-370761-exposicaodemotivos-143183-pl.html>

tornava o trabalho delas parte do sustento do grupo familiar, que incluía pais e irmãos. Artiago também faz um registro sobre a ligação afetiva, o vínculo familiar, a gratidão aos padrinhos, o amor e a fome, como circuitos ligados à obediência das meninas pelos adultos intermediadores dos trabalhos.¹²⁹

A mãe de Elizanete, que trabalhava como empregada doméstica, ensinou a ela, quando era criança, evitar o envolvimento nos conflitos familiares testemunhados no trabalho. Ela aprendeu a não falar sobre os problemas dos patrões e não repassar esses conflitos. Era uma prática aconselhada não falar sobre os conflitos que acontecessem dentro da própria casa da Elizanete, além de condutas e valores sobre ganhar o seu dinheiro e não mexer nas coisas dos outros também orientam a Elizante ao longo de sua trajetória.

Nas palavras de Elizanete, a permanência no local de trabalho era orientada pela seguinte expressão: “ficar cega, surda e muda”. Essa expressão representa um conjunto de práticas que a entrevistada seguiu até hoje, mesmo na área portuária. Essa expressão inclui a dimensão da estrutura social que ensina muitas mulheres pobres trabalhadoras a se comportarem. No entanto, isso não deve ser visto como um sinal de ausência de reflexão sobre as situações. O que a entrevistada propõe é que, durante a necessidade de trabalho, era importante que ela estivesse longe de problemas que comprometessem com a perda de trabalho. Inclui também deixar os patrões de fora das situações que estavam acontecendo na família de Elizanete, impedindo que adentrassem nos assuntos. O reconhecimento do que aprendeu com a mãe foi não significa que a Elizanete não tenha escutado, não tenha visto e ou falado. O que sugere é que desde a infância entendeu que os conflitos e interesses estão presentes nas relações de trabalho e nas famílias.

Ao passo da entrevista, a Elizante insere algumas considerações sobre como ela observava as interações dos sujeitos, e a medida que precisava encontrar novas possibilidades de trabalho, passava a usar o que aprendeu de modo que lhe fosse favorável, podendo realizar outras tarefas, buscar outros circuitos de interações e constituir práticas que pudessem lhe dar maior autonomia agindo a partir de suas escolhas.

Durante a entrevista, Elizanete fez algumas observações sobre como ela via as interações das pessoas. À medida que precisava encontrar novas oportunidades de trabalho, começou a usar o que aprendeu de forma que fosse vantajoso para ela. Assim, conseguiu realizar outras tarefas, explorar diferentes formas de interagir e criar práticas que lhe dessem mais autonomia, agindo de acordo com suas escolhas.

Elizanete é uma mulher muito observadora, o que demonstra que ela aprendeu a entender as relações no trabalho e nas famílias. Essa leitura não é romantizada, pois, na busca por autonomia ou melhores condições de trabalho, a observação do que passava em seu entorno lhe proporcionava o acesso a novas aprendizagens e. A leitura dos espaços e das ações de outras pessoas facilitou a inclusão de outras atividades em sua trajetória. Assim, aprendeu os modos de fazer e organizou meios para manter uma renda para seu sustento. Um exemplo disso foi quando, aos dezesseis anos, ela aprendeu técnicas de panificação enquanto atendia e limpava a padaria onde trabalhava. Ela observava, anotava e reproduzia em casa.

A gente olhando, a gente aprende. Eu tinha uns dezesseis anos e era atendente, mas

¹²⁹ ARTIAGO, Janaína. Trajetórias de meninas domésticas em Manaus. IN: SILVA, Patrícia Rodrigues (org.). Curitiba: CRV, 2020, p.29-41.

sempre que fechava a gente ia limpar a cozinha quando terminava, enquanto terminavam a produção eu olhava e anotava, e quando eu anotava eu pensava “quando chegar em casa eu vou fazer igual” e eu fazia.

Eu aprendi mais na padaria com o pão, bolo e salgado. E depois que eu saí de lá, isso me ajudou porque eu fui vender churrasco na frente de casa, eu fazia as coisas que aprendi na padaria.

Na padaria era avulso, era remunerado, mas não tinha carteira assinada. De carteira assinada só no shopping mesmo que eu trabalhei por quase um ano como serviço gerais, depois foi só por conta própria.¹³⁰

Essas atividades relacionadas ao preparo de alimentos, após o trabalho com os cuidados das crianças e limpeza, parecem ser mais significativas para Elizanete. Isso porque elas poderiam gerar renda sem que ela precisasse sair de casa, especialmente quando as oportunidades de trabalho fora de casa para ela e outros familiares começavam a diminuir. O que é importante para ela é que o que aprendeu aos dezesseis anos sobre a preparação de alimentos se tornou uma prática duradoura. Além da padaria e da venda de churrasco, a vinda dela ao porto está relacionada ao trabalho de preparar alimentos com a sogra na feira da Manaus Moderna e, depois, com a filha no quiosque na Balsa Verde. Foi através da atividade de cozinhar que a Elizanete, como ela menciona em entrevista, consegue “o sustento minha casa, da minha família e da minha curtição”. Ela também se preocupa em garantir que os filhos possam estudar, oferecendo a eles as condições que não teve.

Os significados das jornadas de trabalho estão ligadas à organização financeira e também tratam de aspectos da vida cotidiana. A reprodução inclui as atividades que as mulheres realizam em casa com a família, como lavar roupas, fazer comida, organizar a casa e cuidar dos filhos. O que tem guiado suas trajetórias é o desejo de que as atividades sejam compartilhadas, levando em conta a importância entre as pessoas. A percepção da Elizanete sobre a divisão de tarefas e responsabilidades está relacionada à atenção que ela dá ao acúmulo de trabalho que enfrenta: “Eu lavo roupa, faço comida, limpo a casa”. “É muito difícil ficar parada em casa com tantos serviços para fazer”. Ela costuma dizer aos filhos e ao marido: “Às vezes, eu falo lá em casa, que eu trabalho mais dentro de casa do que aqui [porto]. Aqui, eu cuido das coisas e fico na chapa, em casa, mora só eu, minha filha e meu marido”.

A percepção da Elizanete é um ponto de partida importante para entender os aspectos do dia a dia das mulheres da classe trabalhadora. Ela vive um dia a dia agitado, no qual faz reivindicações dentro de casa para chamar a atenção para seu cansaço. No entanto, essa situação também envolve outras pessoas que podem assumir as tarefas, possibilitando uma organização mais equilibrada, o que permitiria que ela pudesse descansar.

Desde a década de 1960, há debates que denunciavam a exploração do trabalho das mulheres, que são responsáveis pela reprodução de indivíduos que formam a força de trabalho. Esse tipo de

¹³⁰ Elizanete Lima Muniz. Entrevista cedida em março de 2021.

atividade exige serviços emocionais e físicos que são interativos. Esse é o trabalho doméstico não remunerado que recai sobre as mulheres, segundo a filósofa Silvia Frederici¹³¹. Nesse sentido, a maneira como esse trabalho é apresentado às gerações mais jovens, ainda na infância, não é apenas um processo de participação nas atividades do lar, mas se mostra como uma prerrogativa de atividades relacionadas ao feminino¹³². Em continuidade à entrevista, Elizanete menciona que reclama quando os afazeres domésticos são feitos pelos filhos e pelo marido do jeito deles, pois o feito de qualquer jeito faz com que ela faça ajustes posteriores. A filha costuma a dizer: “só a senhora que sabe fazer”. Aos filhos, ela diz: “Não. Vocês têm que aprender, porque amanhã eu posso não estar aqui. Amanhã posso morrer, e aí, o que vão fazer?”, “Eles falam que eu vou virar pedra”, isso para mostrar que ela não tem a opção de descansar. A entrevistada observa que outros membros da família evitam participar das atividades e atribuem a ela a responsabilidade de realizá-las. No entanto, ela responde que sempre existem oportunidades de aprendizado. Ela entende que responsabilidades, como lavar, cozinhar e arrumar, são coisas que são rotineiras na vida e não se aplicam apenas a ela. No diálogo com a entrevistada, ela anseia por momentos de descanso, ampliando que as atividades no lar precisam ser partilhadas pelos membros e não definida como atividades das mulheres, sobretudo, da matriarca, incluindo filhos e marido.

A perspectiva da entrevistada tem impacto importante sobre como as mulheres veem seu papel no trabalho reprodutivo. Além disso, também se posiciona quanto a necessidade de romper com a ideia de que as atividades do lar estão ligadas a um gênero específico, especialmente quando menciona que os filhos e o marido precisam reconhecer que as responsabilidades também são deles. Recorrer aos diálogos com os familiares é uma forma de reforçar o caráter coletivo que possui a organização do lar, solicitando a compreensão e a efetividade de uma rotina que não seja exaustiva.

O que propõe Elizanete é repensar um modelo que torna as mulheres sujeitos que executam

¹³¹ FREDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 101-106. A autora explica sobre a revolta sobre o trabalho doméstico e a exploração do capital sobre trabalho reprodutivo feito pelas mulheres em outra obra intitulada O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. Esta obra de 2019, a autora explica que o capital usa o trabalho reprodutivo, subordina a sexualidade, e desvaloriza as mulheres que tentam reconciliar trabalho doméstico e trabalho que proporcione um salário, pagando a elas salários muito menores. Ela ainda menciona “a diferença entre o trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina”, p.42

¹³² PEÇANHA, Natália Batista. Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). Revista Mundos do Trabalho, vol. 10, nº20, julho/dezembro de 2018, p.103-123. A autora neste artigo aponta como o trabalho de menores era comum no período da escravidão, e que no pós-abolição essa prática persistia, com o processo de tutela institucional na criação de educandários, “Ao contrário das meninas brancas, as “de cor” não eram preparadas para a “formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas de casa”, mas especificamente à “formação de empregadas domésticas e semelhantes” à disposição de famílias que as podiam recolher às suas casas sob tutela”, p. 106.

PESSOA, Alba Barbosa. Pequenos construtores da infância na cidade de Manaus (1930-1945). Tese de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, 2018. Que observa como o período de Getúlio Vargas propõe projeto nacional de valorização da família, dentro dos termos legais, e como na perspectiva do Estado, a tutela e cuidados às crianças estava relacionada à disciplinarização da família, o caráter da responsabilidade materna e do trabalho das mulheres, bem como criar um sujeito destinado ao comprometimento com a pátria, p. 84-110.

integralmente as tarefas dentro de casa.

Esse tema tem sido terreno de observações de pesquisas que buscam conhecer a proporção de tempo que as mulheres dedicam às tarefas domésticas, como é o caso da pesquisa “Outras Formas de Trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas”, divulgada pelo IBGE. A pesquisa mostra que “as mulheres dedicaram, em média 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas”. Mesmo quando as mulheres trabalham fora, elas ainda dedicam, em média 8,2 horas a mais que os homens que também ocupados. Outro fator da análise é que, “a população com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidado de moradores ou parentes em 2018, o que representa 147,5 milhões de pessoas, com incidência maior entre mulheres, 93%, do que entre os homens, 80,4%”¹³³. É nesse sentido que, ao mencionar que as atividades domésticas transmitidas entre as gerações ainda têm um efeito intenso para crianças, especialmente sobre as meninas, caracterizando que existe uma expectativa dos comportamentos esperando delas em meio social.

É importante refletir sobre o que as gerações têm apreendido em relação aos sentidos e projeções de vida, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. À medida que conversamos com as mulheres, entedemos que o trabalho e o compromisso coletivo para sustentar a casa são temas discutidos e necessários em suas famílias desde que eram jovens. Isso fica demarcado ao mencionarem que aprenderam, enquanto crianças e adolescentes, algumas atividades que se tornam ferramentas para encontrar trabalhos garantindo seu sustento e o de suas famílias.

Historicamente, no Brasil, adota medidas sobre as atividades realizadas por crianças e adolescentes constituindo legislações que dessem conta da proibição do trabalho dos menores ao tempo que tornasse possível a aprendizagem e a profissionalização dos mesmos, orientando e as integrando. Por exemplo, em 1927, foram estabelecidas regras que proíbem o trabalho de menores de doze anos. Mas aos jovens de quatorze anos, o trabalho é permitido se eles tivessem completado a instrução primária, a não ser que a autoridade responsável considere que o trabalho fosse essencial para a sobrevivência do jovem e de sua família¹³⁴. Na mesma legislação, o menor que estava em liberdade vigiada e cometia infrações, podia parar em oficina ou estabelecimento industrial ou agrícola sob vigilância, quando os responsáveis não garantissem a moralidade do menor, num acordo entre juiz, o menor, a pessoa designada para vigilância, pelo chefe de família e oficina ou estabelecimento¹³⁵.

¹³³ “Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas”. Dados obtidos na publicação do dia 26 de abril de 2019. Agência de Notícias IBGE.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

¹³⁴ Artigo 101 e 102 do Decreto Nº 17.943-A de 1927. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹³⁵ Artigo 97 do Decreto Nº 17.943-A de 1927. Sobre esse período, o artigo “De tabica em punho aplicou-lhe várias

Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, uma nova lei estabeleceu limites para o trabalho de menores de quatorze anos. No entanto, havia uma exceção: o trabalho do menor poderia ser permitido se fosse necessário para a sua sobrevivência e a de sua família, desde que esse trabalho não prejudicasse a educação primária.¹³⁶

Em 1967, durante a Ditadura Civil Militar, foi proibido o trabalho para menores de doze anos. Apenas aqueles com idade entre doze anos aos dezoito anos eram considerados menores trabalhadores. Essa proibição não se aplicava se o trabalho fosse realizado em oficinas onde também trabalhassem membros da família do menor. Além disso, para jovens entre doze e quatorze anos, era necessário que eles frequentassem a escola no nível primário e que os trabalhos realizados não fossem prejudiciais à sua saúde e ao seu desenvolvimento.¹³⁷

Em 1979, a Consolidação das Leis do Trabalho proíbe o trabalho para menores de quatorze anos¹³⁸, exceto quando estão inseridos em educação, pelo menos ao nível primário e que não afetem as condições de saúde ou do desenvolvimento.¹³⁹

Em 1988, a partir da Constituição Federal, foi criada a Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, que nos oferece referências sobre o que o Estado compreende das proibições e da formação profissional. No artigo 60, é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, exceto na condição de aprendiz. O artigo 62 considera a aprendizagem como a formação técnico-profissional oferecida de acordo com as diretrizes e bases da legislação educacional vigente. Essa formação técnico-profissional deve garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, além de ser compatível com atividade com o desenvolvimento do adolescente e ter horários especiais para a realização das atividades¹⁴⁰.

Inicialmente, uma melhor identificação e definição dos limites para as atividades realizadas por menores é fundamental como parâmetro no mundo onde o trabalho de menores ainda é uma realidade.

O trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país.

Também é trabalho infantil a execução pelo adolescente, mesmo que atingida a idade mínima, de trabalho perigoso, prejudicial à saúde, prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social ou que interfira na escolarização¹⁴¹

bordoadas”: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930, do historiador Humberto da Silva Miranda, contribui para compreendermos contextos onde a violência, sindicalização e as formas de resistências dos menores trabalhadores estão difundidas em periódicos e processos criminais. Revista Anos 90, 28, 1–13. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.100744>

¹³⁶ Decreto Nº 22.042 de 03 de novembro de 1932. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹³⁷ Artigo 403 Decreto-Lei Nº 229, de 28 de fevereiro de 1967.

¹³⁸ Art. 403. Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Da Proteção do Menor. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos

¹³⁹ Artigo 403. Parágrafo único do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

¹⁴⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

¹⁴¹ Manual de perguntas e resposta sobre Trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador. Ministério do Trabalho e do Emprego do Governo Federal do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/manual-de-combate-ao-trabalho-infantil-e-de-protecao->

Existe também, uma lista de atividades proibidas aos menores que sinaliza a existência de condições dos trabalhos que por muito tempo penalizaram gerações, e coloca a necessidade de um conjunto de esforços internos e externos a cada país: investir em educação, saúde, profissionalização, mobilização pública para formação de alianças para o combate de trabalho infantil e judicializar práticas criminosas que usem a mão de obra de crianças¹⁴². No manual “Eliminar as piores formas de trabalho infantil: guia prático da Convenção 182” é mencionada a importância do trabalho para a erradicação do trabalho infantil ser uma demanda coletiva, pois há possibilidades de que a mesma criança possa ser reinserida aos modos exploratórios.

É necessário um ponto de referência sobre o trabalho doméstico, trabalho realizado pela maioria das entrevistadas quando eram menores. Encontramos na Lei Complementar 150/2015, que proíbe a contratação de menores de 18 (dezoito) anos para o trabalho doméstico. Esta lei está alinhada com a Convenção Nº182, mencionada anteriormente. Considerando o trabalho doméstico como:

O trabalho da criança ou do adolescente com a família, quando realizado abaixo da idade mínima legal para o trabalho ou em atividades proibidas pela legislação, é considerado trabalho infantil.

O trabalho infantil, ainda quando prestado exclusivamente com a família e sob a direção dos pais ou responsável legal, prejudica a frequência e o desempenho escolar, prejudica o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, além de expor crianças e adolescentes a doenças e acidentes de trabalho.

Assim, para a caracterização do trabalho infantil, não importa se o trabalho da criança ou do adolescente é realizado em conjunto com os membros da família ou se é prestado sob a direção dos pais ou responsáveis legais, tampouco se é destinado à sobrevivência ou à busca de uma renda extra para a família.¹⁴³

Nas experiências contadas pelas entrevistadas, o trabalho surge, quando eram menores, como uma necessidade, assim como foi para gerações anteriores. A perspectiva delas e de seus familiares é de que pudessem vivenciar mudanças, como poder trabalhar em ambientes e realizar atividades seguras, o desejo de voltar e continuar os estudos e a conquista dos direitos trabalhistas.

Apontar essas perspectivas é importante, pois, à medida que as entrevistadas vão crescer nas décadas de 1990 e na primeira década do século XXI, elas se aproximam de informações sobre o acesso a direitos sociais. Elas buscaram, por meio desses direitos, possuir e manter condições favoráveis para que as possibilidades sonhadas e desejadas fossem possíveis tanto para elas, quanto as novas gerações. Nas conversas ao longo da pesquisa, elas vão lembrando os caminhos para a conquista dos direitos, lembrando como foram constituindo redes de diálogos com próprios familiares e com outras mulheres, amigas ou conhecidas, ampliando informações, fazendo trocas e

[aodolcente-trabalhador-1.pdf](#).

¹⁴² Eliminar as piores formas de trabalho infantil: guia prático da Convenção 182 - manual para parlamentares nº03, 2008. A elaboração do manual é da Organização Internacional de Trabalho (OIT) uma agência tripartite que reúne governos, empregadores e trabalhadores. <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/eliminar-piores-formas-de-trabalho-infantil>

¹⁴³ Manual de perguntas e resposta sobre Trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador. Ministério do Trabalho e do Emprego do Governo Federal do Brasil, p. 11.

ensinando. Os caminhos percorridos frequentemente passavam pelas instituições públicas, especialmente pelo Sistema Único de Saúde, pelas escolas e pelos Centros de Referência de Assistência Social. Apontando os períodos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

A Juliane também menciona os aspectos da rotina de cuidados que possui desde muito jovem, além de cozinhar e limpar a casa que vive com a família, também ficava sob sua responsabilidade os cuidados com o pai: marcar consultas médicas, cuidar das documentações da aposentadoria, acompanhar em médicos e informar aos outros familiares situações referentes à saúde ou necessidades. Ao descrever como é formado o grupo familiar, Juliane vai elaborando reflexões sobre as relações com os familiares, especialmente o pai que possuía expectativas para ela.

Lá em casa são cinco pessoas que é: a minha mãe, a minha irmã e as duas filhas dela e o meu irmão, eu e meu irmão. São seis. **Todos na mesma casa?** Sim. Todos na mesma casa, cada um com seu quarto e suas coisas dentro: fogão geladeira, essas coisas, né? **É como se fosse uma quitinete para cada? Só que todo mundo no mesmo terreno?** Sim. Sim. Só que minha filha mora com a minha irmã lá no Novo Israel, na casa dela pra lá, entendeu? Aí, ela mora pra lá.

E como é a relação com eles, digo, pra sentar e conversar sobre teus problemas?

Antes eu até tinha, sempre falo isso, mas eu acho que depois que eu engravidei foi uma decepção assim pra eles, para o meu pai, sabe? Porque quando eu engravidei a gente se afastou muito, quando eu engravidei foi onde ele me abandonou. Ele virou as costas completamente pra mim.

Eu lembro que quando eu fui pra São Paulo estava grávida. Ele pediu pra eu voltar, e eu disse que não ia voltar porque aqui (Manaus) eu não tinha ninguém pra me ajudar.

E ele disse que aqui não tinha ninguém pra cuidar dele, que era pra eu voltar que ele ia me ajudar, eu vim um mês depois. Mudei de São Paulo pra cá. Eu tava com uns sete meses, aí como minha gravidez era de risco eu sangrava muito, né? Quando eu cheguei aqui em Manaus, passou uma semana e passei a sangrar de novo. Eu liguei pra ele que eu tava passando mal, e ele disse que não podia fazer nada que só poderia fazer alguma coisa no outro dia, quando ele chegasse aqui [ele estava no flutuante dele]. Sendo que eu sabia que ele podia, porque ele sempre guardava dinheiro em casa, e era a mamãe que guardava o dinheiro dele. Ele podia falar com ela pra ela dar um dinheiro que eu ia pra maternidade sozinha, entendeu?

Mas ele disse que não ia fazer nada, aí, no outro dia quando ele chegou em casa de manhã, eu fui falar com ele “eu quero que o senhor me dê um dinheiro pra eu ir pra maternidade, e ele disse “*eu não vou te dar*”.

E eu disse, o senhor disse que era pra eu voltar, que o senhor ia me ajudar e tal.

Ele disse “*eu? Eu mesmo não*”. Aí eu engoli o choro e disse “beleza”. Daí pronto, eu nunca mais.

Tu acha que ele fez isso por qual motivo?

Eu era a filha querida dele, então, eu acho que foi decepção, no meu ponto de vista foi decepção. Não tinha outra coisa que fosse motivo. Como eu sempre fiz tudo pra agradar ele, ele não tinha motivo pra fazer isso.

Eu jogo na cara dele isso constantemente. É tipo assim, quando ele tem algum problema, que ele diz que tá precisando, e eu digo que eu não vou ou vou quando eu quero. Hoje eu vou quando eu quero, antes não. Quando ele vem questionar as

coisas, eu digo “o senhor me abandonou quando mais eu precisei, então, o senhor não pode brigar comigo não”.

E o pai da tua filha? A gente já tinha se afastado, ele me deixou quando eu engravidei. **Ele não quis assumir?** Nada com nada. **E quando ela nasceu?** Não. Tá tudo do mesmo jeito.¹⁴⁴

A vida de Juliane envolve aspectos da família, especialmente do pai, que na época da entrevista já estava aposentado. Em um momento anterior, a entrevistada já havia mencionado que a mudança de bairro foi uma decisão do pai. Agora, ao refletir sobre a formação da família e suas relações, Juliane traz não apenas referências sobre a composição dos espaços, mas também sua percepção sobre as expectativas dos familiares. Ela fala sobre os momentos que não recebeu ajuda deles e o caminho que precisou refazer por causa dessas relações.

A organização da entrevistada foi, por muito tempo, estabelecida pelas necessidades dos familiares e do marido. A título de exemplo, Juliane lista as atividades que ela desenvolveu ao cuidar do pai: acompanhar ao Instituto Nacional de Seguro Social, marcar consultas médicas, levá-lo às consultas e resolver questões relacionadas a documentos ou conta bancária.

Para Juliane, o ponto que muda a relação com os familiares é quando ela fica grávida, momento que sentiu o afastamento das conversas com os parentes. Essa percepção de Juliane também traz elementos relacionados à sua situação financeira e como os familiares, principalmente o pai, estabelecem o lugar de subalternidade, daquela que limpa, cuida, trabalha dentro do contexto de reprodução social, vista como desempregada. Ele promete ajuda financeira durante a gravidez e apoio emocional em troca de que ela cuide dele.¹⁴⁵

A entrevistada também lembra da mãe no processo de conflito com os familiares, que não pode ajudar financeiramente Juliane durante a gravidez de risco, sugerindo que a mãe precisava da autorização do ex-marido para dar dinheiro que guardavam em casa à filha.

São diversas situações que impactam a vida de Juliane, durante e após a gravidez. No entanto, em sua fala, ela sugere que as expectativas sobre ela foram criadas muito antes, na infância e na adolescência. E essas expectativas foram dissipando no momento da gravidez pelos familiares, pois não teriam mais Juliane no papel central de cuidadora. Ela explica que a “decepção” vem da “filha querida” que sempre se dedicou aos cuidados ou à relação com pai.

É importante lembrar que as atividades que a Juliane e outras mulheres entrevistadas fazem cotidianamente são trabalhos relacionados aos cuidados de outros sujeitos. Em 2023, a Secretaria

¹⁴⁴ Segunda entrevista com Juliane Monteiro, realizada no dia 21 de março de 2021, na Manaus Moderna. Ela tinha 28 anos de idade quando ficou grávida, na entrevista já havia passado quatro anos desde o momento da gravidez.

¹⁴⁵ Federici, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero, feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 128. No capítulo “A revolução começa em casa: repensando Marx, reprodução e luta de classes”, a autora busca observar o panorama entre meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, sugerindo que houve a formação de uma nova família proletária e a exclusão do trabalho de mulheres e crianças no trabalho fabril, com a introdução do “salário familiar” que era um salário definido como necessário para o sustento do trabalhador e sua família. Isso caracteriza a criação da dona de casa proletária e do trabalho doméstico como um ramo da produção capitalista, encarregado da reprodução da mão de obra”.

Nacional de Cuidados da Família publica nota informativa aspectos desse trabalho:

O trabalho de cuidado é aquele que possibilita que as necessidades materiais e emocionais das pessoas sejam atendidas, garantindo, cotidianamente, o seu bem-estar e a sustentação da vida. Inclui atividades como ninar, dar banho e brincar com um bebê; apoiar uma pessoa idosa ou com deficiência a se alimentar e trocar de roupa, caso não consigam fazê-lo sozinhas; cozinhar, limpar a casa e recolher o lixo, garantindo o bem-estar de todos e todas que habitam em um domicílio. Este trabalho pode ser exercido no espaço doméstico, normalmente pelas mulheres, em forma não remunerada, sendo visto comumente como ajuda.¹⁴⁶

Na nota informativa, o trabalho de cuidado não remunerado é analisado paralelamente aos trabalhos de cuidados remunerados. Essa definição do trabalho de cuidados se baseia na reflexão sobre a estrutura social a qual as mulheres mencionadas até aqui estão inseridas desde jovens. São mulheres da classe trabalhadora que, desde cedo, são direcionadas por outros a um papel na família e no meio social. Esse papel é o de cuidar e criar várias gerações, mas sem receber pagamento e ser ter os cuidados que ela constituiu aos outros.

Muitas situações contadas pelas entrevistadas no diálogo vão permitindo ponderações dos problemas que estão presentes no cotidiano, e é por meio do processo de diálogo/escuta é que podemos também reconhecer as suas estratégias e formas de organização no cotidiano como forma de superar as desigualdades que lhes afligem.

Cada diálogo com as entrevistadas tem sido um momento único para entendermos como elas veem a participação e a percepção dos sujeitos no meio social. Sem dúvidas, as relações que elas têm e suas experiências ao longo da vida são inseridas nos diálogos baseadas nas reflexões que surgem em meios aos diálogos dos processos de desigualdades que enfrentam e das perspectivas de transformações que desejam para si mesmas e para as pessoas com quem convivem.

Ao longo da pesquisa, o diálogo com a historiografia também traz elementos que nos ajudam compreender realidades dos sujeitos, especialmente quando as análises consideram gênero como uma perspectiva histórica. A historiadora Joan Scott, sugere que as análises sobre homens e mulheres devam ser interpretadas dentro das construções sociais, sem separar as esferas. Ela defende que a compreensão de gênero deve ser relacional. Ou seja, “uso rejeita a validade interpretativa da

¹⁴⁶ Nota Informativa 02/2023 da Secretaria Nacional de Cuidados da Família – Trabalhadoras Domésticas e Políticas de Cuidado.

https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_2.pdf. A SNCF no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, tem por objetivo principal coordenar, em parceria com o Ministério das Mulheres, a construção intersetorial e inter federativa de uma Política Nacional de Cuidados. Alguns eixos de trabalho são relacionados aos cuidados de todas as pessoas, em especial às crianças, às pessoas com deficiência e pessoas idosas com dependência e às trabalhadoras e trabalhadores do cuidado; assegurar um trabalho decente e protegido para as pessoas ocupadas no trabalho remunerado de cuidados; reconhecer, valorizar e redistribuir o trabalho de cuidados, aliviando a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres, possibilitando a liberação do seu tempo e o usufruto de seus direitos em outros âmbitos da vida. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Marcha_dos_Prefeitos/arquivos/SNCF_Cartilha_Conheca_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20\(5\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Marcha_dos_Prefeitos/arquivos/SNCF_Cartilha_Conheca_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20(5).pdf)

ideia das esferas separadas e defende que estudar mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo”¹⁴⁷.

A compreensão das experiências das mulheres que referenciam e refletem as relações de reprodução social, podem nos ajudar a encontrar caminhos mais amplos para análises históricas sobre o trabalho, os afetos, as práticas de resistência e as formas de fazer e pensar a política do dia a dia. Uma sociedade inteira pode viver a partir do trabalho das mulheres, mas ainda assim, não reconhecer sua importância no meio social, optando por não perceber como elas desenvolvem as perspectivas e práticas que geram mudanças.

As entrevistas apresentam uma série de conexões possíveis entre os sujeitos. Há o reconhecimento de diálogos e reflexões que são compartilhadas, ainda que muitos desses diálogos não sejam exatamente sem conflitos. O mundo do trabalho está repleto dessas relações, que surgem indicando questões econômicas, afetivas e da definição ou redefinição de papéis. Elas reúnem suas percepções a partir de suas próprias experiências e das experiências de outras mulheres que enfrentam situações semelhantes como: ausência de apoio de suas demandas, sobrecarga de trabalho e a contínua busca por realizações relacionadas aos estudos e aos direitos trabalhistas.

Ao apontarem suas necessidades, também indicam as maneiras que vão criando as mudanças possíveis. Essa mudança pode ser expressada na separação de um casamento ou ao deixar de se relacionar com sujeitos que as oprimem. Outras percepções que elas dialogam dizem respeito à busca por trabalhos que ofereçam melhores salários e a possibilidade de melhorar suas condições de moradia, na continuidade dos próprios estudos. O que revelam é o seu desejo de ter o direito de viver e não apenas sobreviver.

A construção de redes de solidariedades é um ponto crucial que oferece às entrevistadas alternativas para garantir, por algum tempo, oportunidades de trabalho e ajuda quando precisam cuidar da saúde. Como vimos anteriormente, isso inclui a ida à maternidade e a busca por informações sobre aluguéis mais baratos perto do trabalho. Essas redes são, por vezes, como mencionam, compostas por alguns familiares e também por alguns amigos e amigas que se juntam ao longo da vida.

Outras referências nos diálogos trazidos pelas trabalhadoras incluem a busca e aproximação dos programas do Governo Federal e no Estado no Amazonas. Esses assuntos são amplamente discutidos entre as trabalhadoras e trabalhadores da área portuária, que trocam notícias e informações, especialmente sobre o Bolsa Família. Os programas sociais existentes, são destacados por elas como direitos à cidadania, que são essenciais em momentos de precarização: quando perdem trabalho ou quando a renda que ganham não é o suficiente para dar conta da demanda da

¹⁴⁷ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/524/1/G%C3%AAnero_uma%20categoria%20%C3%BAtil%20para%20an%C3%A1lise%20hist%C3%B3rica%20-%20Joan%20Scott%2C%202016%20.pdf

segurança alimentar e manter a educação dos filhos em idade escolar. Tomam como importantes e essenciais o funcionamento das instituições públicas através do Sistema Único de Saúde, os Centros de Referência da Assistência Social, as escolas públicas que disponibilizam as informações, garantem o acesso e direito à educação e saúde delas, dos familiares e das comunidades as quais estão inseridas.

No próximo capítulo tentamos compreender e construir como esse circuito de informações trocadas na área portuária e em outras localidades acontecem, especialmente entre as mulheres, mas que também são passadas para outras gerações, ampliando o diálogo sobre direitos e distribuição de renda.

Capítulo III

Construindo perspectivas: redes de apoio e acesso aos direitos sociais

3.1 Organizando a vida, abrindo os caminhos: um políticas públicas

Os diálogos com as mulheres e entre as mulheres trabalhadoras da área portuária se mostrou cheio de possibilidades no que consiste em compreender seus modos de vida, construindo reflexões, identificando caminhos que percorreram, considerando perspectivas, desejos e necessidades com fonte irradiadora de suas ações.

Aqui nesse capítulo, inserimos algumas das reflexões que elas fizeram de sua redes de solidariedades. Tentamos entender como viram a cidade de Manaus, através dos espaços de moradia, trabalho e lazer, que são significativos nos processos de organização familiar e na constituição das redes de solidariedade.

Além dos objetivos mencionados, é importante ampliar a compreensão do que chamamos de busca por uma vida melhor. Essa busca não se resume apenas a uma dinâmica econômica, embora ela seja essencial para classe trabalhadora, que vive por meio do seu trabalho e da troca dele por renda e salário. A dinâmica e o arranjo das redes de solidariedade, a saída de um casamento que não tinha mais o significado e resultou na separação, além da busca por educação e políticas públicas foram os caminhos de uma vida melhor para elas e para parentes que também se beneficiaram das ações dessas mulheres.

Ao longo do texto da tese, apresentamos os aspectos relacionado aos familiares e a outras pessoas que são conhecidas no percurso. Buscamos entender como a cidade de Manaus se apresentou a elas por meio dos espaço de trabalho, moradia e lazer. Nesses espaços elas formaram suas relações sociais e, muitas vezes com elas conseguiram melhorar os ritmos de vida na cidade de Manaus. As histórias das dificuldades e das andanças também referenciam os momentos que batalharam por uma vida de possibilidades, onde pudessem viver ou recuperar os sentidos de dignidade.

As escolhas desse trabalho foram medidos pelos significados trazidos pelas entrevistadas, que tomam suas práticas cotidianas e reivindicações como posicionamento diante a vida, ampliando os diálogos sobre saúde, trabalho, gênero, direitos sociais e políticos no Amazonas.

Numa obra da filósofa Nancy Fraser menciona que simplificar as crises do capitalismo por suas contradições, afunilando a análise pela perspectiva economicista, não tem sido suficiente, porque encerra as respostas em si. O capitalismo usou e abusou das transformações que foram operadas no meio social, no sentido de ampliar as normas e comportamentos para trabalhadores e suas famílias, reinventando significados e práticas que pudessem reforçar as diferenças como gênero,

dominação masculina e exclusão social¹⁴⁸. Precisando das relações sociorreprodutivas, o capitalismo usa e ao mesmo tempo se desobriga dos processos que são constituídos pelos trabalhadores e que são essenciais para a existência, seja no capitalismo liberal do século XIX que criava modos de separar as relações de produção e da reprodução, seja o gerenciamento do Estado no século XX que surge para mediar as contradições entre produção e reprodução adotando medidas que pudessem estabilizar as necessidades de reprodução dos sujeitos para que pudessem produzir ou, por último, no financeiro globalizado em momentos mais recentes com pretensões de Estado mínimo, “desinvestimento estatal e corporativo do bem-estar social”.¹⁴⁹

Os debates nos espaços de representação de poder, quando emergidas pelas elites dificilmente tinham as portas abertas para um debate mais horizontal com a população demonstrando que a institucionalização de direitos nem sempre estavam na ordem do dia, portanto, experimentaram a pressão através das demandas populares organizadas que alertavam os problemas e exclusões sociais aos quais a classe trabalhadora foram e são submetidas, evidenciando que a cidadania se constitui no processo do viver, no dia a dia, constando como um processo político.

Pensando nesses entraves relacionados a um modelo explicativo economicistas, nos proporcionou um diálogo mais fundamental aquele mantido por Marilena Chauí, que ao analisar os aspectos das práticas sociais populares menciona que “seria injusto e parcial desconsiderar os esforços feitos pela população no sentido de superar o autoritarismo”. Portanto, elenca que o processo de luta da cidadania é realizado pela exigência da representação política, na exigência de liberdade por meio dos direitos civis e na emergência sociopolítico que se refere à justiça econômica, como a distribuição mais justa de renda nacional e nos seus interesses difundidos nos movimentos sociais.¹⁵⁰

A representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-as passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo. Quando se examina o largo espectro das lutas populares, nos últimos anos, pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais. Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada de poder identificado com o poder do Estado, mas é a luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. Por outro lado, no registro social, observa-se que as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou na sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social, o que é particularmente visível nos movimentos populares e dos trabalhadores.¹⁵¹

As reivindicações dos movimentos sociais, citados pela autora, estão inseridos no momento em que o Brasil vivia sob o autoritarismo militar, com perseguições e violência direcionada às

¹⁴⁸ FRASER, Nancy, p. 49-53.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 53-64.

¹⁵⁰ CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 61-64.

¹⁵¹ Ibidem, p. 62.

manifestações populares. Esses movimentos não desapareceram mediante a organização do Estado que, interessado no controle social e político, aliviava-se a ideia do desenvolvimento econômico dentro e fora do Brasil, sobretudo das elites. Sobre os objetivos dos movimentos sociais eram diversos, e longe de resumi-los, a democratização como a tônica para a extinção da Ditadura Civil Militar, e sobretudo, constituir o terreno democrático por meio de práticas transformadoras com a participação política ampla, na discussão e acesso aos direitos sociais.¹⁵²

O sociólogo Eder Sader coloca importante reflexão quando ao analisar os movimentos sociais de 1970 em São Paulo, mencionando que explicar os movimentos pela estrutura, põe em risco “os significados que orientam suas ações”¹⁵³, mas coloca em questão também, os momentos em que as análises pressupõem o essencialismo de autonomia do sujeito sem considerar os processos de sujeição que sofrem.

Longe de elaborar ou enraizar a pesquisa a um modelo explicativo, o diálogo aqui proposto procura observar as práticas sociais que as mulheres consideram no seu cotidiano, atribuindo as conquistas por cidadania e direitos como processo, o que se projeta totalmente diferente daqueles que associam os direitos como benfeitorias do Estado, considerando-os a partir de perspectivas superficiais, confusas e difundidas como estratégia política de dependência, portanto, empobrecendo o fazer histórico delas.

Se recordarmos das noções até aqui apresentadas pelas trabalhadoras da área portuária ao longo da vida que, têm orientado sua participação nos modos de trabalho, nas qualificações das suas respectivas atividades que são ações individuais e coletivas como meios para resistir aos processos que pretendem eliminar sua participação e percepção nas relações, é possível notar que não se trata por esperar que as coisas se resolvam por si, sem dar a ver que existam momentos e práticas que estão contra suas dinâmicas de vida, tais como aquelas que exemplificam a retirada delas dos espaços de trabalho e, aquelas que são perspectivas de outros sujeitos que esperam que elas façam e sigam papéis considerados para as mulheres, como atividades do lar, a maternidade, e demais processos de reprodução social. Por isso, a historiografia que relacionada às experiências de reprodução social tem buscado orientar-se para além da perspectiva economicista, porque atribuem o peso dos processos que são desenvolvidos por elas, ao tempo que também estão em condições que são impostas a elas.¹⁵⁴

Assim, a proposta que considera avaliar como vivem as mulheres, como pensam suas trajetórias, o que valorizam, o que visualizam como perdas, como observam as contradições existentes

¹⁵² Ibidem, p. 63.

¹⁵³ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 37-43.

¹⁵⁴ Aqui colocamos o aspecto ao qual Karl Marx reflete fornecendo as características sociais que lembram que fazer do sujeito como produtor da sua própria história, não se encontra sem que também, viva sob circunstâncias que lhes são transmitidas. MARX, Karl. 18 Brumário. São Paulo: Boitempo, 2011, p.25.

no meio social lembram que não escapam dos conflitos e, pelo contrário, evidenciam o quanto têm e precisam brigar constantemente para fazer valer seus modos de vida, assim como as relações em comunidade e solidariedade, sendo criativas dos sentidos históricos.

No diálogo com as trabalhadoras, pudemos encontrar suas noções e ações cotidianas, as colocando como partícipes dos processos sociais relacionados ao porto, à cidade, às configurações familiares, das noções e busca por direitos. Por isso, o encontro das histórias de vida das trabalhadoras coloca em xeque compreensões que relativizam suas experiências e as colocam como expectadoras e receptoras dos direitos sociais.

Quais noções, então, as mulheres entrevistadas no porto têm atribuído aos processos de cidadania e direitos sociais? Como têm olhado as relações políticas, os deveres dos poderes, e quais aspectos têm criticado?

A entrevistada Greice Kelle fala de suas idas e vindas entre Cruzeiro do Sul (AC), Porto Velho (RO) e Manaus (AM), aos dezesseis anos de idade já considerando que processos de luta fariam parte da sua vida.

Eu nasci em Cruzeiro do Sul, mas só nasci lá, não sei nem onde fica, mas eu fui criada em Porto Velho e Manaus. Em Porto Velho eu morava com a minha mãe, mas quando ela precisou, ela mandou a gente vir morar com nossa avó por parte de mãe, aqui em Manaus. Eu tinha quatro anos de idade, minha irmã tinha sete anos. Aí, quando eu tinha uns seis pra sete anos, eu fui de novo pra Porto Velho. Aos quinze anos vim pra Manaus de novo e não voltei mais, eu já estava acostumada a morar em Manaus, me identifiquei com aqui porque pra mim eu fui criada aqui. **Essa identificação tem a ver com a tua avó?** Minha avó morreu em 1996, e depois de morar com ela, eu vim morar com meu tio por parte de mãe, que era ele que também cuidava da gente, que criava a gente. Ele chamou de volta, eu voltei.

Quando eu tinha dezesseis anos, eu arrumei uma pessoa e engravidei, tive com dezessete, daí, o resto da vida foi uma luta. Me separei depois de uns cinco anos já, eu morava no Janauacá com ele, depois vim embora para Manaus e tô aqui até hoje na luta. Meu primeiro filho tem vinte e um anos, o mais novo tem doze, também só tenho os dois. Graças a deus!

Mas sobre luta, sobre trabalho, sobre emprego foi assim... uma amiga que chamou pra trabalhar na balsa verde, servindo mesa, cuidando de venda, isso em 2008. **E antes disso, tu já tinha vindo aqui atrás de serviço, né? Como era isso?** Eu procurava, mana. Procurava diária que era separar verdura, atendia nas bancas e me pagavam diária. Era eu e mais uma amiga que a gente ia aqui procurando trabalho. Eu tinha uns 22 pra 23 anos. Depois [do serviço de diárias] não demorou nem um ano e consegui o serviço na balsa, mas antes disso que tinha trabalhado como frentista, trabalhei no shopping como auxiliar de serviços gerais. Não. Antes de vir pra balsa, eu trabalhei como frentista, depois que eu vim pra balsa e, depois arrumei trabalho como serviço gerais, passei só a experiência que eu tava grávida. Era janeiro quando descobri que tava grávida, eles me dispensaram, voltei pra balsa e trabalhei na balsa a gravidez toda até a semana de ter, depois de uma semana que ele nasceu, eu voltei pra balsa de novo. **Quando eles te dispensaram, eles sabiam que tu estava grávida? Sabiam. Não falaram que continuariam com o teu contrato?** Não, não pode. Se tu tá grávida e tá na experiência eles têm que te dar as contas.

Se eu tivesse passado o período da experiência, aí sim, eles teriam que manter o

contrato. Eu fiquei os três meses de experiência e voltei pra balsa.¹⁵⁵

Uma trajetória organizada pelas relações familiares e pela necessidade de ocupação cerca a vida da Kelle, que, tem refletido uma série de condições que tomava como processos de luta. Em sua narrativa, o momento que identifica que tudo vai se tornar mais desafiador é a partir da primeira gravidez, seguida pela mudança para o Lago do Janauacá, no Município de Careiro da Várzea (AM), e posteriormente quando retorna a Manaus depois da separação no casamento, onde precisa buscar renda. Kelle, assim como outras mulheres entrevistadas, observa a área portuária como um lugar que pudesse trabalhar. Ela coloca como uma situação sem saída quando fala da sua demissão por parte do empregador quando soube que ela estava grávida, encerrando o contrato, porém, isso é uma condição posta pelos empregadores com relação às trabalhadoras, arrastando mais como um descargo aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores sobre as trabalhadoras, agindo de maneira ilegal ao que é definido pela Constituição, que diz ser expressamente vedada a dispensa quando a empregada está grávida.¹⁵⁶

A situação contada por ela, sem perspectiva de reintegração e com o contrato de experiência encerrado após três meses da atividade não era um caso isolado e foi tema de discussões e interpretações em juízo durante anos após a Constituição, analisando cada caso e suas nuances, ainda que seja um direito social¹⁵⁷. Ao considerar a história de Kelle, o que com ela ocorre é que sem vínculo empregatício, o que poderia dar providências relativas à reprodução social mais estável, ela volta à área portuária como um lugar que poderia trabalhar e ter renda, mantendo a vida próxima às pessoas que já tinham em outros momentos a auxiliado a conseguir ocupação em atividades informais remuneradas.

Numa outra oportunidade de diálogo com Kelle, lembramos dessa história sobre voltar ao porto esperando o nascimento do segundo filho, e em seguida retrocedemos no tempo das experiências dela para saber como foi no período da mudança da família para Janauacá, a qual ela diz ocorrer depois do nascimento do primeiro filho.

E como foi vocês para vocês passarem a morar no Janauacá? Vocês foram pra trabalhar? Tinham algum familiar lá que vocês pudessem ter algum auxílio? O que levou vocês a mudarem de Manaus para o Lago?

Eu fui com ele [marido] pra Janauacá, eu já tinha tido meu primeiro filho, e a gente foi porque ele [marido] queria morar com os pais que já eram idosos e a gente foi pra lá. Depois compramos uma casa na vila, ficamos morando lá uns quatro a cinco anos. Depois, me separei e vim me embora.

Mas a gente mudou porque ele quis mesmo morar no interior pra ficar com os pais

¹⁵⁵ Grece Kelle.

¹⁵⁶ Artigo 10, inciso II, alínea “b” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
<https://jus.com.br/artigos/110868/direitos-da-gravida-no-trabalho-protocoos-legais-e-garantias-no-brasil>.

¹⁵⁷ Capítulo III – Dos Direitos Sociais. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

dele. Hoje em dia os dois são falecidos [pais do marido].

Ele [marido] era aposentado por invalidez, lá ele fazia roçado, criação de galinha, fruta, peixe. Às vezes, pescava e vendia, vivia assim, da terra mesmo. Tanto ele quanto os pais dele eram aposentados.

Só eu que não fazia nada, lá não tinha serviço pra mim, era tudo muito pequeno.¹⁵⁸

O que reflete a entrevistada é que seus projetos de trabalho e de vida não tinham como ser realizados morando no meio rural, que era um lugar de projeção do marido. É importante notar também, que ela não faz uma crítica ao desejo do marido em cuidar dos pais idosos, algo que ela e seus irmãos têm feito hoje em dia com a mãe. O retorno a Manaus foi no intuito de dar conta das suas perspectivas e da realização do que acreditava partir de suas experiências e identificação, lembrando que ela torna Manaus seu lugar de criação, lugar que já estava acostumada, mesmo passando por outros lugares.

Nos projetos de vida do ex-marido, além dos cuidados com os pais, segundo Kelle, também cabiam viver no interior, pois podia trabalhar com o que a terra dá, sustentando as necessidades alimentares da família e destinando parte da produção para venda no Lago do Janauacá. A aposentadoria do marido e dos sogross também aparece como um possível suporte para seu sustento, mas o qual ela qualifica ser de uso deles.

A realização de uma vida no meio urbano e a execução de atividades aprendidas por elas é compreendida como ter no horizonte seus próprios caminhos, significando a reflexão de suas ações e decisões ao longo do tempo. As experiências ao tomar seu caminho como a separação no casamento ou a saída de casa, que passem a articular uma rede de solidariedade com outras mulheres, na busca por trabalho, moradia, e cuidados necessários aos filhos. Romper as relações no casamento, não é o fim, pelo contrário, elas enxergam como parte integrante das suas trajetórias, tecendo novas perspectivas e vivenciando outras experiências.

Juliane também descreve como passou a contar com familiares no momento que ficou sozinha. Ela foi abandonada pelo marido, precisando trabalhar e cuidar da filha ao mesmo tempo.

Já tinha a minha filha quando vim trabalhar aqui. **Filha que veio no fim do casamento?** É no intervalinho ali. Quando eu vim trabalhar aqui a minha filha já estava com cinco meses.

Como é que se desdobra? Como tu conseguiu se organizar?

Na verdade, eu não tive opção, porque eu estava abandonada pelo pai da minha filha. E minha irmã chegou e conversou comigo, né? “Mana, deixa ela aqui e vai trabalhar, pra ti me ajudar a cuidar dela”, daí não tinha opção, eu deixava ela lá e ia trabalhar ou ficava com ela e ia passar necessidade nós duas, aí eu optei por deixar. Ela se criou na minha irmã, e ela chama minha irmã de mãe também. Ela chama eu e minha irmã de mãe e meu cunhado de pai e assim ela se criou, eu não tive muita opção não. **Ela tem quantos anos?** Ela agora tem três anos.

E o pai dela, ajuda em alguma coisa?

Não. Não me ajuda em nada.

¹⁵⁸ Grece Kelle. Entrevista em março de 2024.

Mas vocês ainda se falam?

Não. A gente não tem mais contato.

E você queria manter contato ou tanto faz?

Eu não queria não, porque a gente só conhece as pessoas depois que a gente separa, né? E realmente, ele me mostrou ser uma pessoa completamente diferente do que quando a gente se separou e foi uma versão que eu me decepcionei muito, hoje eu não faço mais questão. Hoje eu já trabalho, hoje minha filha já tá grande, não precisa de tanto cuidados como quando era bebê e ela tá bem graças a Deus! Minha irmã ama minha filha graças a Deus.

Mas o que te decepcionou?

O problema dele era bebida.¹⁵⁹

Essas novas experiências construídas por elas, muitas vezes, se referem aos momentos de obtenção de informações relativas aos direitos e programas sociais. Manter-se informada e buscar acesso tem sido um dos meios que as mulheres entendem como uma forma de auxílio na responsabilidade acumulada da reprodução e produção, equilibrando minimamente a possibilidade dos cuidados dos filhos, dos pais idosos, procura por habitação e busca por empregos com garantias dos direitos trabalhistas, expressando o reconhecimento das próprias atividades e compreendendo como os usos da saúde pública, escolas públicas, previdência social e os programas sociais como Bolsa Família e Programa Luz Para Todos potencializam a qualidade de vida no meio urbano ou rural.

O que ocorre é que elas acabam indo atrás de notícias que são veiculadas nos meios de comunicação ou novamente usam o recurso das informações partilhadas por quem já fez o processo de utilização desses serviços, geralmente outras mulheres – Quando passam a conhecer e acessam, reforçam o caráter de cidadania, entendendo e significando que sua participação e adesão tem sido uma forma de ampliar direitos para elas e para outras pessoas que também precisam, indicando como fazer, quando fazer e quem tem prioridade.

Elas vão delineando informações e adquirindo conhecimento, identificando instâncias de poder e como interagem. Em capítulos anteriores, vimos como elas observam que a Prefeitura de Manaus age, como funcionam essas relações, por exemplo, aquelas que se referem à utilização dos espaços e, como se posicionam e tem notado o quanto tem sido difícil colocar suas demandas.

Outro exemplo é que passam a conhecer os passos como acessar aos benefícios por ter baixa renda, através de consulta no Cadastro Único (instrumento do Governo Federal que analisa as situações de famílias, facilitando que Programas do Governo Federal e outros programas elaborados pelos Governos Estaduais e Municipais possam checar suas condições e chegarem até elas).

Sabe aquele cartãozinho? Que é de cento cinquenta reais?

Sei.

Então, aquele cartão é benefício do Governo Estadual. O benefício Estadual vem em decorrência do Bolsa Família. O Estadual é feita uma seleção de pessoas, depois

¹⁵⁹ Juliane Monteiro Silva. Entrevista cedida no dia 30 de junho de 2020.

tu joga teu nome lá e vê se vai receber. É a pessoa que tem que ficar procurando no site se foi aprovado.

Então tu não precisou fazer um novo cadastro? Não.

E esse Auxílio Estadual ele é só pra rancho. É cento e cinquenta reais, mas como é que fala? Bom. Só pode ser usado para comprar comida.

Se precisar de alguma outra coisa você não pode comprar?

Pode, eu comprei uma sandália uma vez, comprei xampu, essas coisas assim. Na farmácia também disseram que aceita, mas ainda não usei lá porque ainda não precisei.¹⁶⁰

Muitos dos programas sociais foram projetados logo na década de 1990 alguns deles passaram por longas etapas de discussões, formulação de critérios e sendo criticados por defensores do Estado mínimo. O uso de uma ferramenta que dispusesse dos dados das famílias em caráter nacional, observando a possibilidade de concessão dos programas sociais passou a ser decreto em 2001, o chamado Cadastro Único¹⁶¹, que foi sendo atualizado de acordo com as realidades das famílias brasileiras, como em 2003, que as informações do CadÚnico foram integradas ao Bolsa Escola¹⁶² e algum tempo depois os programas passaram a priorizar transferência de renda como o Bolsa Família, além da integração de muitos outros programas que são usados pelas famílias que precisam.

Em um estudo sobre a avaliação de programas sociais publicado em 2011, o autor Paulo Martino Jannuzzi contribui com propostas conceituais e metodológicas de avaliação e sistema de monitoramento das políticas e dos ciclos de projeção, formulação, implementação e avaliação dos programas sociais no Brasil. Januzzi discute que as avaliações das políticas públicas têm sido trabalhadas pelos centros de pesquisas e universidades públicas que têm interesse em observar dados quantitativos e qualitativos, constituindo informações que podem ser utilizadas pelos gestores públicos. Ele indica que não há uma universalização para os desenhos dos instrumentos que sirvam para as avaliações, mas sugere que os instrumentos, devem levar em consideração “experiências, recomendações e boas práticas”.

Estruturar melhor os sistemas de indicadores de monitoramento e especificar pesquisas de avaliação mais consistentes são desafios que precisam ser rapidamente enfrentados nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), sob a pena de estender, por mais tempo ainda, a superação de iniquidades sociais no país e com o risco de se perder a crença de que programas públicos podem ser

¹⁶⁰ Juliane Monteiro Silva. Entrevista cedida no dia 26 de março de 2024. O Programa Auxílio Estadual foi lançado em abril de 2020, para pessoas com dados inseridos no Cadastro Único do Governo Federal no intuito de que fosse temporário; em 2021 ele se torna permanente.

¹⁶¹ Decreto 3.887 de 24 de julho de 2001.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3877.htm.

O Decreto Nº3.887 foi revogado dando lugar ao Decreto Nº 6.135 de 26 de junho de 2007, que também foi revogado dando lugar ao Decreto Nº 11.016 de março de 2022.

¹⁶² Medida Provisória Nº132, de 20 de outubro de 2003, “por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”. Lei 10.219, de 11 de abril de 2001, também ao Programa Nacional de Acesso à Alimentação. https://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia-documentacao-programa/MEDIDA_PROVISORIA_N_132.pdf

vetores impactantes da mudança social no Brasil.¹⁶³

O sentido de política pública se refere aos modos de ação dos governos, que segundo o autor, no Brasil se torna crescente “na promoção de políticas sociais – em especial a partir da CF/88”, porém, com algumas limitações nos processos, “em que pesem os avanços na capacidade de gestão de programas, ainda são expressivos os contrastes que se podem observar, por exemplo, no acompanhamento dos programas nas áreas da saúde e da qualificação profissional, ou entre equipes de gestores do governo federal e dos técnicos de prefeituras de pequenos municípios do interior do país”.¹⁶⁴

Os anos de pesquisa, de implementação dos programas sociais, da circulação de uma série de diálogos sobre demandas sociais, vão entrar em estágio crítico depois de 2016, quando ocorre uma série de mudanças que vão na contramão de ampliar direitos, difundir informações e priorizar a população que precisava e tinha as rendas dos programas sociais¹⁶⁵ e se torna um caos à medida em que as desigualdades sociais vão ser cada vez mais evidenciadas no período da pandemia por Covid_19. Dialogar com as mulheres, como e o que têm pensado dos programas sociais coloca em evidência diversas vivências, realizando críticas, sugestões e projeções de alcance dos programas.

As trabalhadoras recebiam benefícios sociais e continuavam na sua venda de alimentos e em atividades remuneradas na área portuária ou em outras localidades, como foi o caso da própria Juliane, que conta que precisou trabalhar durante a pandemia.

Você comentou uma vez que precisou vender açaí no período da Pandemia, como foi?

Sim. Foi assim, a Val me chamou pra gente comprar açaí e a gente saia oferecendo, não deu muito certo. Depois, eu fique pegando pra mim, ligava perguntando se as amigas queriam comprar, e foi isso.¹⁶⁶

O entendimento que a entrevistada tem desse momento é que os Governos Estadual e Federal, na época da Pandemia foram responsáveis por situações trágicas sentidas pela população.

¹⁶³ JANNUZZI, Paulo Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando as práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Revista Planejamento de Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), nº36, 2011, p. 251-275. <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228/212>

¹⁶⁴ Ibidem, p. 255.

¹⁶⁵ Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, onde ficou instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigora por vinte exercícios financeiros, congelando os investimentos públicos em vários setores que atendem a população como saúde e educação. No ano seguinte, a Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 altera a Consolidação de Leis Trabalhistas, relaxando obrigatoriedades de zelo com a classe trabalhadora e colocando as relações cada vez mais individualizadas e precarizadas, como dois exemplos do Art. 611 – A, no caso de acordos coletivos possibilita “prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho”; outra que menciona que “se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo”. (Internet) planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

¹⁶⁶

Coloca também como tem pensado as eleições como um dos muitos modos de participação política e vão observando os comportamentos e práticas dos representantes a partir do que é benéfico para elas e para os outros.

A Juliane diz não ser muito ligada em política, mas em seguida apresenta como as redes sociais têm sido interesse dos políticos para mostrar o que estão fazendo, colocando como um interesse que parte dela também em saber quem são e o que estão fazendo.¹⁶⁷

Quando veio o Bolsonaro, ele só criticava, mas não ajudava em nada. Eu nem vi se ele roubou alguma coisa, que eu não sou muito ligada em política, mas de ajudar ele não ajudou não.

E como foi o teu voto nos últimos anos?

Eu votei no Lula. Pra Governo [2022] eu não lembro, mas eu voltei pra um que não era tão conhecido, não lembro. Em 2018 voltei pro Lima [Wilson] pra Governo, quando me arrependi amargamente, o povo passou por tudo aquilo [Pandemia], eu até coloquei no facebook um tempo desses que se arrependimento matasse foi da vez que eu voltei no Lima, mas nesse 2022 eu não votei nele não.

Mas pra Presidente eu voltei no Lula, na época da Dilma eu voltei nela também.

O pessoal fala que o Lula roubou, que isso e aquilo. Mas tu que gosta de andar assim pelo povo e tu perguntar das pessoas aqui sobre *Luz Para Todos*, todo mundo vai te dizer que o Lula que botou. Tem muita gente que tem faculdade hoje em dia, foi porque o Lula botou. Tu vai ver quando tu tiver oportunidade de conversar com outras pessoas elas vão dizer “lá onde eu morava não tinha energia, era muito mais difícil.

Aqui em Manaus ultimamente eu votei no Amon e para vereador no Rodrigo Guedes. Olha! O Amon ele não veio na última eleição? Eu votei nele, votei também no Guedes que eu vejo que ele faz umas coisas ali pelo bairro, né? Tá certo que eles fazem ali só pra se aparecer, mas o Guedes tá sempre lá pelo bairro. Um dia desses eu ouvi alguém falando “ah! Tudo o que ele faz ele quer postar”, mas ele tem que postar porque ele tem que mostrar as coisas, tipo, ele tá sempre por lá, e não é aquele que só aparece na época da eleição que quer andar em cima de uma ponte dizendo que vai reformar aquela ponte.

E aqui no Porto, eles aparecem?

Aqui no porto eles só aparecem na época de eleição.

Aquela época que vocês tiveram que sair das balsas, apareceu alguém?

Não apareceu ninguém, ficou aqui todo mundo desbundado. E querendo ou não aquilo era briga de gente grande, que tinha bala na agulha. Então, o sentimento é de impotência.

Acho que foi a Lita que falou que nem bem avisaram vocês e nas semanas seguintes já era pra vocês saírem.

Foi assim mesmo.¹⁶⁸

¹⁶⁷ No livro *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil*, organizado por Manuela d’Ávila, há relatos pessoais das autoras dos artigos e, que permeiam a vida de tantas outras representantes na política no Brasil. Chamando a atenção para deterioração dos debates e pautas políticas importantes às demandas sociais, muitas delas travadas nos espaços institucionais e levadas para as redes sociais revelando a misoginia, o racismo e lgbtfobia. Sobre as redes sociais, duas delas: a Áurea Carolina e Benedita da Silva colocam perspectivas quanto ao uso das redes, pois ora tem se mostrado um novo espaço de violência, ora tem proporcionado um alcance maior do diálogo entre sujeitos que tem sofrido as mesmas violências no cotidiano.

¹⁶⁸ Juliane Monteiro Silva. Entrevista cedida no dia 26 de março de 2024. O Programa Luz para todos a qual se refere a entrevistada torna-se um decreto, por meio do Decreto Nº4.873, de 11 de novembro de 2003, instituindo a nacionalização e universalização do acesso e uso à energia elétrica. (Internet)

Juliane tem observado o movimento de políticos em Manaus, votando em alguns que parecem ter mais proximidade com a população do bairro onde mora, mas entendendo também que estão cuidando do interesse em manter-se nas próximas eleições, interpretando que existem ainda aqueles que aparecem só no período das eleições.

Ela analisa aqueles políticos que consegue lembrar durante a conversa, aponta as discordâncias das análises de outras pessoas com relação a uma ou outra prática dos políticos locais, mas coloca como algo coletivo o entendimento que existiram mudanças significativas nos Governos de Lula e Dilma, tanto que ela destaca que votou nas ocasiões que ele e ela foram candidatos e que outras pessoas ali também vão reconhecer que estes governos têm procurado atender aos interesses da população que precisa, interpretando que não são interesses individualizados, já que compreende que os Programas Sociais de distribuição de renda, assim como educação e profissionalização são interesses sociais, sendo a tônica em muitas das conversas que circulam na área portuária.

Como é que tu interpreta essa falta de comunicação com a população? Digo, a gente costuma ver nos jornais que sempre tem um projeto acontecendo na área portuária ou pra acontecer, mas o que parece que nesses projetos a ideia é tirar as pessoas que trabalham aqui.

Ah! O negócio dele é tirar, ele não quer arrumar, quer tirar todo mundo daqui e deixar lascado como eles sempre deixam. Que nem essa semana que eles estão vindo aqui todos os dias, todos os dias vindo pra perturbar aqui. Ah! O pessoal é errado por sujar, é que o pessoal tá denunciando [o que se escuta quando chegam para tirar os trabalhadores], mas por que eles não vêm aqui e fazem um negócio legal, manda uma equipe? Já que eles mandam uma equipe pra tirar todo mundo, por que eles não mandam uma equipe pra fazer um cadastro, vê quem tá precisando, arrumar um lugarzinho pra botar todo mundo, tem tanto prédio abandonado aí, por que eles não fazem uma galeria e bota todo mundo lá? Isso ele não faz.

Acho que foi segunda que eles vieram aqui e pegaram a caixa do cara, quebraram a caixa do cara, jogaram a caixa. Então, quer dizer que isso pode, mas pra fazer algo legal não pode?

Na verdade, isso é um problema antigo. Dizem que eles querem reformar e fazer orla, antes do Rio encher, eles já estavam trabalhando na praia, não sei como vai ser quando o Rio secar.

Não dá nem pra conversar quando eles chegam? Pra não tirarem as coisas de vocês?

Não. Eles não chegam aqui pra conversar, eles chegam aqui com caminhão, eles chegam com aqueles alicates grandes porque se tiver corrente amarrada em alguma coisa eles cortam, eles levam. Eles vêm com uma equipe grande aí, então não tem conversa, né?¹⁶⁹

Questionar as ações intimidadoras e violentas da Prefeitura que têm impossibilitado o trabalho no porto, alertando quais são as soluções possíveis para que ocorram mudanças

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm

Esse decreto foi revogado em 2019, onde uma série de outros decretos serão revogados, no período de Jair Messias Bolsonaro, pelo Decreto nº10.087. (Internet)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10087.htm

¹⁶⁹ Juliane Monteiro da Silva.

significativas transparece como elas gostariam que fossem consideradas as alternativas planejadas por elas, assim como também questionam sua expulsão das balsas, por outros sujeitos a quem elas identificam manter poder econômico, colocando como uma batalha difícil para elas, pois seus interesses não são tomados como prioridade ou integrante de perspectivas do viver na cidade.

O ponto delineador nessas perspectivas refletidas por elas são que as mulheres, ainda que possuam o conhecimento e estejam por todos os lados, tendo uma considerável participação dentro das relações reprodutivas, produtivas e nos modos de vida existentes, não têm tido maiores oportunidades, mesmo que lutem, falem e tenham construído noções de independência. Assim, vão entendendo que não se trata de relação passiva de sua parte, mas que socialmente existe uma disputa desigual que recai sobre elas, que é cansativa, e encontram no diálogo com outras pessoas, sobretudo outras mulheres, perspectivas que possibilitem seguir em frente elaborando novas estratégias, ampliando suas reflexões e inserindo outros sujeitos no diálogo, como familiares, por exemplo.

Quando nas entrevistas pudemos conversar sobre como notavam essa constante prática de torná-las ausentes, colocam que isso não vem delas, mas de divisões sociais que pretendem cristalizar essa ausência, como indica Elizanete: “falta comunicação, mas comunicação sobre trabalho”¹⁷⁰, quando questionada o que precisaria para melhorar a vida das trabalhadoras. Juliane, na entrevista, entende que as mulheres têm mais independência nos dias de hoje, mas que é necessário mais do que noção de liberdade: “o que falta é ser mais ouvida, de exposição de suas ideias, o que tá faltando é oportunidade”.¹⁷¹

O balanço que fazem outras mulheres também se relacionam com as perspectivas alcançadas, como a realização de estudar ensino superior, mas serem limitadas do reconhecimento de suas atividades, saindo do trabalho assalariado.

Eu sabia que poderia ganhar mais, mas meu gerente não via, meu trabalho e meu esforço e eu não era bem recompensada por isso, eu dava minha mão de obra e não voltava para mim o que era pra voltar, então, aí fui desanimando. Por que eu dou o meu melhor eu recebo o pior?

Não. Eu não vou aceitar isso.¹⁷²

As considerações alcançam lugares e trabalhos que são definidos socialmente como espaços e trabalhos para homens, sobre os quais discorre dona Rosângela.

E eu acho que todos deveriam dar uma oportunidade pra muitas mulheres que querem tentar dessa forma, tem muitas que querem, mas tem gente que não abre as portas.

Pode ver naquelas construções tem um monte de mulher, tem muitas, batalhadoras, elas fazem massa, botam cerâmica, tem muita mulher. Eu sempre tive vontade de fazer essa parte aí, de fazer massa, botar tijolo.

¹⁷⁰ Elizanete Lima Ruiz. Entrevista cedida em 24 de março de 2024.

¹⁷¹ Juliane Monteiro Silva. Entrevista cedida de 28 de março de 2024.

¹⁷² Sherlene Cardoso. Entrevista cedida em 24 de março de 2024.

A minha vontade mesmo não é trabalhar na loja, é trabalhar com caminhão, com meus colegas, ir nos bairros, ver outras coisas diferentes, mas meu patrão nunca deixou eu ir pra essa área aí. Ele quer que eu fique lá na loja.¹⁷³

Quando a teórica feminista bell hooks escreve que por experiência própria “trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina”, também não libertava as feministas liberais da discriminação de gênero, mesmo que tivessem melhores salários e cargos. Para a autora, ser “economicamente autossuficiente é uma chance de que mulheres possam terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina”, mas aponta que sem dúvida, “melhores salários e horários flexíveis tendem a oferecer maior liberdade à trabalhadora”. A questão é que, o capitalismo promoveu formas de exploração do trabalho das mulheres, ainda que algumas tivessem sucesso através da educação, não houve mudanças significativas para “uma multidão de mulheres”, não sendo justo que recaiam sobre as feministas que a luta por empregos fora de casa tenha o peso e culpabilidade que tem o capitalismo; na verdade, para a autora, o que o feminismo fez foi desafiar a discriminação de gênero, que teve impacto no processo de conquista de direitos.¹⁷⁴

Se não encontramos uma resposta definitiva de como ganhar essa luta que parece ter nos consumido cada vez mais nas últimas décadas, podemos aprender algumas lições importantes com as experiências das mulheres da área portuária, talvez, a primeira é entender que como classe trabalhadora, seguir no cotidiano as divisões que foram reforçadas pelo capitalismo não nos ajudam a resolver as complexas e tensas formas de hierarquias sociais. Elas existem, mas não significam que estão cristalizadas e que nunca vão mudar. Para além de esperança, alguns movimentos precisam ser feitos.

No próximo e último tópico, vamos trabalhar as narrativas acerca de como redes de apoio com outras mulheres fortalecem o acesso dos programas sociais e viabilizam o diálogo sobre direitos sociais, apontando que cuidar de si é tão importante quanto aprender a cuidar dos outros e trabalhar para que as próximas gerações possam ter um futuro digno não significa abandonar as próprias aspirações e desejos.

¹⁷³ Rosângela Vieira Furtado. Entrevista cedida em 02 de outubro de 2012.

¹⁷⁴ HOOKS, bell. O feminismo é para todo o mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p. 81-85.

3.2 Bolsa Família, Sistema único de Saúde e Educação na vida das mulheres trabalhadoras da área portuária

Apresentar as perspectivas das entrevistadas não parte da expectativa de torná-las as mais verdadeiras das histórias, pois não trabalhamos, aqui, sob o dever ou comprometimento de produzir qualquer verdade universal. Também não é possível desconsiderar as reflexões que as mulheres ouvidas neste trabalho fazem de suas próprias trajetórias e evidenciam processos em diálogo com diversos elementos partilhados coletivamente, aproximando lutas, desenvolvendo ferramentas de comunicação e reconhecendo os direitos como conquistas coletivizadas, nos deslocando para a compreensão dos movimentos que produzem e desafiam hierarquias. Lembrar e dialogar sobre as suas vivências é, portanto, um ato de rebeldia, que elas têm promovido para enfrentar as convenções sociais que cotidianamente promovem os seus silenciamentos e apagamentos.

Algumas entrevistadas revelam como chegam a saber sobre programas sociais, sobretudo, do Bolsa Família¹⁷⁵, contribuindo com a qualidade de vida delas e dos filhos, principalmente, mantendo-os na escola, oferecendo mais conforto e desobrigando-os do trabalho infantil, enquanto elas se desdobram em diversas atividades.

E como foi pra receber o Bolsa Família? Tu tinha me contado uma vez que nem estava esperando receber.

Sim. Nem estava esperando mesmo, nem sabia e nem me importava com isso. O que aconteceu foi que quando eu engravidei eu passei a fazer meu pré-natal lá do Deodato Miranda, né? Aí, um rapaz lá da recepção pediu minha documentação e eu nem sabia pra que era, fizeram o cadastro por lá e tanto que eu nem fiquei esperando por nada. Passei minha gravidez toda fazendo meu pré-natal certinho, quando minha filha tinha uns dois ou três meses (nascida), chegou o cartão lá em casa e já tinha um saldo, não lembro ao certo se era dois ou três meses, mas foi bem no começo. Ela nasceu em janeiro, acho que chegou em fevereiro, março. Aí, eles têm meu contato lá, quando precisa atualizar eles mandam uma mensagem.

Pelo celular?

Sim. Se você mudou de número, de endereço, você vai até uma CRAS mais próximo da sua casa para atualizar e de mês em mês o que eles pedem é que a criança seja acompanhada, como pesar, teste do pezinho, quando vai pra escola você leva a declaração escolar para atualizar também.

E como foi receber o Bolsa Família?

Foi muito bom, né? Eu tava desempregada, não tinha como trabalhar com um bebê, e aí, foi bom pra comprar as coisinhas dela.

Como tu destina o valor do Bolsa Família?

Uma parte é pra escola dela, a gente compra material, um tênis, e quando sobra a gente compra brinquedo, essas coisas que ela vai usar.

Você precisou trabalhar mesmo tendo bolsa família?

¹⁷⁵ Lei 10. 836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Bolsa Família, uma ação de transferência de renda para as famílias que se encontram em extrema pobreza, que tenham em sua composição: gestantes, nutrizes e crianças entre 0 a 12 anos ou quinze anos, com o pagamento do benefício preferencialmente para mulheres. (Internet) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm

Sim. Porque o Bolsa Família é para as coisas dela, e ela não pode ter qualquer alimentação, ela é intolerante à lactose, ela sentia muita dor no estômago, levei ela ao médico e descobriram.¹⁷⁶

Greice Kelle também delinea os momentos e condições de vivência nas experiências das relações reprodutivas e produtivas, afirmando que nem sempre estiveram favoráveis, só melhorando quando articulou com outras mulheres meios de sobrevivência e cuidados, tomando conhecimento sobre o Bolsa Família no momento do pré-natal, feito na rede pública de saúde, mas só conseguindo o acesso depois de oito anos.

O mais velho mora com o pai desde sempre. Assim que me separei, meu marido ganhou a guarda do meu filho mais velho na justiça.

Quando eu já estava aqui em Manaus, eu fiquei grávida e estava com o pai do meu segundo filho, e logo que ele nasceu, eu me separei. Era sozinha pra tudo: lavar, cozinhar, pra fazer comida. E ainda trabalhava a noite no Porto.

Teu filho vinha pra cá?

Quando ele nasceu, ele ficava direto comigo. Até que falaram sobre o Conselho Tutelar, falaram que iam me denunciar porque ele passava a noite comigo. Eu trabalhei pra uma senhora que falou que não queria mais com ele. Aí, uma colega minha disse que ficaria com ele por um tempo e, ela ficou com ele à noite pra eu poder trabalhar. Depois de um tempo, ela disse que não dava mais pra ela ficar. Foi quando ele foi morar com a avó paterna dele, depois de dois anos ele foi morar com a minha mãe, na verdade, ele morou comigo, mas como eu vivia trabalhando, minha mãe achou melhor cuidar dele e até hoje ele tá lá.

Notei que existe uma rede aqui no porto, uma mulher chama a outra, vocês estando perto uma das outras.

É isso mesmo. Aqui você conhece uma, aí chega mais uma e mais outra. Chama pra trabalhar. Agora quantas mulheres já não passaram por aqui? Depois de um tempo, tem umas que voltam de novo. Como a gente diz, a Manaus Moderna é a mamãe Moderna, porque as pessoas que ficam precisando, então, voltam pra cá, ganhando por diária, é mais rápido.

Hoje em dia, tu trabalha num lugar que tu tem carteira assinada. Tu tem uma percepção sobre lá e daqui?

Lá a gente sabe que tem nossos benefícios, né? Querendo ou não, vai ter nossos benefícios e aqui, tu não tem benefício nenhum. Tu ganha todo dia, mas em compensação, se tu não guardar tu não tem dinheiro. Lá tem nossos benefícios. Aqui tu tem dinheiro todos os dias. Lá tu não tem dinheiro todos os dias. Lá é por quinquena, tu tem que esperar até o dia que receber, aí tu fica lisa e sem dinheiro.

E pra completar cortaram meu Bolsa Família.

E por que cortaram?

Por causa do salário de lá. Como eu trabalho num posto de gasolina, recebo adicional de periculosidade, trabalho à noite, então recebo adicional noturno, mas

¹⁷⁶ Juliane Monteiro Silva, março de 2024. Ela comenta sobre o Programa Bolsa Família na trajetória dela nas entrevistas de 2020 e 2021 também, o que proporcionou um diálogo amplo sobre sua trajetória e das condições que envolvem os Programas Sociais acessados. Há disponível um manual de orientações sobre o Bolsa Família na Saúde, produzido pelo Ministério da Saúde, em 2007, que trata do papel da secretária municipal na participação do programa, bem como as orientações às famílias e o levantamento de dados sobre alimentação das famílias beneficiadas. (Internet) https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_orientacoes_bolsa_familia_2ed.pdf

não é realmente o salário que tu recebe, né? Porque tem os descontos, às vezes, tá lá no meu contracheque quase dois mil reais, mas aí descontam de vale que faltou no meu caixa. **Tem isso no comércio, você trabalhou com o dinheiro dos outros e se faltar...** aí, eu que pago.

Sem mentira nenhuma, no mês passado o pessoal até me apelidou de “Kelle do vale”, eu bati o recorde que eu assinei setecentos e pouco de vale, aí recebi uns oitocentos, e aí, o que tu faz com oitocentos reais pagando aluguel? Pagando as contas? Aí, você tem que se virar por fora, pra poder ganhar dinheiro e pagar as contas. Eu tava falando pra Juli que eu vou voltar aqui, ela perguntou se eu ia trabalhar todos os dias, e eu disse que não, porque cansa, eu já trabalho a noite, já vivo cansada e aqui presaria ser a noite, então, eu disse pra ela que seria um dia sim e outro não. Agora apertou.

O bolsa família era do meu filho. Ele já estava recebendo duzentos reais, antes era seiscentos e cinquenta, baixaram pra duzentos. Quando foi agora esse mês, foi cortado. Eles cortaram por causa da renda. Era pra eu ter recebido no sábado, e eu fui ver na segunda, e no extrato tinha escrito, a renda da sua família aumentou, mas só o meu filho é cadastrado, a renda era pra ele, esse dinheiro sempre foi pra ele, até quando eu trabalho empregada. Quando eu comecei a trabalhar foi baixando. Agora eu vou mandar duzentos reais pra ele que serve pra comprar roupa, serve pra comprar um calçado, serve pra ele ir pra escola. Meu vale alimentação também é dele.

Como foi que tu teve acesso ao Bolsa Família?

Mana, quando eu fiquei grávida, eu fiz todos os parâmetros que mandaram, fui lá no CRAS. E sempre botei como referência a casa da minha mãe, né? E aí, fiz tudo porque grávida, tu já pode fazer, né? Olha! Já tem doze anos. Antes de eu ter neném, me falaram “traz todas as tuas documentações, traz tudo. A gente vai fazer o cadastro, quando tu for neném, com três meses eles te dão resposta sobre o Bolsa Família”. Ele nasceu, depois de três meses eu fui lá pra saber, eles tinham perdido todos os meus documentos, eram xerox, e eles não tinha feito o cadastro.

Eu fiquei muito chateada. Eu pensei, ah! Vou deixar pra lá. Depois de muitos anos, eu vim conseguir já faz uns três anos que eu consegui o Bolsa Família.

E como foi pra tu conseguir? Teve que reunir todos os documentos de novo?

Mana, eu tive que reunir tudo de novo. Eu tive que dormir no CRAS do Crespo porque é muito difícil. O do Crespo é o mais próximo do Mauazinho. Era novembro e marcaram a coisa pra final de março. **O agendamento?** Isso. Só final de março.

Quando eu cheguei lá, no final de março, me disseram, “olha acabou a vaga, tu não vai conseguir ser atendida hoje”. E eu disse não, eu estava agendada e eu quero ser atendida. Eu disse que “eu tô esperando desde novembro, gente. A gente tá no final de março, eu preciso”. E ele disse [atendente], então, você vai ficar aqui só vai ter vaga lá para duas horas da tarde. Eu disse “não me interessa”, aí, eu fiquei. Quando foi duas horas da tarde, ele disse “agora você vai entrar na fila pra ser atendida”, eu entrei na fila de novo pra fazer cadastro e tudo, eu saí de lá umas cinco horas da tarde que já tava fechando.

Teve uma moça que ainda me ajudou, porque eu esqueci a declaração da escola. Aí, a moça [atendente] disse “olha! Mande uma foto pra mim quando você chegar em casa, porque eu sei que você está precisada”. Eu disse pra ela, “mana, eu tô desempregada desde 2011, eu trabalho avulso, né?”. Mande a foto depois, e ela disse “espere quarenta dias pra ver se você foi aprovada”. Quando passou os quarenta dias certinho, tava lá que eu fui aprovada. Quando eu comecei a receber era seiscentos reais, aumentou cinquenta porque ele é menor e estuda. Quando eu arrumei o emprego, baixou com tudo. Foi pra quatrocentos, depois, eu fui ver no “Meu Caixa Tem”, baixou pra duzentos. E eu “meu deus do céu!”.

Minha mãe disse que eu sempre ajudei, mas aí, o que eu fiz, mandei meu [vale]

alimentação pra lá. Faz falta, faz falta, mas é pro meu filho.¹⁷⁷

Dona Elizanete Lima também relata que o Bolsa Família tem sido uma ferramenta utilizada por sua filha, que soube que crianças em idade escolar com famílias de baixa renda também poderiam acessar ao Programa.

A senhora recebeu Auxílio [emergencial]?

Recebi. Eu tive que fazer todo o cadastro, porque eu não tenho Bolsa Família.

A minha filha recebe o Bolsa Família. Ela procurou saber, né? Ela tem filho na escola, daí soube do Bolsa Família.¹⁷⁸

A importância da distribuição de renda para as entrevistadas compõe uma expectativa de suporte para os momentos que precisam dar conta de uma série de responsabilidades, interpretando que oferecem condições para os cuidados básicos para a geração delas e dos filhos. Para os filhos, que possam constituir uma vida voltada aos estudos; para elas, ter uma renda quando vivem a instabilidade das atividades informais e, também lidando com as atividades reprodutivas as quais são constantemente responsabilizadas. Elas também vão acompanhando as mudanças que ocorrem nas políticas públicas, os critérios de avaliação que são construídos para definir quem vai ser beneficiado, organizando também as documentações necessárias. Com as informações e acessos disponíveis nas instituições públicas, que são buscadas por elas, vão partilhando o que podem, e isso tem sido importante quando a cidadania é vivenciada por outras pessoas, que também exigem melhorias constantes e observações das realidades das famílias brasileiras trabalhadoras.

É importante pensar em duas situações que são deveres do Estado: a *assistência social*, e as *políticas públicas sociais*. Em 1993 foi sancionada a Lei 8.742 que em seu artigo 1º prevê que assistência social é “direito do cidadão e dever do Estado, é uma Política de Segurança Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas são atendidas”¹⁷⁹, tendo os seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento das necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, de forma a tornar o destinatário da ação assistencial acessível por outras políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedada qualquer prova vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso à assistência, sem discriminação de qualquer espécie, garantindo equivalência às populações urbana e rural; V - ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como

¹⁷⁷ Greice Kelle. Entrevista em março de 2024.

¹⁷⁸ Elizete Lima Ruiz.

¹⁷⁹ Lei Nº8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social (Internet) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Um ponto que gostaríamos de chamar a atenção é a participação da população por meio de organizações representativas (os Conselhos) na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis, além da necessidade de que seja um processo reconhecido no Brasil.

O site do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome menciona que a política de assistência social no país é para momentos de situações inesperadas, “nas quais a capacidade de acessar direitos sociais fiquem comprometidas, com o objetivo de ofertar serviços para fortalecer famílias e desenvolver sua autonomia”, devendo ser trabalhada em parceria com outras políticas públicas e inclusive encaminhadas para outros órgãos situações que não podem ser resolvidas apenas com assistência social, como no caso de violências, desemprego, doenças, acesso à educação, saneamento básico, moradia, entre outros”¹⁸⁰. Por isso, que o trabalho entre assistência social e política pública social precisam ter objetivo e funcionalidade, conexão entre a população e os poderes, principalmente com o Executivo, a quem fica a responsabilidade de fazer governar e administrar os interesses públicos.

O Bolsa Família se “constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania”, sendo um Programa vinculado ao Sistema Único de Assistência Social em articulação com a Saúde e Educação, por exemplo.

Após dez anos de existência, pesquisadores organizaram avaliações e perspectivas em torno do Bolsa Família, analisando esse processo de vinculação dos programas e como estão situadas a partilha das responsabilidades entre Governo Estadual, Governo Federal e Municipal.

Nascia como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico. Um modelo de desenvolvimento com inclusão, que se assentava em um conjunto relevante de iniciativas, tais como a política de valorização real do salário-mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária. Articulado às demais iniciativas que emergiram no início do governo Lula, o PBF conheceu uma trajetória de sucesso, contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras. O Bolsa Família tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.¹⁸¹

¹⁸⁰ Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. (Internet) <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas>

¹⁸¹ CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. IN: CAMPELO. NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013, p.15. Uma parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Em 2021, ocorreu um projeto para a desestruturação de um plano de distribuição de renda que estava em andamento há quase duas décadas, surgindo então o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, que definem metas para taxas de pobreza, revogando a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004¹⁸². Por que pode ser entendida como retrocesso? Porque ao revogar uma lei desfaz não só a complexidade de anos de trabalho que buscava estreitar as relações entre instituições e participação popular e a distribuição de renda traduzida no Bolsa Família, mas também vai incidir no acesso à inclusão produtiva rural e urbana, na emancipação produtiva, nos incentivos de práticas esportivas nas escolas, no fazer científico de estudantes e nos processos de inclusão de crianças nas creches, deixando intocável somente a seção que diz respeito ao ressarcimento quando encontradas irregularidades de acesso ao Programa, e deixando de lado situações importantes à vida da população, colocando como uma discussão futura a reedição do acesso ao programa de alimentos, por exemplo.¹⁸³

Em 2023, a Lei Nº14.601, de 19 de junho, revoga a 14.284, de 2021, recriando e reforçando o caráter de implementação da universalização da renda básica de cidadania, algo importante e necessário que não poderia ser entendido como um vai e vem de popularidade política, pois havia naquele momento, segundo pesquisas da situação das famílias brasileira, uma alarmante conclusão de que o acesso aos alimentos teria sido dificultado pela Pandemia, sendo considerado já estágio de insegurança alimentar (por pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)¹⁸⁴), refletindo a necessidade de “reconstituição das instituições públicas e de reorientação das estruturas econômicas, políticas e sociais no Brasil”.¹⁸⁵

Outro processo que passamos a considerar é como o acesso ao Sistema único de Saúde tem sido referência das entrevistadas e de outros familiares acompanhados pelos trabalhadores do sistema de saúde pública, considerando as relações e os processos de tratamento, sem perder de vista a universalização que define que “a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais”¹⁸⁶

Juliane conta como tem sido as suas necessidades de saúde e como recorre ao atendimento

¹⁸² Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. (Internet) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm

¹⁸³ Institui o Programa Bolsa Família. Lei Nº14.601, de 19 de junho de 2023. (Internet). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm

¹⁸⁴ Relatório sobre insegurança alimentar e covid_19. Execução do Insituto Vox Populi, e com apoio de grupos como Ação da Cidadania, ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

¹⁸⁵ II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022, p.19. (Internet).

¹⁸⁶ Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Internet) https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf

sempre que necessário para a filha e para si.

O médico pediu vários exames, pediu até um ultrassom na época. Eu não tinha experiência, não amamenteei ela, e minha mãe comprou um leite que podíamos, então ela chorava muito. A gente só veio descobrir que ela era intolerante [à lactose] aos 3 anos de idade. Agora a gente já substitui, ela toma mingau ainda, então substituímos, mas agora tem outras coisas, como chocolate que criança vê e quer comer, na páscoa vou ter que comprar um ovo especial, ainda vou atrás que nem sei onde é que tem isso.

E como foi o atendimento no SUS? Como é que tu pensa o atendimento?

A minha filha sempre foi acompanhada, tem uma médica que atende ela desde quando ela nasceu e que sempre atendeu muito bem as crianças. E ela é do tipo de médica que examina tudo, de tirar a roupinha, de olhar o corpo da criança, olhar o ouvido. Faz um monte de perguntas, sempre cuidando bem.

A gente sempre foi muito bem recebida.

Como foi o atendimento pra ti? No pré-natal? Na hora do parto?

No pré-natal foi tudo bem, o problema foi no parto lá na Balbina. Eu sofri muito, acho que é porque é o primeiro filho, né? A primeira equipe foi tranquila, mas do meio pro fim, eu já não aguentava mais, comecei a gritar, aí eles disseram pra não gritar. Se gritar aí é que eles tratam mal, né? Eles ficam com raiva se gritar. Eu tava já pedindo pra morrer, porque foram três dias sofrendo.

Durante minha gravidez, naquela ali, na Ana Moura eu nunca fui bem recebida. Eu tinha muitos problemas na gravidez porque eu sangrava muito.

Eu fiquei acabada depois de ter filho, depois de uns meses, eu estava sentindo muita dor, descobri que estava com problema na vesícula.

Tem sete anos que eu descobri, e eu fui pro *Tramal* porque outros remédios não passavam a dor. Eu tive pancreatite, passei uns dias internadas no hospital 28 de Agosto. Eu sou preta, a minha pele nesse tempo ficou verde, meu beijo todo partido e nem água eu não aguentava mais tomar.

Eu depois fui fazer os exames tudinho, já estava na mesa pra cirurgia e meu exame de ressonância estava atrasado e, no Adriano Jorge tava quebrada a máquina de ressonância, eles pediram pra eu sair, fazer um exame de ressonância e voltar de novo. Eu saí e não voltei mais. Isso a minha filha tinha uns quatro anos.

Eu não tirei a vesícula, mas eu tomo cuidado com o que eu como, mas às vezes, eu faço peraltice e aí. Um dia desses comi calabresa, vim trabalhar, dei graças a deus que a cerveja acabou umas 10 horas da noite, fechei tudo aqui, pedi pra uma amiga cuidar da barraca aqui e fui bater no SPA.

E como foi?

Ah! Fui direto pro *Tramal*, não tem muito o que fazer, só cirurgia.¹⁸⁷

O que Juliane relata são casos de violência obstétrica, as quais foi submetida na gravidez, em diferentes unidades de atendimento, entre 2015 e 2016, passando por humilhações e sofrimentos. A experiência de sua única gravidez não é lembrada como um momento feliz, seja pelos conflitos com os familiares, seja pelo tratamento violento que recebeu de uma das equipes de saúde. A expressão utilizada por ela, que a supressão de seu direito à dor ou a um tratamento adequado na hora do parto é de que “se gritar, aí que eles tratam mal” não se trata de caso isolado.

Recentemente, uma denúncia de violência obstétrica no hospital de Autazes tem sido amplamente divulgada em que “A indígena Vanderlene Mota da Silva, de 22 anos, acompanhada pela Defensoria Pública do Amazonas, na publicação da própria Defensoria conta como foi o

¹⁸⁷ Juliane Monteiro Silva. Entrevista cedida de 28 de março de 2024.

processo “Eles falavam com grosseria, sem paciência, pra eu fazer força. Aí, o médico chegou e viu que ele [o bebê] não ia sair e aí forçou, empurrou. No final, uma parteira falou: vamos ver se daqui a um ano você vai estar aqui de novo”.¹⁸⁸

A violência obstétrica em Manaus e no Amazonas tem sido tema de discussão e denúncias. Não faz muito tempo que os Ministérios Públicos Federal (MPF), do Estado (MPAM), de Contas (MPC) e a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM) assinaram conjuntamente, recomendações ao Governo do Amazonas e à Secretaria de Saúde do Estado (SES-AM) para que tomem providências com relação aos altos índices de violência obstétrica registrados nas maternidades do Amazonas. só entre 2019 e 2021, a Defensoria Pública recebeu 60 denúncias de violência obstétrica e catalogou outras 239 nas ouvidorias das maternidades.¹⁸⁹

Muitas outras Instituições participam dos debates e auxiliam nos encaminhamentos de denúncias, com destaque para a Organização sem fins lucrativos “Humaniza Coletivo Feminista”, composta por equipe multidisciplinar integrando atividades nas Instituições e fazendo importante trabalho com as mulheres, e também participando de orientações nas maternidades, acompanhando os casos e auxiliando em orientações que mais precisarem, cobrando a responsabilidade nas respostas das instituições, acompanhando as denúncias e os processos de investigações.

Kelle também conta que toda a família utiliza o SUS, e que vez ou outra, como no caso da mãe, com o uso de medicamentos e a necessidade de atendimento ou de realizações urgentes de exames faz com que busquem os serviços de saúde particular.

Minha mãe recebe um salário, eu recebo o meu, mas não dá. Ela tem problema no coração, e precisa comprar uns remédios. Só um remédio dela pro coração, uma caixinha com duas pílulas é duzentos e poucos reais, por isso que eu digo que é muito caro. Eu tenho quatro irmãos que moram em Porto velho, a minha irmã que mora com ela, na verdade, é uma casa em cima da casa da minha mãe, mas ela que faz o orçamento, que sai cobrando todo mundo, cobra um, cobra outro dizendo “bora que tem pagar os remédios”.

Vocês não conseguem esses remédios pelo SUS?

Não. Olha! Uma vez eu tive que ir lá no Francisca Mendes [Hospital]. Todos nós tivemos que fazer exame de genes, pra saber as doenças, ela tinha feito e a gente precisava fazer pra saber as doenças que poderíamos ter. Eu bem lá esperando, eu e minha irmã, olhei por uma porta e perguntei “e esses remédios aí?”. Aí, me falaram que era tudo amostra grátis. Eu falei “posso ver se tem o remédio da minha mãe?”. Aí, ele disse “pode ver e se tiver pode levar”. Como minha irmã sabe todos os remédios que ela [mãe] toma, tinha esse que é justamente duzentos e pouco. Minha tia tava lá também que sofre do coração, ela também toma esse mesmo remédio. Aí eu dividi pra minha tia e pra minha mãe. Tenho um tio que trabalha no Adventista [Hospital] que lá dão amostra grátis.

¹⁸⁸ “DPE-AM ouve relatos de violência obstétrica e inspeciona hospital Municipal de Autazes”. Publicada em 11 de maio de 2024. <https://defensoria.am.def.br/2024/05/11/dpe-am-ouve-relatos-de-violencia-obstetrica-e-inspeciona-hospital-municipal-de-autazes/>

¹⁸⁹ “Ministérios Públicos e Defensoria assinam recomendações para combater a violência obstétrica no AM”. Publica em 21 de junho de 2022. <https://www.mpam.mp.br/noticias-portal/15335-ministerios-publicos-e-defensoria-assinam-recomendacoes-para-combater-a-violencia-obstetrica-no-am>

Quando ele consegue, ele liga pra minha irmã pra ir buscar.

Não vou dizer que outros remédios a gente não consegue, porque nunca me faltou insulina que eu sou diabética, é tudo pelo SUS.

A gente paga também pra minha mãe porque ela não tem mais como se locomover, ela é obesa, então, exames, algumas coisas a gente paga pra irem em casa. E quando tem que ir pra clínica tem que levar ela, tem vezes que ela nem sai de dentro do carro, pra fazer um mapa, eles vão no carro e botam as coisas tudo nela.

As pessoas dizem que a gente ganha bem, mas não ganha não, sabe por quê? Teu patrão não quer saber se alguém te deu pino. Um dia desses, eu peguei um pino de cento e cinquenta reais, o cara abasteceu numa promoção, e ele disse que queria a promoção, quando eu fui passar, ele pegou e foi embora. Quando eu cheguei no outro dia, eu disse que dava pra procurar os dados dele, porque bitei os dados dele porque é pelo aplicativo, e disseram que iam procurar, mas já me deram um talão pra assinar “assine aqui o vale de cento e cinquenta reais”, eu assinei e perguntei “mas vocês vão procurar?”, disseram “vamos procurar”. E até hoje?

Quanto tempo faz isso já?

Uns três meses. Falei com o gerente, chamei ele e disse o que tinha acontecido. Eu perguntei se dava pra ver nas câmeras e ele disse que não estavam funcionando. E eu falei, “mas se fosse um funcionário que tivesse feito alguma coisa com cliente, essas câmeras rapidinho iam funcionar”. Eu falei que cento cinquenta reais eu podia pegar de vale pra mim, não é pra mim, é eu pagando gasolina para os outros. Lá se faltou paga. A lei do meu patrão é que se faltar dez centavos no caixa a gente paga, porque ele falou que foi de dez em dez centavos que ele ficou construiu o império dele. Deveria ter algo pra nós, sobre a gente pegar pino, a gente não tá ali pra tá pegando pino.¹⁹⁰

Sherlene conta que durante a pandemia, a primeira coisa que fez quando a mãe ficou doente foi largar tudo, tendo que permanecer alerta junto com a irmã.

A mamãe pegou corona vírus que quase morre, a gente não tinha vivido isso na nossa família, nós pegamos e pra gente foi um negócio assim, “meio leve”, mas pra ela foi pro balão de oxigênio dentro de casa e nós não levamos ela pro hospital porque quando ela pegou corona vírus estava no colapso em Manaus, não tinha leito, não tinha oxigênio e não tinha nada. **Foi final do ano, né? [2020].** Não, ela foi agora em janeiro [2021]. Então, todo mundo largou seu trabalho, eu fechei o lanche, a Val fechou o dela e fomos cuidar da nossa mãe. A nossa vida sempre foi assim e não precisa de “ah, fulano tu vem. Ah, vem!”, todo mundo tá lá pra todos os momentos, então, isso eu acho que vem desde que a gente era criança como eu tô te falando.¹⁹¹

O desejo que os serviços funcionem e que sejam parte integrante da articulação de perspectivas e ações que cheguem às outras pessoas que tem vivido processos parecidos ou que não possuem uma rede de apoio que ofereça suporte para as demandas, preservando o senso de comunidade em meio popular, vai definindo outros movimento e projetos. Portanto, elas atribuem como contínua a sua interação social, ligando outras gerações e reconhecendo outras experiências.

E tu tem pensando em algum projeto?

Já. O meu pensamento é conseguir um dinheiro, reunir um dinheiro pegar um box

¹⁹⁰ Greice Kelle. Entrevista em março de 2024.

¹⁹¹ Sherlene Cardoso. Entrevista em março de 2021.

na feira pra receber melhor as pessoas. Aqui ficou todo mundo na chuva, eu montei uma lona, mas estava muito frio, às vezes tá muito sol.

O que te impulsionou ao pensamento de voltar a estudar?

Tem umas colegas aqui, aquelas de dizer só oi, cumprimentar. E aí, eu ouvi uma delas falando assim “hoje eu não vou beber porque mais tarde tenho faculdade”. Quando ela falou isso, deu um estalo de eu pensar porra a gata bebe muito, mas olha a responsabilidade dela.

Eu já vinha com um pensamento, eu fiquei [estala os dedos como o encontro de solução]. Além do desejo de voltar a estudar, é o poder da conquista de terminar meus estudos, quem sabe lá terminar uma faculdade. Meu pensamento maior é lá no futuro pagar uma escola ou uns cursinhos pra minha filha ter a oportunidade que eu não tive. Eu nunca fiz cursinho.

Quando você voltar a estudar, qual é a área que tu pensa?

Assistente Social que é muito de conversar, psicóloga também. Alguma coisa assim desse meio. Eu sou muito de falar assim para as pessoas, que isso é isso.

Instruir as pessoas?

De uma forma bem clara. [risos].¹⁹²

Isso tem evidenciado que elas se inserem nos processos, evidenciam conflitos, reorganizam os modos das relações com outros sujeitos. As entrevistas com as trabalhadoras da área portuária foram e são significativas porque viabilizam não somente que elas próprias se coloquem em posição de destaque, mas também, abrem o entendimento de que têm trabalhado para construir uma perspectiva participativa, e isso, para a historiografia é um convite para compreender processos, defendendo proposições que não sejam as paternalistas, ampliando a conexão e significados a partir das fontes. Nosso referencial no processo de pesquisa tem sido e foi recorrentemente não esquecer “que a cultura é formada por indivíduos diferentes uns dos outros – é isso o que a história oral nos lembra”¹⁹³. Existem elementos nas memórias narradas aparentemente próximos, mas não exatamente iguais¹⁹⁴, o que torna o trabalho com fontes orais e trajetórias um esforço de entender os significados e como são compartilhadas em meio social, emergindo o que consideram e propõem como processos de uma consciência histórica.

Ao fim, nossa contribuição para historiografia da região amazônica perpassa por compreender como as mulheres utilizam os saberes que circulam no contexto urbano e nas experiências que também são vindas do meio rural, como elaboram reflexões e práticas participativas em seus coletivos e nos espaços que vivem, oportunizando encontros geracionais, mudanças de perspectivas, novas orientações sobre situações de violência, entendendo que compartilhar suas trajetórias e saberes fortalecem o campo político do cotidiano transformando suas vidas e daqueles que dependem delas, como chefes de famílias, cuidadoras, trabalhadoras da área portuária.

¹⁹² Juliane Monteiro Silva. Entrevista março de 2024.

¹⁹³ PORTELLI, Alessandro. Ensaios de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

¹⁹⁴ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Revista Projeto História, São Paulo, nº15, abril 1997, p.16.

Considerações Finais

O trabalho apresentado nasceu como uma proposta de investigar outras histórias e experiências de trabalho na área portuária que tivessem a participação das mulheres e suas perspectivas. Por tanto, a necessidade de apresentar uma temporalidade que estivesse ligada às suas trajetórias nos auxiliaram a pensar os elementos culturais, as referências que foram importantes no viver urbano e como o trabalho vai significando uma busca por dignidade, mas também não têm deixado de perceber que os modos de opressão e preconceito de gênero ainda estão presentes.

O trabalho só foi possível através da constituição das entrevistas e do contato com constante com as entrevistadas sempre que possível, pois todas nós estávamos atravessando o período pandêmico, vivendo um dia de cada vez, recuando das atividades durante da necessidade de ajudar familiares, amigos ou sentir aquilo que podíamos sentir mediante as notícias das perdas.

Na primeira parte do trabalho tentamos aprender sobre como essas mulheres percebem a cidade de Manaus, entendendo que para algumas, as experiências de mudanças de municípios ou Estados só foram possíveis por causa da rede de apoio entre familiares e outras pessoas que foram conhecendo ao longo do caminho. A chegada ao Porto foi para algumas o primeiro contato com a cidade de Manaus, marcada pelo desejo de uma vida melhor, que pudessem estudar, trabalhar, sair de relações de violência e abandono.

O trabalho no porto parte da necessidade de organizar meios que pudessem dar conta de sua sobrevivência, mas que também se apresentam como as trajetórias dos familiares, as relações que mantiveram e mantém, tendo como parte significativa uma rede de comunicação e de solidariedade com outras mulheres.

No caminho, consideramos os estudos e análises que dessem conta das transformações operadas pelo capitalismo neoliberal, sobretudo para as transformações físicas e, no intuito de reforçar as experiências sociais baseadas na diferença, na prática de exploração das trabalhadoras e trabalhadores, evidenciando que a área portuária não estava aquém desses processos, inclusive, a busca por trabalho lá também tinha a ver com as experiências de desemprego, com o trabalho assalariado em outros lugares que não favorecia ou valorizava as mulheres.

O Porto parece como um lugar com muitos problemas, mas sem a prática de escuta das soluções pensadas pelas trabalhadoras e trabalhadores, uma prática que tem sido reforçada pela Prefeitura, pelo Governo do Estado, pelos responsáveis e donos das balsas. A disputa pelo espaço, a que é briga judicial e política não entra em consonância com as necessidades da população que tem feito naquele espaço suas atividades, apontando também como um lugar de preservação de suas memórias e modos de viver.

Na segunda parte, decidimos por analisar os significados do trabalho para as entrevistadas

quando a precarização das relações de trabalho se alastrava ao tempo que a ideia capitalista de ser autossuficiente e tornar-se independente põe em risco a proteção do trabalhador e do trabalho. É uma geração que deseja as legislações trabalhistas, a garantia de emprego melhor, mas que isso não reduza sua capacidade de reprodução social.

Entedemos também que parte dos significados do trabalho era algo que passava entre as gerações, como uma condição de tornar o seu trabalho como um valor que possa ser ensinado, reconhecendo os limites a que eram expostas quando crianças e adolescentes, de que “não era obrigada a trabalhar, mas era necessário pela condição humilde da família”.

Na terceira parte, tentamos buscar o que as entrevistada refletiam sobre as formas políticas que observavam na cidade de Manaus, alargando o entendimento das relações entre Governo do Estado, Governo Federal e Municipal. Traduzem os programas sociais como importantes, considerando que são parte integrante das rendas, mas entendem que são momentâneas, dando fôlego para organização de rendas, dos afazeres domésticos, da inserção dos filhos na educação pública. É possível perceber também como interesse delas saber, acessar e manter a proximidade de referências em torno dos programas sociais, dos direitos à cidadania como um processo contínuo e que vão buscar melhorias tecendo sugestões, críticas e ampliação deles para elas e outros membros dos grupos que se relacionam.

Os diálogos na pesquisa, no que se refere à historiografia sem dúvidas tornaram possível uma conexão de obras das autoras e autores que tinham através das fontes analisadas propostas que tivessem como perspectiva o reconhecimento das trabalhadoras e trabalhadores em outros momentos do viver na região, ou em outros lugares que tivessem o interesse de discutir os modos de vida de pessoas que desenvolveram seus espaços e relações culturais através do trabalho e na constituição de comunidades, laços de solidariedade e, que identificam as diferenças dos grupos sociais que tornavam o viver heterogêneo.

Com isso, a pesquisa apresentada não pretende fechar os debates em torno da presenças das mulheres e das condições que têm organizado para manterem os processos de luta, pelo contrário, desejamos que outras pesquisas possam, dentro da historiografia, possibilitar o reconhecimento e a conexão com outras realidades, abrindo margem para um diálogo cada vez mais dinâmico e democrático, realizando novas propostas que entendam a existência de diferenças não como uma ruptura, mas como bem lembrado por Tithi Bathacharya de que, “não devemos nos acomodar com o entendimento limitador da classe, isto é, que ela seja composta simplesmente por aqueles que estão empregados na dinâmica do capital versus trabalho remunerado. Essa percepção restringe nossa visão de classe e nossa identificação de potenciais agentes da solidariedade de classe”.¹⁹⁵

¹⁹⁵ Ibidem, p. 147.

Fontes

1. A dona Rosângela Vieira foi a primeira mulher a ser entrevistada, isso em outubro de 2012. O encontro ocorreu quando estava ainda no mestrado, em uma conversa com um dos carregadores, o seu Antônio, ela escutou a conversa e afirmou que entendia do serviço de transporte, pois era o que ela fazia. A entrevista ficou para o fim da tarde do mesmo dia, após o trabalho dela. Nessa época ela tinha por volta de trinta e sete anos, nascida na cidade de Manaus e moradora do bairro Santa Etelvina (Zona Norte), mãe de uma adolescente. Sua atividade era de repositora em uma loja de atacado e varejo de doces, há um ano e meio, mas era no transporte de mercadorias da loja para as embarcações atracadas nas balsas em frente à feira Coronel Jorge Teixeira ou para os carros dos clientes que aumentava seus rendimentos.
2. A segunda a conceder uma entrevista foi a Angélica Silva, no dia 16 de maio de 2018. Essa entrevista foi possível depois de algumas voltas na região portuária, onde havia várias bancas armadas na calçada da Avenida Coronel Lourenço Braga, antiga Avenida Beira Rio. Era comum nessas visitas considerar algumas dessas paradas para consumir algo e puxar conversa rápida com as trabalhadoras e trabalhadores que estavam por ali. Foi assim que soube que a Angélica tinha dezoito anos, que havia nascido em Manaus, e o seu pai após separar no casamento, levou Angélica e a irmã mais nova para Santarém. Ela retornou a Manaus aos treze anos de idade para definitivamente conhecer melhor e morar com a mãe, foi aos treze que começou a trabalhar na área portuária. Quando aqui chegou, estava estabelecida no bairro Piorini (Zona Norte), e depois que teve uma filha aos dezesseis anos, precisou mudar de bairro para não apertar o tempo entre seus afazeres, observando que os quase 17km de distância entre o bairro da Zona Norte até a área portuária, uma hora de transporte público, pesava na organização do dia a dia, tomando a decisão de partir com a irmã adolescente e a filha para um quarto alugado no Centro, podendo se deslocar até o trabalho sem precisar de transporte público ou moto táxi.
3. A terceira trabalhadora entrevistada foi a Juliane Monteiro. Na área portuária existem balsas flutuantes que servem de atraque para embarcações de diversas origens da região, diferenciadas por cores: laranja, amarela, verde e vermelha. Na balsa amarela existia uma série de quiosques que vendiam de tudo um pouco: lanches salgados preparados no local ou doces que traziam de casa, café da manhã ou da tarde, bebidas diversas. Um dos quiosques que movimentava a procura por esses itens era justamente aquele que a Juliane trabalhava quando nos conhecemos, e algumas visitas foram necessárias até que ela reconhecesse que eu sempre estava por lá e passamos a conversar sobre nossos respectivos trabalhos, e ela passou a ser meu elo com todas as outras entrevistadas

seguintes. A primeira entrevista com a Juliane aconteceu em junho de 2020, depois em março de 2021, março de 2023, setembro de 2023 e por fim em março de 2024. Na primeira entrevista, ela tinha trinta e dois anos em idade, nascida em Manaus, moradora do bairro Glória (Zona Oeste) no terreno compartilhado entre mãe, irmãos, sobrinhos e com uma filha de quatro anos. Vivenciando o desemprego por alguns anos, o trabalho na região portuária surge para ela quando foi passar um tempo relaxando e conversando com uma amiga na balsa amarela, e assim, passou a observar que estavam precisando de atendente, e a dona do quiosque ofereceu uma vaga caso ela tivesse interesse, no dia seguinte ela já estava trabalhando.

4. A quarta entrevistada foi a Sherlene Cardoso. A Juliane trabalhava com uma irmã da Sherlene, e havia contado como era e o que era meu trabalho nas entrevistas, consegui falar com ela, perguntando se podia conversar sobre o cotidiano de trabalho e um pouco da trajetória dela. Eu já sabia antecipadamente que ela nasceu na área rural do município de Alvarães, vindo ainda criança morar em Manaus. Quando ocorreu a entrevista em 24 de março de 2021, a entrevistada tinha trinta e dois anos em idade, morava com o pai e com a mãe na Zona Leste de Manaus, tinha feito graduação em Administração em uma Universidade particular em Manaus. O trabalho no quiosque na balsa vermelha tinha sido um movimento diferente das demais entrevistadas, pois ela havia saído de um trabalho no setor administrativo e com direitos trabalhistas em uma rede de lojas de móveis de Manaus, decidida a trabalhar no comércio de alimentos e bebidas.
5. A quinta entrevistada foi a dona Elizanete Muniz, também trabalhava no comércio de alimentos e bebidas da balsa verde. Ela também soube do meu trabalho por intermédio da Juliane, que me acompanhou nessa entrevista. A Elizanete ou Lita como é conhecida na região, possuía quarenta e um anos em idade, nascida em Manaus, morando no bairro Mutirão (Zona Norte) com a filha mais nova que já era adulta e o marido. O trabalho no porto foi encaminhado pela primeira sogra que com a venda de alimentos na feira Coronel Jorge Teixeira (feira da Manaus Moderna).
6. A sexta entrevistada foi a Silvania Gomes, que foi entrevistada no dia 17 de abril de 2023. A Silvania nasceu no município do Rio Preto da Eva, mas já havia morado no município de Novo Airão, quando era casada. Na entrevista já com seus 35 anos, estabelecida no bairro Mutirão (Região Norte) com três dos seus quatro filhos. A região portuária do Centro da cidade de Manaus já era velha conhecida da Silvania, pois já havia passado uma temporada em Manaus no início do casamento, além da cidade ter sido o lugar de nascimento da uma das filhas, ou seja, as idas e vindas foram motivadas por trabalho e serviço de saúde pública. Com a separação no casamento e, depois de uma temporada na casa da mãe no Rio Preto da Eva com os filhos, tomou a decisão vir definitivamente para

Manaus, no intuito de encontrar meios para uma vida melhor e mais independente para ela e seus filhos.

7. A sétima entrevistada foi a Tatiana Salgado que é dona de um box dentro da feira Coronel Jorge Teixeira, vendendo lanches e bebidas. A Silvania trabalha junto com a Tatiana no mesmo estabelecimento, auxiliando com as divisões de horários e atividades. A Tatiana nasceu em Juruti, um município a Oeste do Estado do Pará, atualmente mora com um filho recém-nascido numa vila na Avenida Major Gabriel, região do Centro. A cidade de Manaus já era conhecida por Tatiana desde os quinze anos, quando veio morar com o primeiro marido. O trabalho no Porto também surgiu para ela como uma oportunidade de garantir estabilidade em Manaus, no início e após a separação no casamento.
8. A oitava entrevistada foi a Greice Kelle, aos 38 anos de idade, nascida em Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, porém, passou boa parte da infância e adolescência entre a cidade de Rio Branco, onde morava com a mãe, e na cidade de Manaus com a avó materna. Aos quinze anos de idade que ela retornou à Manaus para nunca mais sair. A Kelle é mãe de um rapaz adulto que mora em Rio Branco e outro adolescente que mora com a mãe da Kelle, aqui em Manaus. Há alguns anos mora sozinha, numa quitinete de um prédio situado na região da Manaus Moderna, justamente porque fica mais fácil deslocar entre suas duas atividades que é frentista no posto de gasolina na Avenida Brasil, no bairro da Compensa e a outra atividade que divide com a Juliane, que é o comércio de bebidas na área portuária.

Publicações da Imprensa e Comunicação Social – Internet

- “Proprietária de balsas na Manaus Moderna deve pagar 28 mil por irregularidades nas embarcações”. Sem dia e mês de publicação. Ano 2009. Ministério Público do Trabalho. <https://prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/615-proprietaria-de-balsas-na-manaus-moderna-deve-pagar-28-mil-reais-por-irregularidades-nas-embarcacoes>.
- “Balsas funcionam sem autorização na Manaus Moderna”. Publicada em dia 08 de dezembro de 2021. Jornal A Crítica. <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/balsas-funcionam-sem-autorizacao-na-manaus-moderna>.
- “Após a extinção da Codomar o Estado passará a administrar o Porto de Manaus”. Publicada em 02 de fevereiro de 2018. Jornal D24 – Amazonas. <https://d24am.com/amazonas/apos-extincao-da-comodar-estado-passara-administrar-o-porto-de-manaus>.
- “Casamento Infantil no Amazonas têm crescimento de 24,2% em três anos”. Publicada em 16 de março de 2024. Jornal A Crítica. <https://www.acritica.com/geral/casamento-infantil-no-amazonas-tem-crescimento-de-24-2-em-tres-anos-1.334497>.
- “Cheias do Rio agravam ainda mais a bagunça da Manaus Moderna – A falta de estrutura fiscalização sobre o trânsito e a ‘multidão de ambulantes’, transforma o cartão postal em cenário de caos”. Publicada em 24 de maio de 2017. Jornal A Crítica. <https://www.acritica.com/manaus/cheia-do-rio-negro-agrava-ainda-mais-bagunca-na-manaus-moderna-1.87484>.
- “Falta de higiene e estrutura da Feira Manaus Moderna espantam clientes”. Publicada em 24 de março de 2019. Jornal Em Tempo. <https://emtempo.com.br/manaus/141308/falta-de-higiene-e-estrutura-da-feira-manaus-moderna-espantam-clientes?d=1>.
- Prefeito acompanha a transferência de camelôs e é aplaudido de pé”. Publicada em 22 de fevereiro de 2014. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/manaus/prefeito-acompanha-transferencia-dos-camelos-e-e-aplaudido-no-centro/>.
- Prefeitura promove ação de reordenamento urbano e social na Manaus Moderna”. Publicada em 20 de outubro de 2021. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/acao/prefeitura-promove-acao-de-reordenamento>.

urbano-e-social-na-manaus-moderna/

- “Prefeito Davi Almeida acompanha revitalização em torno da Manaus Moderna e da Feira da Banana”. Publicada em 21 do de outubro de 2021. Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/servicos/prefeito-david-almeida-acompanha-revitalizacao-do-entorno-da-manaus-moderna-e-da-feira-da-banana/>
- “Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas”. Dados obtidos na publicação do dia 26 de abril de 2019. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

Legislações

* Poder Legislativo - Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Lei Nº 2.389 de 02/05/1996, cria a Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH e dá outras providências.

https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1996/6844/6844_texto_integral.pdf.

* Lei N.º 3.127, de 10 de maio de 2007. Dispõe sobre a transformação da empresa Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – SNPH em autarquia, e dá outras providências.

https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2007/5/4928.

* Lei Nº 2.828, de 02 de outubro de 2003. Reorganiza a Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – SNPH e dá outras providências. A qual cita o Convênio de Delegação n.º 07/97, datado de 26 de novembro de 1.997, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e o Estado do Amazonas, assistido pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – SNPH, com a interveniência da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR. Publicada, em 02 de outubro de 2003. https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2003/10/6876.

* Lei Nº 12.815, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12815.htm

* Medida Provisória Nº 595, de 6 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/mpv/595.htm

* Lei 12.815 de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. [lanalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12815.htm)

* Prefeitura de Manaus. Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus e suas Leis Complementares de 2019.

<https://www.manaus.am.gov.br/implurb/legislacao-urbana/plano-diretor/>

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.459 de 13 de maio de 1997. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.288/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.069 de 13 de junho de 1990, que dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

* Câmara dos Deputados Federais - Decreto Legislativo Nº 179, de 11 de outubro de 1999. Após a 182ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil ratifica em 02 de fevereiro de 2000, a lista das piores formas de trabalho infantil a serem erradicadas. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-179-14-dezembro-1999-370761-exposicaodemotivos-143183-pl.html>

* Câmara dos Deputados Federais – Decreto Nº 17.943-A de 1927. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve consolidar as leis de assistência e proteção a menores. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>

* Câmara dos Deputados Federais - Decreto Nº 22.042 de 03 de novembro de 1932. Estabelece o trabalho de menores na indústria. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei Nº 229, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0229.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa, 1998. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 3.887 de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3877.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. a Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 altera a Consolidação de Leis Trabalhistas.

[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 10.087. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10087.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10. 836 de 09 de janeiro de 2004. Cria o Bolsa Família. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

* Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm

Ata

Conselho de Autoridade Portuária – CAP. ATA 162ª do, do Porto de Manaus, páginas 07-09.

<http://transparencia.snph.am.gov.br/transparencia/porto-de-manaus/>

Relatórios - Internet

- Estatística de Registro Civil 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2020_v47_informativo.pdf
- Censo de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de habitantes para a cidade de Manaus. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Séries Históricas e Estatísticas. Decréscimo do trabalho infantil entre 1992 e 2008. <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=CAJ422>
- “Trabalho infantil no Brasil: análise de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PnadC 2019. https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/pnadC2019_interativo_final.pdf
- Nota Informativa 02/2023 da Secretaria Nacional de Cuidados da Família – Trabalhadoras Domésticas e Políticas de Cuidado. A SNCF no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_2.pdf
- Manual de Orientações sobre o Programa Bolsa Família na Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_orientacoes_bolsa_familia_2ed.pdf
- Relatório sobre insegurança alimentar e covid_19. Execução do Insituito Vox Populi, e com apoio de grupos como Ação da Cidadania, ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
- Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia (1970-2000). IN: FENELON, Déa Ribeiro [et.al]. Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004.

ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. A Dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou “precarização”. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.

AREB, Matheus Vieira. A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos – Manaus/AM. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, 2022.

ARRUZZA, Cinzia [et.al.]. Feminismo para os 99% - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARTIAGO, Janaína. Como se fossem filhas: o trabalho e o cotidiano das “crias de família” em Manaus na década de 1970. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BRITO, Agda Lima, “Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. IN: CAMPELO. NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil, 61-64. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915). Editora Valor, 2014.

D'ÁVILA, Manuela (org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA (org.). Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FREDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONÇALVES, Guilherme Leite. COSTA, Sérgio. Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JANNUZZI, Paulo Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando as práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Revista Planejamento de Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), nº36, 2011

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, nº2. Jul/Dez. 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY (orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MATA, João Nogueira da. Antiquilhas manauaras. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1991.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc. 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Uma história feira por mão negras: relações raciais, quilombolas e movimentos. (org.) RATTTS, Alex. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

OLIVEIRA, Rafaela Bastos de. Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras de bagagens e mercadorias da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (1990-2016). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. IN: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

PEÇANHA, Natália Batista. Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). Revista Mundos do Trabalho, vol. 10, nº20, julho/dezembro de 2018.

PESSOA, Alba Barbosa. Pequenos construtores da infância na cidade de Manaus (1930-1945). Tese de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, 2018.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: FUA, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PORTELLI, Alessandro. Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo: Rio de Janeiro, vol. 01, n. 02, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Revista Projeto História, São Paulo, nº15, abril 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana”. In: Ensaios de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARCZ, Lilian. Nem preto e nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHOR, Tatiana. OLIVEIRA, José Aldemir [et. Al.]. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2016.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM 1967-2010). Manaus: EDUA, 2016.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. “A gente vê a cidade assim”: memórias de mulheres interioranas em Manaus. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). Gênero e Imprensa na História do Amazonas. Manaus: EDUA, 2014.

SILVA, Patrícia Regina Lima da. Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SOUZA, Leno José Barata. Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967).

São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. A democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

REFERÊNCIAS INTERNET

SCOTT, Joan. Historia, Género y Política.

<https://www.youtube.com/@coloquiodeestudiantesdehis8962>

COLLINS, Patrícia Hill. Feminismo Negro e a política do empoderamento.

<https://www.youtube.com/watch?v=3xOO50dr3bk> (Tv Boitempo)